

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Relatório de Gestão

2005

Planejamento

2006



RELATÓRIO DE GESTÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Brasília/DF – Janeiro 2006





APRESENTAÇÃO

A educação pública de qualidade é condição para a plena democracia e para o desenvolvimento do nosso país. Apenas a educação pode desenvolver em cada cidadão todos os seus talentos e a consciência de que deve exercê-los em prol da comunidade.

O retorno da democracia e a nova Constituição de 1988 trouxeram avanços à educação brasileira. No início deste período, os esforços realizados voltaram-se para o aperfeiçoamento da legislação de forma a garantir que todos os brasileiros tivessem direito aos oito anos de educação fundamental, conforme assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Posteriormente, o Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério definiu o financiamento da educação fundamental regular.

Estes avanços conquistados mostraram-se insuficientes para garantir a qualidade e o pleno atendimento a todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica. Dessa forma, foi criado o Plano Nacional de Educação, que indica as metas decenais da educação e aponta para a elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, acrescentando os esforços em direção à melhoria da qualidade da educação ofertada e à ampliação dos direitos conquistados.

Esta Secretaria finaliza um ano singular para a educação brasileira. Políticas, ações e programas estão sendo desenvolvidos no escopo de seus quatro eixos prioritários, quais sejam:

- a redefinição da política de financiamento da Educação Básica, com a implantação do Fundeb em substituição ao Fundef;
- a democratização da gestão educacional através de iniciativas como a formação de gestores escolares (Programa Escola de Gestores); a formação de conselheiros municipais de educação, (Pró-Conselho); a formação de dirigentes municipais de educação, (Pradime), e o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- a formação e valorização dos trabalhadores em educação, com a criação e ampliação de programas de formação inicial (Proinfantil, Proformação, Pró-licenciatura, Profuncionário) e de formação continuada (Pró-letramento, Pró-Ifem, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica);
- a inclusão educacional, com a ampliação do ensino fundamental para nove anos, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Promed, e o Projeto Alvorada.

Tais iniciativas visam à ampliação do acesso, à permanência e ao sucesso escolar e refletem o compromisso do MEC com a melhoria da educação nacional, compreendida a partir de uma visão sistêmica.

As iniciativas consolidadas mediante o trabalho dos Departamentos e Coordenações desta Secretaria de Educação Básica marcam um processo de transformação, resultante do constante diálogo com os sistemas de ensino, na perspectiva de atender às suas reais demandas, em consonância com as exigências da sociedade e com a efetivação da cidadania plena.

As políticas e programas no Relatório de Gestão 2005 terão ampla continuidade em 2006.

Francisco das Chagas Fernandes
Secretário de Educação Básica



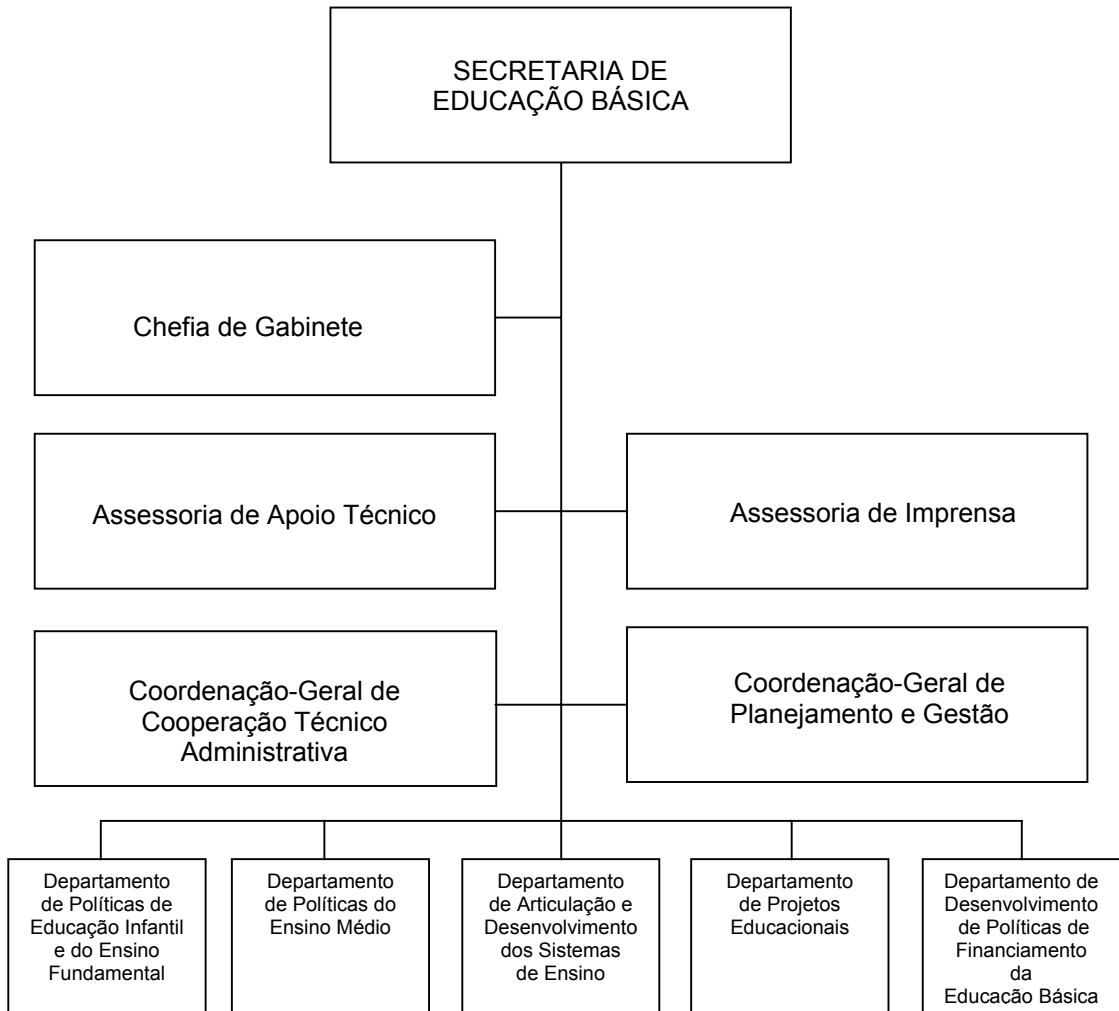


SUMÁRIO	Pág.
Apresentação	3
Estrutura Organizacional	5
I - Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental	11
Coordenação Geral de Educação Infantil - COEDI	13
Coordenação Geral de Ensino Fundamental – COEF	22
Coordenação Geral de Políticas de Formação – COPFOR	34
Coordenação Geral de Estudos e Avaliação de Materiais - COGEAM	38
II - Departamento de Políticas de Ensino Médio	43
III - Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	53
Coordenação Geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais – COGEPE	55
Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino – CAFISE	58
Coordenação do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profucionário	63
IV - Departamento de Projetos Educacionais	65
V - Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica	79
Planejamento	87

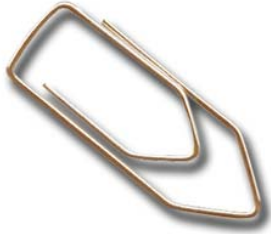




ESTRUTURA ORGANIZACIONAL







I - DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL





COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Descrição do programa/projeto

Definição de Política Nacional de Educação Infantil por meio de processo democrático e participativo. Em 2003, foi elaborado um documento que expressa as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para uma política nacional de Educação Infantil. Em 2004, foram realizados oito Seminários Regionais com a participação dos representantes de secretarias e conselhos estaduais e municipais de Educação e entidades não governamentais, que discutiram o documento *Política Nacional de Educação Infantil* em versão preliminar. Em 2005, o documento de Política e outros que o complementam foram reelaborados com as sugestões apresentadas pelos participantes dos eventos.

1.2 Metodologia utilizada

Realização de reuniões da Comissão de Educação Infantil do CONPEB e do Seminário Nacional: Política de Educação Infantil, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e com as secretarias estaduais e municipais de educação. Reunião para consulta técnica com diversos especialistas de todas as regiões do país sobre o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

1.3 Público alvo

Representantes dos sistemas estaduais e municipais de educação, de outros setores governamentais e daqueles representativos da sociedade civil envolvidos com a educação das crianças de zero a seis anos.

1.4 Recursos envolvidos

Recursos do Projeto UNESCO 914 BRA 1095 - Educação e Aprendizagem.

1.5 Materiais produzidos e distribuídos

- Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação: apresenta as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a Educação Infantil.
- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Vol. I e II: estabelece referências de qualidade na Educação Infantil para serem utilizadas na organização e funcionamento dos sistemas de ensino e de suas creches e pré-escolas.
- Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para instituições de Educação Infantil: relacionado à qualidade dos ambientes escolares com ênfase nas relações entre o espaço físico, o projeto pedagógico e o desenvolvimento da criança, além da sua adequação ao meio ambiente.

1.6 Considerações gerais

Esta Secretaria acredita que as contribuições daqueles que trabalham diretamente com a implementação das políticas públicas para a educação assegurarão que as especificidades de cada região sejam contempladas na Política Nacional de Educação Infantil. Além disso, o cumprimento do preceito constitucional da descentralização administrativa, bem como a participação dos diversos atores da sociedade na formulação das políticas públicas, foi propiciado graças a essa ação.

1.7 Recomendações para o planejamento/2006

- Fornecer apoio técnico e pedagógico à construção de políticas municipais de Educação Infantil, envolvendo a formação de equipes técnicas.



- Manter como interlocutor e parceiro a Comissão de Política de Educação Infantil do Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica e ambos como parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Política Nacional de Educação Infantil.
- Criar mecanismos de acompanhamento e de avaliação da Política Nacional de Educação Infantil, visando ao seu fortalecimento e à sua reorganização.
- Articular a Política Nacional de Educação Infantil com os fóruns de Educação Infantil e outras organizações da sociedade civil que atuam na área.

2 PROJETO DE REVISÃO DE POLÍTICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Descrição do programa

Este projeto diz respeito a um estudo proposto em 2004 pela UNESCO e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE ao governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e para outros três países selecionados: Indonésia, Kazacquistão e Quênia. A proposta teve dois objetivos principais: (1) oferecer aos (04) quatro Estados Membros selecionados uma oportunidade de revisar criticamente suas políticas e sistemas para a primeira infância e identificar opções e estratégias concretas para melhorá-los e (2), no nível global, compilar e distribuir informações comparativas sobre políticas, planejamento e implementação de Educação Infantil. A inserção das creches no sistema educacional gerou um aumento no quantitativo de crianças e de escolas sob a responsabilidade dos sistemas educacionais municipais, e, conseqüentemente, de suas atribuições, abrangência e necessidade de recursos.

2.2 Metodologia utilizada

Foi feito um estudo avaliativo dos serviços educacionais oferecidos às crianças desde o nascimento até os seis anos de idade, incluindo questões de acesso, qualidade, recursos, coordenação governamental e dados de pesquisas. O estudo abrangeu um sistema estadual e nove sistemas municipais de educação, escolhidos com base nos critérios de representatividade das cinco regiões brasileiras, incluindo municípios de pequeno, médio e grande porte, com atendimento no meio rural e urbano, em capitais e no interior. O MEC e o escritório da UNESCO formaram um grupo de trabalho nacional para acompanhar a implementação do projeto, ficando responsáveis também pela preparação da versão final do relatório de síntese e seu sumário executivo. A última versão deste relatório, em língua inglesa, foi elaborada pela OCDE.

2.3 Articulação com Estados/Municípios

A articulação com os Estados e Municípios selecionados para a pesquisa foi feita pela UNESCO e pelos pesquisadores que foram a campo para coleta de dados sobre os atendimentos em Educação Infantil.

2.4 Público alvo

Dirigentes, professores, universidades, centros de formação, formadores, (entre outros atores envolvidos em políticas públicas para a educação infantil).

2.5 Recursos envolvidos

A pesquisa foi realizada com recursos da UNESCO e a visita internacional foi custeada pela SEB, em conjunto com o INEP.

2.6 Considerações gerais

A caracterização do que vem acontecendo no País, detectando as limitações desse atendimento e as experiências municipais exitosas, é de extrema importância para subsidiar a definição e implementação de políticas para a área em todas as esferas administrativas.



2.7 Recomendações para o planejamento/2006

Apresentar e lançar internacionalmente a versão final do relatório de síntese e seu sumário executivo.

3 PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFANTIL

3.1 Descrição do programa/projeto

O PROINFANTIL oferece a formação mínima exigida em lei – nível médio, modalidade normal – aos professores em exercício na Educação Infantil que não a possuem. Em junho de 2005, o PROINFANTIL foi implementado em quatro estados pilotos: Ceará, Rondônia, Goiás e Sergipe. O Programa tem por objetivo elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes; valorizar o magistério, oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal ao professor; contribuir para a qualidade social da educação das crianças de até seis anos nas instituições de Educação Infantil. Durante o segundo semestre de 2005, foi preparada sua ampliação para todo território nacional. Além dos estados pilotos, outros estados aderiram ao programa e estão em fase de preparação para implementação: AL, PI, BA, AM, RS e SC.

3.2 Metodologia utilizada

- Estabelecimento de parceria com a SEED, cujo objetivo era conhecer o PROFORMAÇÃO, para adaptar seu material ao PROINFANTIL, possibilitar sua operacionalização e implementação, por meio da utilização do aparato do PROFORMAÇÃO existente nos Estados e Municípios.
- Contratação de consultores para a elaboração do material do programa.
- Implementação do projeto piloto, a partir de junho de 2005, por meio da realização de encontros de formação nas Agências Formadoras (AGF), com a participação de professores formadores e assessores pedagógicos do PROINFANTIL (APEI), bem como a formação de tutores. Em seguida, iniciou-se a fase presencial do programa nos estados pilotos.

3.3 Articulação com Estados/Municípios

O PROINFANTIL é um programa desenvolvido pela União, em parceria com Estados e Municípios. Sua viabilização só é possível a partir da assinatura de acordos de participação, nos quais são definidas as responsabilidades dos entes envolvidos.

3.4 Público alvo

Mais de 37 mil professores de Educação Infantil em exercício nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipal e estadual – e da rede privada – comunitária, filantrópica ou confessional, conveniadas ou não, que não possuem a habilitação mínima exigida por lei.

3.5 Recursos envolvidos

Recursos PROJETO PNUD BRA 03/004 e ação orçamentária 8379 – Formação em serviço e certificação em nível médio de professores não titulados da Educação Infantil.

3.6 Materiais produzidos e distribuídos

Foram impressos 16 livros de estudos, correspondentes ao Módulo I, o Guia Geral e o Livro do Tutor. Os livros referentes aos Módulos II, III e IV, Língua Espanhola, bem como o documento *Diretrizes Gerais do Proinfantil* estão em fase de impressão.



3.7 Considerações gerais

A LDB/1996 prevê que o docente da educação básica deve possuir formação em nível superior, em cursos de licenciatura, admitindo para a Educação Infantil e para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. Há, no Brasil, cerca de 37 mil professores atuando na Educação Infantil sem a qualificação prevista em lei. O Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2011 estabelece, como meta, um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que todos os professores e dirigentes de instituições deste nível de ensino possuam, no prazo de cinco anos, no mínimo, a formação em nível médio.

3.8 Recomendações para o planejamento/2006

- Dar continuidade à formação dos 1600 professores leigos que foram matriculados em 2005 pelo PROINFANTIL e ampliar o atendimento para mais 5 mil professores nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Amazonas, Piauí e Bahia. Serão ainda ampliados os grupos do Ceará e de Rondônia, que já participam do projeto piloto.
- Editar e imprimir os livros dos módulos II, III e IV (48 volumes), acompanhados dos respectivos cadernos de aprendizagem, bem como o manual de diretrizes gerais do programa.
- Prosseguir com os encontros de formação das equipes estaduais (EEG e AGF), bem como os de formação dos tutores.

4 Credenciamento e Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino

4.1 Descrição do programa

Em 2004, o Ministério da Educação iniciou uma ação de cooperação técnica junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS - para discutir a situação da rede de creches e pré-escolas credenciadas pelo Programa de Atenção à Criança – PAC - da Secretaria Nacional de Assistência Social e financiadas com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Como a rede de creches e pré-escolas encontra-se, ainda hoje, sob a responsabilidade do MDS, o MEC está participando do Grupo de Trabalho Interministerial que foi instituído em 21 de setembro de 2005, por meio da Portaria nº 3.219. Este grupo deverá apresentar um plano de trabalho que visa à transferência dos recursos financeiros e da gestão desta rede para o seu âmbito de atuação. Neste sentido, o MEC vem, ainda, desenvolvendo ações, em parceria com os sistemas de ensino, para que se normatizem, credenciem e integrem todas as instituições de Educação Infantil do Município aos seus respectivos sistemas.

4.2 Metodologia utilizada

- Discussão da temática em 10 seminários regionais: Qualidade Social da Educação, colhendo contribuições de gestores municipais e estaduais de educação, bem como de outras representações ligadas à área.
- Pareamento das instituições de Educação Infantil, cadastradas no MDS com os dados do Censo Escolar.
- Cadastramento das instituições no Censo Escolar de 2005.

4.3 Articulação com Estados e Municípios

A articulação é feita em dois âmbitos do Governo Federal:

- Por meio do MDS junto aos gestores municipais e estaduais de assistência social.
- Por meio do MEC, juntamente com UNDIME e CONSED, mobilizando gestores municipais e estaduais de educação.
- Contato constante com estados e municípios com vistas ao cadastramento das instituições identificadas no pareamento e que ainda não estão incluídas no Censo Escolar.

4.4 Público alvo

Gestores municipais e estaduais de educação e de assistência social.



4.5 Recursos envolvidos

Para a realização dos dez Seminários Regionais Qualidade Social da Educação, promovidos pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, foram utilizados recursos do Projeto de Cooperação Técnica PNUD/UNESCO – BRA/03/004. Está em discussão a transição da gestão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas, atualmente apoiadas financeiramente pelo Fundo Nacional de Assistência Social, do âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, para o Ministério da Educação, acompanhado do referido recurso.

4.6 Materiais produzidos e distribuídos

Versão preliminar do documento *Campanha Nacional de Credenciamento e Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino*.

4.7 Recomendações para o planejamento/2006

Finalização do relatório do GT interministerial.

5. PRÊMIO QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL - PROJETOS PREMIADOS

5.1 Descrição do programa/projeto

Trata-se da reunião de versões resumidas das experiências contempladas com a quinta versão do Prêmio Qualidade na Educação Infantil - 2004, instituído pelo MEC, em parceria com a Fundação Orsa. O Prêmio vigorou no período de 1999 a 2004.

5.2 Metodologia utilizada

- Criação de roteiro para elaboração das versões resumidas das experiências pelos professores, contendo as seguintes especificações: dados de identificação; contextualização; justificativa; embasamento teórico; desenvolvimento das ações e avaliação.
- Elaboração de plano de distribuição da tiragem de 20.000 exemplares, concluída em meados de setembro de 2005.
- Para o lançamento na cerimônia de premiação do Prêmio Professores do Brasil – 2005 foram disponibilizados 300 (trezentos) exemplares.

5.3 Articulação com Estados/Municípios

Encaminhamento da publicação às secretarias de educação, estaduais e municipais, a entidades, organismos internacionais, universidades, professores e especialistas da área educacional.

5.4 Público alvo

Professores, educadores, profissionais, instituições e entidades da área educacional.

5.5 Recursos envolvidos

As despesas foram custeadas a conta do Acordo de Cooperação Técnica SEB/UNESCO – 914/BRA/1113 – Apoio ao Desenvolvimento das Políticas de Educação Básica.

5.6 Materiais produzidos e distribuídos

Produção de 20 mil exemplares da publicação *Prêmio Qualidade na Educação Infantil – Projetos Premiados – 2004*.



5.7 Considerações gerais

Foram publicados os projetos premiados no antigo Prêmio Qualidade na Educação Infantil 2004, com o objetivo de divulgar as experiências pedagógicas relevantes desenvolvidas na Educação Infantil. A publicação, que reúne os 24 projetos premiados e apresentados no II Seminário Prêmio Qualidade na Educação Infantil - 2004, legitima e divulga o trabalho desenvolvido por professoras e, mais raramente por professores, em creches e pré-escolas públicas brasileiras. A publicação apresenta, a partir do relato de cada professora, soluções e práticas pedagógicas inovadoras, evidenciando-se o esforço do registro das experiências desenvolvidas com crianças de 0 a 6 anos. Destaca a busca de superação das dificuldades e o envolvimento da comunidade escolar e das famílias.

5.8 Recomendações para o planejamento/2006

Elaborar material semelhante para as experiências contempladas no Prêmio Professores do Brasil - 2005.

6. FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA

6.1 Descrição do programa/projeto

O Kit *Família Brasileira Fortalecida* foi desenvolvido pelo UNICEF, em parceria com outras 28 instituições. É composto por cinco álbuns seriados que versam sobre a atenção, cuidados e educação de crianças de 0 a 6 anos. Com o intuito de subsidiar os sistemas de ensino a garantir que a ação da educação seja complementar à da família, foi estabelecida uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, para a reprodução e distribuição do referido kit. O foco do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil é fortalecer a parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, nas distintas funções que estas exercem.

6.2 Metodologia utilizada

Parceria entre MEC, UNICEF e secretarias estaduais e municipais de educação. O MEC, em cooperação técnica com o UNICEF, e na perspectiva do regime de colaboração, firmou parceria com os estados do Ceará, da Paraíba, do Piauí e o município de Manaus para a realização de um piloto do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil. Em abril de 2005, foi realizado um encontro, com o objetivo de formar técnicos das secretarias estaduais de educação para trabalhar junto às secretarias municipais de educação e instituições de educação infantil dos municípios no desenvolvimento do programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil. Entre agosto e setembro foram realizados quatro encontros, sendo um em cada estado piloto, com o objetivo de formar técnicos das secretarias municipais de educação, saúde e assistência/ação/desenvolvimento social que estão trabalhando junto às instituições de Educação Infantil dos municípios selecionados nos estados no desenvolvimento do Programa pela Educação Infantil.

6.3 Articulação com Estados/Municípios

A formação de técnicos das secretarias estaduais e municipais foi sediada nos estados e municípios beneficiários do programa. Técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação estão trabalhando, juntamente com técnicos do MEC, na formação de professores para subsidiá-los em sua atuação junto às famílias e/ou responsáveis pelas crianças que frequentam a instituição, bem como no acompanhamento e avaliação do Programa nos seus estados.

6.4 Público alvo

O Kit *Família Brasileira Fortalecida* é destinado às instituições de Educação Infantil, tanto para o trabalho dessas junto às famílias quanto para a formação continuada dos professores.



6.5 Recursos envolvidos

Recursos do Projeto UNESCO 914 BRA 1095 - Educação e Aprendizagem.

6.6 Materiais produzidos e distribuídos

Em 2005, foram confeccionados 6 mil kits do Família Brasileira Fortalecida, desses, foram distribuídos 2.295 kits, destinados as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Saúde e Assistência e instituições de Educação Infantil, cadastradas no Censo Escolar, dos municípios participantes para utilização nas ações do Programa. Cada Instituição de Educação Infantil (creches, pré-escolas, centros de Educação Infantil, entre outros), envolvida no Programa, também recebeu um kit de álbuns para cada 250 crianças atendidas, com o objetivo de subsidiar os professores em sua atuação junto às famílias e/ou responsáveis pelas crianças.

6.7 Considerações gerais

Segundo a LDB, a finalidade da Educação Infantil é “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família” (Art. 29). O desenvolvimento integral dos educandos até seis anos de idade requer, portanto, uma ação compartilhada entre família e Estado. Em momento algum esta ação pretende desconsiderar os conhecimentos das famílias e dos professores sobre os cuidados e a educação das crianças. O objetivo é, antes, fortalecer as competências familiares, para que todos os membros da família estejam aptos a atender às necessidades integrais de suas crianças.

6.8 Recomendações para o planejamento/2006

- Realizar acompanhamento e avaliação do programa em âmbito municipal, estadual e nacional.
- Integrar o Programa ao PROINFANTIL, sendo implementado nos municípios participantes a partir de 2006. Os 3.705 kits restantes serão distribuídos para as instituições de Educação Infantil em que atuam os cursistas do PROINFANTIL.

7 REVISTA CRIANÇA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

7.1 Descrição do programa

A Revista Criança é reconhecido instrumento para o desenvolvimento da prática docente e de formação continuada dos profissionais de Educação Infantil e um relevante canal de comunicação com os professores, para a melhoria da qualidade do ensino. Em 2005, foi distribuída a edição 38, impressa e distribuída a Revista nº 39, elaboradas e produzidas as pautas das Revistas 40, 41 e 42, impressas as Revistas 40 e 41 e distribuída a edição de nº40. Esta publicação, distribuída gratuitamente às escolas e professores dos diversos estados brasileiros, muitas vezes é a única forma de acesso a informações atualizadas, sendo um meio de valorização e estímulo para os profissionais que atuam em creches e pré-escolas.

7.2 Metodologia utilizada

Foram contratados consultores para a realização de entrevistas, artigos, reportagens e para a realização do seu projeto gráfico, edição e revisão.

7.3 Articulação com Estados/Municípios

A distribuição é feita segundo dados do Censo Escolar e de um banco de dados dos professores cadastrados. O papel das Secretarias de Educação é fundamental para a ampliação do público leitor. Para receber a Revista, é necessário que a instituição de educação infantil responda o Censo Escolar e o professor envie seu cadastro ao MEC.



7.4 Público alvo

Atendimento a 200 mil professores, diretores e outros profissionais da área pedagógica que atuam na Educação Infantil; profissionais das secretarias municipais e estaduais de educação e universidades.

7.5 Recursos envolvidos

Os recursos para custear as despesas de impressão gráfica da Revista Criança números 40, 41 e 42 ocorreram à conta da ação Orçamentária 6351 - Distribuição de periódicos para a Educação Infantil. O total de recurso empenhado em 2005, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para execução da ação de impressão gráfica das referidas Revistas foi de R\$ 767.991,00. Os recursos para custear as despesas de arte final, designer gráfico, tratamento e arte finalização de imagens e fotografias, para desenvolvimento de editoração gráfica dos números 41 e 42 da Revista Criança ocorreram à conta do Projeto Unesco 914 BRA 1095.

7.6 Materiais produzidos e distribuídos

- Distribuição de 200 mil exemplares da Revista Criança número 38.
- Impressão e distribuição de 200 mil exemplares da Revista Criança número 39 e o mesmo quantitativo da Revista Criança número 40.
- Produção da Revista Criança número 41.
- Pauta: Revista Criança número 42.

7.7 Considerações gerais

Uma educação básica de qualidade é direito de todos os cidadãos e condição para a formação de sujeitos críticos, autônomos e criativos. Para garantir um padrão de qualidade na educação de crianças de zero a seis anos, o MEC tem como meta investir na formação continuada dos professores, que atendem a esta faixa etária, pois estes necessitam estar atualizados e bem preparados para garantir padrões de excelência no trabalho com a Educação Infantil, uma vez que é nesta fase que as experiências exercem maior influência sobre a formação e inteligência da criança.

7.8 Recomendações para o planejamento/2006

- Distribuir 200 mil exemplares da Revista Criança número 41 e produção e distribuição das Revistas Criança números 42, 43, 44 e 45, com tiragem de 200 mil exemplares cada.
- Concluir o levantamento de dados sobre a avaliação, o cadastramento dos leitores e instruir o Conselho Editorial da Revista.



**COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
COEF**



PRINCIPAIS POLÍTICAS e PROGRAMAS

1. AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE ANOS

1.1 Descrição do programa/projeto

A ampliação do ensino fundamental obrigatório para nove anos de duração, com início aos seis anos de idade, está prevista na LDB e no PNE. Nessa perspectiva, o MEC subsidia os sistemas de ensino na implementação do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, pois considera que tal ampliação contribuirá, significativamente, para a inclusão social das novas gerações, como também trará relevantes benefícios para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem. Com a aprovação da Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que estabelece a matrícula obrigatória, para o ano letivo de 2006, das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, o Ministério da Educação apresentou o Projeto de Lei nº 5.452, que propõe complementar a citada lei, determinando a ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, bem como garantindo progressividade aos sistemas de ensino para essa mudança, ou seja, estabelecendo prazo até o ano de 2010 para a implementação. Com a vigência da Lei nº 11.114, o MEC homologou o Parecer CNE/CEB nº 06/2005, a Resolução CNE/CEB nº 03/2005 e o Parecer CNE/CEB nº 18/2005 do Conselho Nacional de Educação.

1.2 Metodologia utilizada

- Realização de dez *Seminários Regionais: Qualidade Social da Educação*, organizados pelo MEC, pelas Secretarias de Educação, UNDIME e o CONSED para levantamento de questões relativas à matrícula obrigatória das crianças de 6 anos de idade no ensino fundamental.
- Elaboração de documento em versão preliminar intitulado *Encontros Regionais sobre a Ampliação do Ensino Fundamental para 9 Anos*, que serviu de base para discussão sobre a viabilidade da implantação do Programa no âmbito dos sistemas de ensino.
- Constituição de um GT com representantes das coordenações a ele vinculado para a discussão e posterior elaboração por consultores de um documento com orientações pedagógicas relativas a ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos.

1.3 Articulação com Estados/Municípios

Apoio às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação mediante assessoramento técnico, objetivando o planejamento e a reestruturação dos sistemas para a implantação do ensino fundamental de nove anos, e para informação e análise das experiências desenvolvidas e das possibilidades de implantação. Apresentação do programa por integrantes da Coordenação-Geral de Ensino Fundamental em eventos organizados pela UNDIME, CONSED, UNCME e/ou sistemas de ensino para aprofundamento da discussão.

1.4 Público alvo

- Sistemas Estaduais de Educação;
- Sistemas Municipais de Educação;
- Conselhos Estaduais de Educação;
- Conselhos Municipais de Educação;
- Diretores de Escolas;
- Professores do Ensino Fundamental;
- Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental;
- Demais profissionais da Educação.

Os parceiros são:

- Conselho Nacional de Educação;
- UNDIME – Nacional, Regionais e Estaduais;
- CONSED – Conselho dos Secretários de Educação.



1.5 Recursos envolvidos

Projeto: Apoio ao Desenvolvimento de Políticas de Educação Básica – Acordo Governo Brasileiro/Unesco - SEB – 914 BRA 1113.

1.6 Materiais produzidos e distribuídos

- Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Gerais – Essa publicação é uma de referência nacional para as questões pedagógicas, administrativas e de avaliação no que se refere à inclusão das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental. O documento apresenta também a fundamentação legal pertinente.
- Relatórios do Programa – elaborados na forma de encartes do documento *Ensino Fundamental de Nove anos – Orientações Gerais*.

Relatório I – apresenta as principais ações realizadas pela SEB/DPE/COEF em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação até julho de 2004.

Relatório II – apresenta as principais ações realizadas pela SEB/ /DPE/COEF em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no período de agosto de 2004 até julho de 2005.

1.7 Considerações gerais

A ampliação do ensino fundamental é parte da política educacional do país, prevista no PNE. Dentro dessa política, este Ministério encaminhou à Casa Civil da Presidência da República Projeto de Lei nº 5.452/2005 com o propósito de ampliar a duração mínima do ensino fundamental de oito para nove anos e favorecer aos sistemas o tempo suficiente para essa nova estrutura. A Lei Nº 11.114, de 16 de maio de 2005, alterou os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Os sistemas de ensino devem respeitar a Lei 11.114/2005, a resolução nº 03/2005 CNE/CEB, Parecer nº 6/2005 CNE/CEB e o Parecer nº 18/2005 CNE/CEB. Os Sistemas de Ensino devem elaborar um planejamento de implementação observando: rede física, recursos humanos, mobiliários e equipamentos, materiais didáticos, proposta pedagógica, formação continuada e demais itens relevantes para sua efetivação.

1.8 Recomendações para o planejamento/2006

- Elaboração, junto ao CNE, de recomendações referentes à regulamentação do Ensino Fundamental de Nove Anos, bem como às suas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Elaboração, publicação e distribuição do Relatório do Programa referente a 2005 apresentando as ações realizadas, devolutiva às demandas formais apresentadas nos Seminários e Encontros do Programa Ampliação EF para Nove Anos, legislação pertinente e números da implantação; publicação e distribuição do documento de orientações pedagógicas com o Kit de materiais;
- Encontro com os sistemas de ensino para apresentação e discussão do documento de orientações pedagógicas;
- Orientação aos sistemas de ensino quanto à assistência financeira do FNDE para a elaboração de planos e projetos educacionais de 2006 referentes à ampliação do Ensino Fundamental a fim de pleitear o recurso orçamentário;
- Articulação do Programa com a Rede de Formação Continuada e outros Programas da SEB e demais Secretarias do MEC.
- Distribuição de um kit composto por jogos coletivos, acervo literário, CD's e fitas do Programa *Letra Viva*, junto ao documento de orientações pedagógicas elaborado em 2005 a ser enviado a todos os estabelecimentos de ensino que oferecem o Ensino Fundamental de Nove Anos,

2 CURRÍCULO: AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

2.1 Descrição do programa

Discussão e divulgação da concepção de currículo junto às escolas e às secretarias de educação, junto a professores, gestores e demais profissionais da educação.



2.2 Metodologia utilizada

- Criação de um Grupo de Trabalho com representantes das Coordenações vinculadas ao Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental para a elaboração de um documento orientador ao trabalho dos consultores;
- Realização de reuniões com consultores com o objetivo de orientá-los sobre a produção dos cadernos.
- Elaboração e produção de seis cadernos, sobre os seguintes eixos organizadores do currículo: Currículo e Desenvolvimento Humano; Currículo e Temporalidades Humanas no Cotidiano da Escola; Cultura, Conhecimento e Currículo; Currículo e Organização do Tempo e Espaço Escolares; Currículo e Fracasso Escolar; Currículo e Avaliação.

2.3 Articulação com Estados/Municípios

Participação desta Coordenação em eventos organizados pela UNDIME, CONSED, UNCME e/ou Sistemas de Ensino para a apresentação dos Programas da Secretaria de Educação Básica e, nessas situações, abordaram tal temática.

2.4 Público alvo

- Gestores das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação;
- Professores;
- Diretores de escolas;
- Coordenadores pedagógicos, orientadores;
- Demais profissionais da educação: coordenadores, orientadores etc.

2.5 Recursos envolvidos

- Contratação de consultores para a elaboração dos seis cadernos, os recursos para custear essas despesas são provenientes do Projeto: Apoio ao Desenvolvimento de Políticas de Educação Básica – Acordo Governo Brasileiro/Unesco – SEB – 914 BRA 1113.
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arte final, designer gráfico, tratamento e arte finalização de imagens e fotografias, para desenvolvimento de editoração gráfica do Documento de Currículo composto por 6 fascículos – Os recursos para custear essas despesas correrão à conta do Projeto: Educação e Aprendizagem – Acordo Governo Brasileiro/Unesco – SEB – 914/BRA 1095.
- Publicação do Documento – recursos da Secretaria de Educação Básica.

2.6 Materiais produzidos e distribuídos

Encontram-se em fase de elaboração os seis cadernos sobre os eixos organizadores do currículo, com 24 páginas cada.

2.7 Considerações gerais

O MEC, levando em consideração que o processo educativo é complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais, entende que esse não pode ser analisado fora da interação dialógica entre escola e vida, considerando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura. Partindo dessa reflexão, convidaremos gestores, professores e demais profissionais da educação para um debate sobre os eixos organizadores de currículos. Assim, parece-nos que a proposta para a discussão sobre concepção curricular passa pela necessidade de constituir a escola como espaços e ambientes educativos que possibilitem aprendizagem, reafirmando a escola como espaço do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a constituição da cidadania. Para isso, o MEC propõe uma reflexão sobre “o que”, “por que” e “como” ensinar e aprender, reconhecendo os interesses e as diferenças sociais, a história cultural e pedagógica pelas quais passam nossas escolas.

2.8 Recomendações para o planejamento/2006



- Finalização do documento, sua publicação e distribuição;
- Organização e realização de encontros com os representantes das Secretarias de Educação para desencadear um processo de discussão sobre concepção de currículo e seus desdobramentos.

3 PRÓ-LICENCIATURA – PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

3.1 Descrição do programa/projeto

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 – estabelece que os profissionais que atuam na segunda etapa do ensino fundamental, bem como no ensino médio, possuam formação em nível superior, em cursos de licenciatura. O Pró-Licenciatura, dirigido aos Professores em exercício no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que não possuem licenciatura em sua área de atuação - tem por objetivo a qualidade do ensino na Educação Básica e é realizado pela SEB em parceria com a SEED. A valorização da escola, do magistério e o investimento no trabalho docente são fatores fundamentais e urgentes para a reestruturação do sistema educacional brasileiro. O Programa tem como alicerces os seguintes eixos:

- Formação consistente e contextualizada do educador nos conteúdos de sua área de atuação;
- Formação teórica, sólida e consistente sobre educação e os princípios políticos e éticos pertinentes à profissão docente;
- Compreensão do educador como sujeito capaz de propor e efetivar as transformações político-pedagógicas que se impõem à escola;
- Compreensão da escola como espaço social, sensível à história e à cultura locais;
- Ação afirmativa de inclusão digital, viabilizando a apropriação pelos educadores das tecnologias de comunicação e informação e seus códigos;
- Estímulo à construção de redes de educadores para intercâmbio de experiências, comunicação e produção coletiva de conhecimento.

Os cursos propostos abrangem as disciplinas da Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Espanhol e Inglês), Arte, Educação Física, Geografia, História, Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia.

3.2 Metodologia utilizada

- Estabelecimento de parceria entre SEB e a SEED para operacionalização do Programa junto a Instituições de Ensino Superior – IES públicas, comunitárias ou confessionais.
- Publicação de edital para manifestação de interesse por parte das IES e reunião para apresentação do Programa às IES que participaram da manifestação pública.
- Elaboração [SEB/SEED] e lançamento da Resolução e anexos (via FNDE) que estabelecem critérios de participação para IES.
- Constituição de comissões de seleção para a habilitação das propostas apresentadas pelas IES, bem como para a análise dos projetos apresentados.
- Elaboração de pareceres da Comissão de Seleção para adequação dos projetos apresentados, sendo novamente analisados pelos pareceristas.
- Publicação do resultado da seleção de propostas.

3.3 Articulação com Estados/Municípios

O Programa é realizado em parceria com estados e municípios. Cabe aos estados e municípios o levantamento dos professores que estão aptos a participar do programa e o acompanhamento de sua execução.

3.4 Público alvo

Professores das quatro séries finais do ensino fundamental e do ensino médio em exercício nas redes públicas de ensino que não possuem a habilitação exigida por Lei.



3.5 Considerações gerais

As Instituições de Ensino Superior (IES) são parceiras estratégicas no desenvolvimento do Programa, pois a elas cabe a formação inicial desses profissionais. Além disso, essas instituições poderão dar contribuição inestimável aos processos de formação continuada que venham a ser criados para complementar a ação central do Programa. A parceria entre as universidades e o sistema público de ensino tem grande potencial de transformação sócio-educativa, contribuindo, inclusive, para que as IES avaliem e aprimorem constantemente seus cursos de licenciatura, a partir das demandas concretas da Educação Básica. Foram selecionados 57 projetos de cursos, envolvendo 58 IES agrupadas em 23 parcerias.

3.6 Recomendações para o planejamento/2006

- Assinatura dos convênios entre as IES e o FNDE para a implementação do Programa, dando início, assim, aos cursos selecionados.
- Análise de uma nova proposta de seleção de IES para atender à demanda a partir do território e dos cursos que ainda não foram atendidos com a seleção de 2005.
- Elaboração de mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa em parceria com a SEED.
- Previsão de início dos cursos para o ano de 2006, atendendo cerca de 45 mil alunos em 22 Unidades da Federação (UF).

4 ESCOLAS DE FRONTEIRA

4.1 Descrição do programa

O MEC, de acordo com o que rege o “Convênio de Cooperação Educacional Brasil-Argentina”, estabelecido em 10 de novembro de 1997, firmou, com o Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina, a “Declaração Conjunta Brasil-Argentina”, em 09 de junho de 2004. A Declaração estabelece a criação de um Programa de Educação Intercultural que inclui o ensino dos idiomas português e espanhol nas escolas de fronteira dos dois países, bem como uma reformulação curricular para que possam tornar-se escolas bilíngües.

4.2 Metodologia utilizada

- Elaboração de um Plano de Trabalho com o Ministério da Educação Ciência e Tecnologia da Argentina com o objetivo de especificar as demandas locais e estabelecer as ações correspondentes.
- Seleção dos municípios de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina para realização de reuniões com dirigentes estaduais, municipais e dirigentes de escolas.
- Formação continuada dos professores destes municípios e acompanhamento técnico-pedagógico das atividades realizadas.

4.3 Articulação com Estados/Municípios

- Em execução à articulação com as Secretarias de Educação do Estado de Santa Catarina e com a Municipal de Uruguaiana.
- Contatos com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná e com a Secretaria de Educação do Município de Foz do Iguaçu para a ampliação do Projeto nesse município.
- Contatos com as Secretarias Municipais de Educação de São Borja e Itaqui (conforme indicação Argentina) para sondagem a respeito do interesse caso o Projeto seja ampliado.

4.4 Público alvo

Alunos e professores do ensino fundamental em escolas públicas localizadas em zona de fronteira.



4.5 Recursos envolvidos

- Formação dos professores – Etapa I (fevereiro)
- Contratação do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística – IPOL - R\$ 113.958,85
- Disponibilização de recursos para o transporte de professores – R\$ 2.651,34
- Formação dos Professores – Etapa II (agosto) – R\$ 69.679,00

4.6 Metas para 2006

- Implantação no Paraguai e no Uruguai da primeira etapa.
- Expansão do projeto com a Argentina.
- Ampliação do projeto para o município de Foz do Iguaçu com possibilidade de ampliar para outros municípios e países conforme disponibilidade orçamentária.

5 AÇÕES EDUCACIONAIS

5.1 CORREÇÃO DE FLUXO - REGULARIZAÇÃO DA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE

5.1.1 Descrição da ação

Articulação de políticas e programas de melhoria da qualidade da educação básica junto aos sistemas de ensino com o objetivo de desenvolver a cultura do sucesso escolar.

5.1.2. Metodologia

Estudo das possibilidades de correção da defasagem idade/série na perspectiva de formular propostas visando o combate ao fracasso escolar por meio de:

- Elaboração de documento incorporando a discussão no Programa Currículo: Atualização e Ampliação;
- Discussão e reflexão em todos os sistemas de ensino e unidades escolares sobre a concepção curricular;
- Articulação da formação continuada e inicial para a melhoria da qualidade do ensino e superar o fracasso escolar;
- Ampliação do Pró-Letramento;
- Desenvolvimento de política de livro, leitura e de formação de leitores;
- Disponibilização de recursos por meio dos PTA's;
- Reorganização do ensino fundamental para nove anos possibilitando um tempo mais longo de convívio escolar, assegurando oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla.
- Realização de reuniões com a assessoria técnica e demais coordenações da SEB para o aprofundamento e planejamento das ações de implementação do Programa;

5.1.3. Público alvo

- Gestores dos sistemas estaduais e municipais de educação;
- Professores e demais profissionais de educação.

5.1.4 Ações em 2006

- Atualização estatística junto ao INEP;
- Acompanhamento e Monitoramento da gestão pedagógica junto aos sistemas de ensino na implementação dos PTA.

5.1.5 Metas para 2006

- Reduzir os índices de reprovação;
- Obter resultados mais satisfatórios no SAEB.



5.2 PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL

5.2.1 Descrição do programa

Premiação de 20 experiências pedagógicas relevantes sendo 10 realizadas por professores da educação infantil e 10 do ensino fundamental dos sistemas públicos de ensino. O Prêmio é uma parceria do MEC com a Fundação Bunge, a Fundação Orsa, a UNDIME e o CONSED e foi instituído pela Portaria Ministerial nº 1.853, de 31 de maio de 2005. Trata-se da unificação dos antigos Prêmios Qualidade na Educação Infantil e Incentivo à Educação Fundamental. Em 2005, foram inscritos 1136 trabalhos, dos quais 400 da Educação Infantil e 731 inscritos do Ensino Fundamental. O MEC recebeu 66 trabalhos no primeiro segmento e 81 no segundo, totalizando 147 experiências.

5.2.2 Metodologia utilizada

- Instituição do Prêmio e publicação do Regulamento por meio de portaria ministerial;
- Instituição da comissão nacional e das comissões estaduais de avaliação do Prêmio.
- Elaboração e publicação de material de divulgação;
- Indicação dos Coordenadores Estaduais pela Undime e pelas Secretarias Estaduais de Educação responsáveis pela divulgação das atividades desenvolvidas em nível local, pela definição do Cronograma de Execução do Prêmio no Estado e nos Municípios.
- Avaliação em âmbito estadual pelas Comissões Julgadoras Estaduais e encaminhamento ao MEC dos trabalhos selecionados;
- Avaliação em âmbito nacional pela Comissão Julgadora Nacional e divulgação dos resultados;
- Realização do Primeiro Seminário Professores do Brasil, objetivando a socialização de experiências entre os premiados e Solenidade de Premiação, em Brasília, DF.

5.2.3 Articulação com Estados/ Municípios

Parceria com os estados e municípios para a operacionalização da ação, por meio da articulação entre o Consed e a Undime, para divulgação e incentivo a participação junto aos sistemas de ensino e aos professores.

5.2.4 Público alvo

Professores em exercício nas instituições e escolas públicas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

5.2.5 Recursos envolvidos

Cada professor recebe das Fundações parceiras: prêmio em dinheiro no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); troféu, certificado, viagem, hospedagem e programação cultural em Brasília-DF, local da premiação. Ao MEC cabe a produção e a distribuição do material de divulgação. Para o “Prêmio Professores do Brasil - 2005” foram elaborados, reproduzidos e distribuídos: folheto técnico, folhetos, cartazes com ilustração simples, envelopes plásticos, cartas, diplomas, certificados, convites, crachás, totalizando R\$ 313.884,76.

5.2.6 Considerações gerais

O Prêmio é um caminho importante para o desenvolvimento de atitudes investigativas, de alternativas metodológicas e pedagógicas na busca da qualidade social da educação. É sobretudo, um instrumento importante no processo da formação continuada de professores que atuam na Educação Básica.

5.2.7 Metas para 2006

- Avaliar, junto aos parceiros, da primeira edição do “Prêmio Professores do Brasil”;
- Editar textos, finalização e distribuição da publicação dos projetos premiados em 2005;



- Ampliar as categorias: 0 a 3 anos (creche); 4 a 5 ou 6 anos (pré-escola); 6 ou 7 anos a 10 anos (anos iniciais do Ensino Fundamental);
- Incluir nova categoria referente aos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries);
- Ampliar o número de inscrições;

5.3 PUBLICAÇÃO: PRÊMIO INCENTIVO À EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/2004 – EXPERIÊNCIAS PREMIADAS

5.3.1 Descrição da ação

Publicação das experiências contempladas com a nona versão do “Prêmio Incentivo à Educação Fundamental/2004”, instituído pelo MEC, em parceria com a Fundação Bunge. O Prêmio vigorou no período entre 1995 a 2004.

5.4 ESCOLAS QUE ATENDEM A BRASILEIROS NO JAPÃO

5.4.1 Descrição da ação

Validação de documentos escolares emitidos por escolas de Educação Básica que atendem a brasileiros no Japão.

5.4.2 Metodologia

- Recebimento de processos para análise de agosto de 2004 até novembro de 2005;
- Elaboração do roteiro para análise em conjunto com as coordenações (COEF, COEDI E CGPEM);
- Elaboração do modelo de nota técnica juntamente com as coordenações.

5.4.3 Público alvo

Escolas que atendem brasileiros no Japão. Atualmente, existem 83 escolas de Educação Básica que atendem brasileiros no Japão. Cerca de 63 enviaram processos: desses, 19 foram homologados, com base no Parecer CNE/CEB no 11/99 e 44 foram encaminhados à Assessoria Internacional pela SEB com orientações para reformulação dos seus projetos.

5.4.4 Materiais produzidos e distribuídos

Elaboração do manual de orientação do processo de validação dos estudos de brasileiros em escolas no Japão.

5.4.5 Considerações gerais

Para que estas escolas possam emitir documentos escolares considerados válidos no Brasil, deverão solicitar o seu credenciamento junto ao Conselho Nacional de Educação – CNE, por meio dos órgãos próprios do Ministério da Educação e por intermédio da Embaixada Brasileira no Japão (segundo o Art. 3º da Resolução nº 2/2004). No período de 1º/6/2004 a 18/11/2005, foram encaminhados a esta Secretaria 31 novos processos. As análises técnicas dos 28 novos processos elaborados pela Secretaria apontaram que a documentação apresentada não atendia aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/2004 e a LDB.



6. AÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS – SPE

6.1.1 Descrição do projeto

Parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, Unesco e o Unicef com o objetivo principal de transformar os contextos de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV/Aids, a outras doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez não planejada.

6.1.2 Metodologia utilizada

Seminários, oficinas, encontros macrorregionais e sistemas de monitoramento e avaliação que objetivam subsidiar estados e municípios na implantação e implementação de ações de promoção da saúde e prevenção das DST/Aids junto às escolas, às unidades de saúde e à comunidade.

6.1.3 Articulação com Estados/Municípios

Gestão integrada do Projeto nos estados e municípios junto às Secretarias de Educação e de Saúde.

6.1.4 Público-Alvo

- Alunos das escolas públicas na faixa etária entre 10 e 24 anos;
- Secretarias de Saúde e de Educação;
- Comunidade escolar;
- Instâncias representativas da sociedade que atuam no âmbito da saúde e da educação.

6.1.5 Materiais produzidos e distribuídos

- Documento Base: “Diretrizes para Implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas”. Esse material foi reproduzido com recursos do Ministério da Saúde;
- Folder com a logomarca do Projeto - recursos do Ministério da Saúde;
- Encarte Saúde do Censo Escolar 2005 - perguntas específicas sobre ações de prevenção em DST/Aids, ações de saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas e à gravidez na adolescência. Recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e do Ministério da Saúde.

6.1.6 Considerações gerais

A integração entre escolas e serviços de saúde constitui um espaço fundamental para a incorporação de conhecimentos sobre prevenção, saúde e sobre o exercício da sexualidade com consciência e responsabilidade.

6.1.7 Metas para 2006

- Realização de quatro oficinas [regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste] com custos orçados em, aproximadamente, R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para cada oficina, totalizando o valor de R\$ 140.000,00;
- Visitas de técnicos desta Coordenação para sensibilização/formação dos gestores locais e monitoramento das ações. No mínimo, 1 (uma) visita ao mês, com custos orçados em aproximadamente R\$1.500, 00 (um mil e quinhentos reais) de passagens; R\$ 300,00 (trezentos reais) referentes a duas diárias e traslado (valor aproximado), totalizando, aproximadamente, R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
- Elaboração de manual sobre o tema Prevenção nas Escolas para subsidiar as ações Para tanto, fomenta, garante, delibera, articula e difunde ações em benefício de crianças e adolescentes.



6.2 PROJETO XADREZ NAS ESCOLAS

6.2.1 Descrição do projeto

Projeto em parceria com o Ministério dos Esportes para inclusão do ensino de xadrez em escolas públicas estaduais, para alunos de 5ª a 8ª série, nas capitais do País.

6.2.2 Metodologia utilizada

- Reuniões com as Secretarias Estaduais de Educação e de Esporte para apresentação do projeto;
- Formação dos professores que desenvolvem o projeto;
- Monitoramento e avaliação do projeto.

6.2.3 Articulação com Estados/Municípios

Em 2005, vinte e cinco secretarias de educação e de esporte aderiram ao projeto.

6.2.4 Público alvo

Professores e alunos de escolas públicas das capitais brasileiras.

6.2.5 Materiais produzidos e distribuídos

- Projeto básico produzido;
- Material de divulgação em produção;
- Kits para distribuição contendo: livro de xadrez, mural, tabuleiro e peças.

6.3 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO – SINASE

6.3.1 Descrição

O Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo, propõe-se a dinamizar um processo pedagógico nacional para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas: privação de liberdade, semi-liberdade, liberdade assistida e em prestação de serviço à comunidade, assim como inseridos em Unidades de Internação Provisórias.

6.3.2 Público alvo

- Profissionais em exercício nas Unidades de Internação e/ou entidades afins;
- Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas.

6.4 CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA

6.4.1 Descrição

Criado pela Lei nº 8.242/91, tem como missão propor e acompanhar as políticas públicas direcionadas a todas as crianças e adolescentes do Brasil, conforme preceito constitucional de prioridade absoluta. O Conanda fomenta, garante, delibera, articula e difunde ações em benefício de crianças e adolescentes.

6.4.2 Metodologia

Participação em:

- Assembléias deliberativas mensais, com duração de dois dias;
- Comissão de Políticas Públicas do Conanda;
- Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Planejamento e produção de eventos do Conanda referentes a “violação dos direitos humanos” junto aos Conselhos Estaduais e Municipais de Direito e Conselhos Tutelares;



-
- Produção do documento oficial do Sistema Nacional de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: Pró-Conselho;
 - Planejamento da Conferência Nacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente de 2005;
 - Discussão da proposta, acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo - SINASE.

6.4.3 Público alvo

Crianças e adolescentes brasileiros.



**COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO
COPFOR**



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1 Descrição do programa/projeto

Seleção de universidades públicas e comunitárias para promoção da excelência na formação continuada de professores, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Esses parceiros constituíram os centros de pesquisa e desenvolvimento da educação, responsáveis pelo desenvolvimento e oferta de programas de formação permanente de professores e pela implantação de novas tecnologias de ensino e gestão. São eles:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG; UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP
- Ensino de Ciências Humanas e Sociais: UFAM, UFC, PUC/MG
- Artes e Educação Física: UFRGS, UFRN, PUC/SP
- Gestão e Avaliação da Educação: UFPR, UFBA, UFJF

1.2 Metodologia utilizada

- Celebração de convênios com universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC;
- Execução gerenciada pelo MEC e acompanhada, em cada Centro, por um comitê gestor, constituído por três membros: o coordenador do Centro, um representante da universidade indicado pelo reitor e um representante da SEB;
- Estabelecimento de acordos de cooperação, por meio de convênios, contratos, que aumentem o alcance dos programas desenvolvidos pelos Centros.

1.3 Articulação com Estados/Municípios

Articulação dos Centros com os sistemas de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. Cada sistema deve analisar as necessidades de formação dos seus professores, elaborar um programa de formação continuada que atenda a essas necessidades e firmar convênio com os centros de pesquisa e desenvolvimento da educação para a sua realização.

1.4 Público alvo

Professores de Educação Básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação.

1.5 Recursos envolvidos

Foi repassado às universidades, por meio de nota de crédito e ordem bancária, o montante de R\$ 8.464.716,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e dezesseis reais).

1.6 Materiais produzidos e distribuídos

Os produtos desenvolvidos pelos Centros e já disponíveis para implementação, a partir da adesão das secretarias de educação são:

- Cursos de formação de tutores para os cursos a distância; elaboração de módulos, cursos, programas de formação e materiais necessários para a execução dos cursos;
- tecnologias de gestão de unidades e redes de ensino, softwares e instrumentos de avaliação.

1.7 Considerações gerais



Ao final de novembro e início de dezembro de 2005, realizou-se em Brasília, o III Seminário da Rede, que teve como objetivo apresentar os pareceres técnicos de avaliação dos materiais produzidos pelos centros em 2004, bem como uma síntese e análise de planilhas com resultados obtidos pelos centros.

1.8. Recomendações para o planejamento/2006

Seguindo a meta inicial do programa, a previsão é formar 100 mil professores em 2006.

2 PRÓ-LETRAMENTO

2.1 Descrição do programa/projeto

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação é um programa de formação continuada de professores voltado à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos Estados e Municípios, com a participação dos seguintes centros:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG, UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP

Este programa oferece cursos à distância, semipresenciais, com duração de 120 horas, e certificação emitida pelas universidades parceiras.

2.2 Metodologia utilizada

O Programa foi implantado por meio da celebração de Termos Aditivos aos convênios das universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC e que compõem a Rede Nacional de Formação Continuada, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e Educação Matemática e Científica. Ele oferece cursos à distância, semipresenciais, com duração de 120 horas, e certificação emitida pelas Universidades parceiras. O Programa contempla em cada semestre, alguns Estados da União, considerando o número de professores previstos na meta. A execução do Programa dá-se por meio da adesão de estados e municípios, em que as Secretarias de Educação firmam o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos.

2.3 Articulação com Estados/Municípios

A execução do Programa deu-se por meio da adesão de estados e municípios. A parceria com os sistemas de ensino foi formalizada com assinatura de um termo de adesão em que se firmou o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos.

2.4. Público alvo

Professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, que estejam atuando em sala de aula.

2.5 Recursos envolvidos

Foi repassado pelo MEC, por meio de nota de crédito e ordem bancária, às universidades, em 2005, o montante de R\$ 3.920.000,00 (três milhões, novecentos e vinte mil reais).

2.6 Materiais produzidos e distribuídos

Os Centros produziram material impresso e vídeos. Os cursos de Alfabetização/Linguagem contarão com 7 fascículos e ainda vídeos que complementarão os momentos presenciais. Os cursos de



Matemática contarão com 9 fascículos. Até o final do programa, não está prevista a elaboração de novos materiais, e sim, a aplicação daqueles que já estão prontos.

2.7 Considerações gerais

O Programa Pró-Letramento tem um caráter emergencial e num primeiro momento está atendendo os Estados que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), quais sejam, Maranhão, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

2.8 Recomendações para o planejamento/2006

Seguindo a meta inicial do programa, a previsão é formar, no primeiro semestre de 2006, 40 mil professores, nos Estados de Pernambuco, Sergipe, Piauí e Santa Catarina e mais 100 mil professores no segundo semestre, com Estados ainda a serem definidos.



**COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS
COGEAM**



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD

1.1 Descrição do programa/projeto

- Aquisição e distribuição de livros didáticos de qualidade, nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia (incluindo livros regionais) e de dicionários de Língua Portuguesa aos alunos das escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita.
- Aquisição e distribuição de periódicos da área de educação, para apoio ao processo ensino-aprendizagem realizado na escola.

1.2 Metodologia utilizada

O PNLD é desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica - SEB e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, obedecendo as seguintes etapas de trabalho:

- Elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras didáticas.
- Estabelecimento de convênio com Universidades para a realização da avaliação pedagógica das obras inscritas.
- Realização da avaliação pedagógica.
- Elaboração do Guia de Livros Didáticos, onde são apresentados os critérios que nortearam a avaliação dos livros e as resenhas das obras aprovadas.
- Envio, pelo FNDE, dos Guias às escolas para que os professores escolham os livros que irão utilizar por um período mínimo de três anos.
- Aquisição e distribuição das obras escolhidas pelos professores às escolas do ensino fundamental.
- Aquisição e distribuição dos seguintes periódicos: Nova Escola, Ciência Hoje das Crianças, Pátio Pedagógico e Pátio Infantil às Escolas de Ensino Fundamental, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

1.3 Articulação com Estados/Municípios

Durante a execução do PNLD, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação responsabilizam-se por coordenar o processo de escolha dos livros didáticos realizado pelos professores e por acompanhar a distribuição das obras. Esse acompanhamento é realizado em parceria com o FNDE e com a SEB.

1.4 Público alvo

Professores e alunos da rede pública do ensino fundamental.

1.5 Recursos envolvidos

Foram investidos cerca de R\$8.286.269,00 em convênios com as universidades para realização da avaliação dos livros didáticos, estando incluída nesse valor a avaliação dos dicionários de Língua Portuguesa – PNLD/2006. Serão adquiridos cerca de 97,1 milhões de exemplares de livros didáticos, beneficiando cerca de 29,9 milhões de alunos, em um investimento da ordem de R\$462,5 milhões para a aquisição e R\$83,6 milhões na distribuição dos livros didáticos para alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, referente ao PNLD/2007.

1.6 Materiais produzidos e distribuídos

- Foram adquiridos e distribuídos livros didáticos para reposição e complementação. Além disso, foram distribuídos os seguintes periódicos às escolas de ensino fundamental com matrícula a partir de 50 alunos e às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: Nova Escola, Ciência Hoje das Crianças, Pátio Pedagógico e Pátio Infantil.



- Foram adquiridos dicionários brasileiros de Língua Portuguesa para as séries iniciais do Ensino Fundamental público, cuja distribuição dar-se-á no primeiro trimestre de 2006.

1.7 Considerações gerais

Para avaliação pedagógica dos livros didáticos para o PNLD 2007, ocorrida em 2005, a SEB estabeleceu convênio com as seguintes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Alfabetização e Língua Portuguesa; Universidade de São Paulo, área de Ciências; Universidade Federal de Pernambuco, na área de Matemática; Universidade Estadual de São Paulo, na área de Geografia e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de História. A institucionalização do processo de avaliação tem sido de fundamental importância para o seu aprimoramento e socialização, para o estímulo ao interesse da pesquisa universitária sobre o livro didático, o que, sem dúvida, incidirá sobre a formação de professores e sua prática pedagógica em sala de aula. No PNLD/2007, foram inscritas obras das diversas áreas de conhecimento, conforme quadro a seguir.

PNLD 2007

Área	Coleções	Livros
Alfabetização	-	40
Língua Portuguesa	40	-
Matemática	38	-
Ciências	11	-
História	30	-
História Regional	-	27
Geografia	31	-
Geografia Regional	-	18
Total	150	85

2 POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES

2.1 Descrição do programa/projeto

A simples distribuição de acervos às bibliotecas escolares e aos alunos não tem assegurado a formação de alunos leitores, o MEC, com o objetivo de apoiar os sistemas estaduais e municipais de educação na melhoria da competência leitora dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental, discutiu com os referidos sistemas, em seminários realizados em 2005, uma política nacional de formação de leitores na qual ficaram estabelecidas as seguintes ações: (1) distribuição de obras às bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE; (2) implantação de Centros de Leitura Multimídia nos municípios; (3) formação de professores como mediadores de leitura; (4) elaboração de periódico voltado para questões relacionadas à leitura; (5) criação de linha de financiamento a projetos voltados à formação de professores na área da leitura. Com o objetivo de garantir a efetividade das ações propostas, a SEB contratou, em 2005, a Associação Latino Americana de Pesquisa e Ação Cultural - ALPAC, vinculada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ, para realizar uma pesquisa avaliativa da distribuição das coleções literárias intituladas *Literatura em minha Casa*, nos anos de 2001, 2002 e 2003, por meio do PNBE, cujo relatório deverá ser concluído nos primeiros meses de 2006.

2.2 Metodologia utilizada

2.2.1 Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2005

- Elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras literárias, para as bibliotecas das escolas que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental.
- Avaliação de livros de literatura por meio de convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
- Seleção de 300 títulos, que compuseram 15 acervos diversificados, com 20 títulos cada.
- Disponibilização dos acervos no sítio do FNDE.
- Escolha, pelas escolas, dos acervos que melhor atendessem o projeto pedagógico. (A aquisição e distribuição dessas obras é feita pelo FNDE).



- Elaboração de manual de orientações de uso referente às obras do PNBE/2005, a ser distribuído às escolas em 2006 (em processo).

2.2.2 Implantação de Centros de Leitura Multimídia

Seleção de 19 municípios (projeto piloto) para instalação dos Centros-Multimídia. Os municípios selecionados são: Macapá – AP, Palmas – TO, Capixaba – AC, Quixadá – CE, São Luiz- MA, Araruna – PB, Campo Grande De Lourdes – BA, Moreilândia – PE, Dom Expedito Lopes – PI, Araua – SE, Ceará Mirim – RN, Chã Preta- AL, Várzea Grande – MT, Rio Negro – MS, Iepê – SP, Formiga – MG, Florianópolis – SC, Fazenda Vila Nova – RS e Araçuaí- MG.

2.2.3 Elaboração de periódico de leitura

Contratação de consultoria pedagógica e de editoração para elaboração de 3 números de periódico voltado para a leitura, a ser publicado quadrimestralmente em 2006.

2.2.4 Pesquisa avaliativa do PNBE

Realização de pesquisa de campo – 1ª etapa da avaliação - com vistas a detectar o impacto dos acervos distribuídos pelo PNBE 2001, 2002 e 2003 na formação do aluno leitor.

2.2.5 Linha de Financiamento

Inclusão no PTA de linha de financiamento de projetos voltados à formação continuada de professores na área da leitura. Foram recomendados pela SEB projetos de 312 municípios, totalizando recursos da ordem de R\$ 7.322.159,77.

2.3 Articulação com Estados/Municípios

- **PNBE/2005** - Secretarias Estaduais e Municipais de Educação: coordenação do processo de escolha dos acervos e acompanhamento de sua distribuição, este último em parceria com o FNDE e com o MEC.
- **Centros de Leitura Multimídia**: contato com os municípios selecionados solicitando manifestação de interesse, com vistas à assinatura de termo de parceria a ser firmado com o MEC.

2.4 Público alvo

Alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental.

2.5 Recursos envolvidos

- Foram investidos recursos da ordem de R\$ 45 milhões, na aquisição de acervos de literatura para as escolas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, referente ao PNBE/2005.
- Na pesquisa avaliativa realizada pela ALPAC, foram investidos R\$228.800,00 (duzentos e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais).

2.6 Materiais produzidos e distribuídos

Elaboração de versão preliminar do documento *Política de Formação de Leitores*.

2.7 Considerações gerais

Os Centros de Leitura Multimídia serão instalados em 19 municípios, cabendo a estes disponibilizar espaço físico e recursos humanos e ao MEC, distribuir equipamentos e acervos bibliográficos, bem como formar profissionais que atuarão como mediadores de leituras nestes espaços.





**II - DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE
ENSINO MÉDIO**



Diretrizes

As diretrizes para o Ensino Médio, inseridas no Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, apontam para a criação de incentivos e ações que proporcionem acesso, permanência e melhoria da qualidade do ensino nos sistemas escolares, aos jovens de 14 a 18 anos de idade, concluindo a educação básica com uma sólida formação geral.

O aumento progressivo do número de alunos concluintes do Ensino Fundamental, reflexo das políticas de ampliação do acesso e permanência com qualidade nesta etapa de ensino, compactua com a exigência legal de garantia da progressiva universalização do Ensino Médio gratuito, disposto no artigo 208, II, da Constituição Federal.

VINCULAÇÕES COM O PLANO PLURIANUAL

Com atenção ao disposto nos Artigos 8º e 9º, Título IV-Da Organização da Educação Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, de 20/12/2005, que tratam das incumbências da União, estabelece-se de forma articulada com as Unidades Federadas as políticas para o Ensino Médio, tendo como foco os sistemas de ensino, consoante os programas e ações estruturados no Plano Plurianual - 2004/2007.

INDICADORES RELEVANTES

A Tabela abaixo demonstra um lento recuo no período de 1996 e 2003. Em 1996, mais da metade dos alunos no Ensino Médio – 55,2% – apresentava atraso de escolaridade. Em 1999, verificou-se uma tímida redução para 54,8%, e em 2003 o atraso escolar caía para um pouco menos da metade do total de alunos matriculados: 49,3%. Observe-se, mais uma vez, que as regiões Norte e Nordeste apresentam taxas situando-se em um patamar bem superior às médias nacionais, tanto em termos absolutos, quanto em variação.

Tabela – Ensino Médio – Taxa de distorção série/idade Brasil e Regiões – 1996-2003												
Brasil e Regiões	1996				1999				2003			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil	55,2	57,7	54,6	51,0	54,8	58,0	53,9	50,8	49,3	52,0	48,3	45,9
Norte	74,8	77,2	73,2	71,8	74,1	76,1	72,8	72,4	68,9	69,8	66,9	69,0
Nordeste	69,6	72,6	68,8	64,7	70,5	73,1	69,6	67,0	66,8	69,7	66,0	62,3
Sudeste	50,0	52,2	49,8	46,3	49,1	51,9	48,9	45,3	38,8	40,5	38,3	36,9
Sul	41,4	43,3	41,4	37,6	39,5	43,5	36,3	34,6	33,9	37,5	32,4	29,2
Centro Oeste	58,9	62,4	57,5	53,4	58,3	61,7	56,8	53,5	49,6	52,4	48,6	46,0

FONTE: MEC/INEP

Nota: Para o Ensino Médio a idade recomendada é 15 anos para a 1ª série; 16 para a 2ª série; e 17 para a 3ª série.

ARTICULAÇÃO COM ESTADOS /MUNICÍPIOS

As articulações com os estados ocorrem através de reuniões periódicas com os coordenadores do ensino médio das secretarias estaduais de educação, institucionalizadas pelo fórum permanente de coordenadores.



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1. APOIO À MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO NOTURNO

1.1 Descrição do programa/projeto

Seleção, de acordo com o Edital 656/2005, de projetos do ensino médio noturno que contribuem para a melhoria dos índices de rendimento dos alunos e da qualidade do ensino desenvolvidos pelas escolas públicas. 972 projetos foram inscritos. Dez projetos serão premiados, sendo dois de cada região. As escolas vencedoras receberão R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Os recursos financeiros recebidos pelas escolas selecionadas devem ser aplicados na aquisição de bens e serviços conforme as seguintes categorias de gastos:

- Equipamentos para laboratórios e biblioteca;
- Materiais de apoio, escritos e audiovisuais, tais como: CDs, fitas, periódicos, softwares, materiais esportivos;
- Bens e serviços culturais e de informação – teatro, cinema, rádio, artes plásticas, etc.
- Programas de formação, intercâmbios, participação em seminários, teleconferências e oficinas para desenvolvimento de pessoal.

A utilização dos recursos será acompanhada pelo MEC.

1.2 Meta

Atendimento a 4.200 alunos distribuídos em 10 escolas de cinco regiões diferentes.

1.3 Metodologia utilizada

- Parcerias com estados, Distrito Federal, municípios para promoção de ações conjuntas entre as três esferas da administração pública.
- Seleção de dez Projetos de Melhoria do Ensino Médio Noturno sobre experiências de gestão escolar e de organização didático-pedagógicas focalizadas na redução da evasão, da repetência e de melhoria dos índices de proficiência dos alunos do Ensino Médio noturno.
- Realização de seminário nacional para entrega dos prêmios, divulgação e disseminação das experiências selecionadas.

1.4 Público alvo

Professores e alunos no ensino médio noturno.

1.5 Recursos envolvidos

- R\$ 2.216.000,00 (dois milhões duzentos e dezesseis mil reais).

1.6 Recomendação para o planejamento de 2006

Publicação das experiências selecionadas.

APOIO À EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO

2.1 Descrição do programa/projeto

O Prêmio Ciências tem por objetivo aperfeiçoar o aprendizado das Ciências da Natureza e Matemática, integrado às demais áreas de conhecimento, bem como a incorporação da prática e da reflexão científica na vida escolar e social de adolescentes, jovens e adultos, com a participação das escolas da rede pública. A utilização dos recursos da premiação terá assessoramento técnico e financeiro aos sistemas de ensino para aplicação na adequação de espaços físicos existentes (escolas, centros formadores e outros), ao funcionamento de oficinas de ciência, cultura e arte, para constituição de ambientes de ensino-aprendizagem e a formação de professores em ciências, com especial atenção à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.



2.2 Meta

Em 2005 foram premiados 22 escolas. O objetivo, ao final do programa alcançado em 2006, é a criação de 22 centros de referência no ensino das ciências.

2.3 Metodologia utilizada

Seleção, classificação e premiação de projetos exemplares e inovadores, de aperfeiçoamento do aprendizado das Ciências da Natureza e Matemática, integrados às demais áreas de conhecimento, promovidos e executados por escolas da rede pública de ensino. Estavam previstas a contemplação de: 3 (três) projetos categoria nacional e 27 (vinte e sete) projetos escolares, sendo 26 (vinte e seis) estaduais e 1 (um) do Distrito Federal. O Prêmio se traduz em apoio financeiro às escolas selecionadas, visando qualificá-las como Centro de Referência na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. O valor de Prêmio foi de R\$ 60.000,00 para a categoria nacional e de R\$ 20.000,00 para a estadual, totalizando R\$ 720.000,00. Foram inscritos 193 projetos na categoria estadual e 114 projetos na categoria nacional. Nem todos os estados enviaram projetos adequados às exigências do edital.

2.4 Recursos envolvidos

- R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

2.5 Público alvo

Professores e alunos do Ensino Médio.

2.6 Recomendação para o planejamento de 2006

Publicação das experiências selecionadas.

3. COLEÇÃO EXPLORANDO O ENSINO

3.1 Descrição

Publicação de materiais de apoio ao professor denominada Coleção Explorando o Ensino. Realizada em parceria com as sociedades científicas ou entidades e órgãos governamentais e o Ministério da Educação. A Coleção já conta com três volumes de Matemática publicados e enviados às escolas. Outros cinco volumes, dois de Química, um de Física, um de Biologia e um de Geografia, com sua publicação e remessa às escolas, está programada para o primeiro semestre de 2006.

3.2 Metodologia

- Formalização das parcerias;
- Contratação de especialistas;
- Contratação de Editoração e gráfica para publicação;
- Produção e Editoração dos livros de Química (volume 4 e 5), Biologia, Física e Geografia com tiragem de 72.000 para cada volume de Química, Biologia e Física e de 177.000 para o volume de Geografia a serem distribuídos para 17.033 escolas do Ensino Médio da rede pública federal, estadual e municipal;

Os especialistas das entidades parceiras fornecem artigos, pesquisas e estudos para serem publicados, formando assim artigos, textos e pesquisas de áreas específicas que são enviados aos professores das escolas de ensino médio de todo país, na área a que se refere o volume.

3.3 Materias produzidos e distribuidos

Em 2005:

- Tiragem preliminar de 4 mil exemplares do livro de Física.
- Tiragem preliminar de 3 mil exemplares do livro de Geografia.



4. APOIO À IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EMI

4.1 Descrição

Apoio, por meio de acordos/convênios de cooperação técnico-científico-pedagógica, aos sistemas de ensino dos Estados que aderiram ao programa Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. A ação é viabilizada por intermédio de suporte técnico, financeiro e pedagógico às Unidades da Federação para a ampliação dos cursos de Ensino Médio em mais um ano. Essa ampliação contará com a infra-estrutura física já existente nas escolas, subsidiando-se a compra de equipamentos para laboratórios de ciências, de informática, de línguas e de artes. A implantação ocorrerá gradativamente, ao longo dos quatro anos, por decisão compartilhada entre a Secretaria de Educação Básica do MEC e o sistema de ensino, que deverá apresentar o projeto pedagógico, candidatando-se ao apoio financeiro. O projeto deverá demonstrar a disponibilidade de professores para ministrarem as aulas e atividades previstas para o Ensino Médio integrado à educação profissional de nível técnico.

4.2 Meta

- 28.613 alunos atendidos.

4.3 Metodologia utilizada

- Acordo de Cooperação Técnico-Científico-Pedagógica entre Secretarias de Educação e/ou Secretárias de Ciência e Tecnologia e a SEB/SETEC-MEC;
- Contratação de consultores, para dar assistência técnica às SEDUCs
- Realização de seminários regionais com a seguinte pauta:
- Disseminação da legislação pertinente à modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio;
- Articulação com estratégias de Desenvolvimento Regional;
- Organização Curricular;
- Plano de Implantação.
- Seminário nacional em Brasília, com a participação dos coordenadores do Ensino Médio e consultores contratados.

Os Estados que realizaram convênios com repasse de verbas do MEC ao programa EMI em 2005 foram Santa Catarina (R\$ 644.646,00), Espírito Santo (R\$ 645.400,00) e Paraná (R\$ 640.730,00). Os Estados de Pernambuco, Tocantins, Paraíba, Piauí, Mato Grosso do Sul, Ceará, Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Sergipe, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Roraima, Amapá contemplaram ações de implantação do EMI no Programa de Equalização de Oportunidades de Acesso à Educação Básica.

4.4 Público alvo

Gestores, professores e alunos do ensino médio das Unidades da Federação acima relacionadas.

4.5 Recursos envolvidos

R\$ 1.933.394,00 (um milhão, novecentos e trinta e três mil, trezentos e noventa e quatro reais)

4.6 Recomendações para o planejamento de 2006

Publicação com relato das experiências da implantação do ensino médio integrado a educação profissional de nível médio nos estados.

5. ESTUDOS E PESQUISAS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO

5.1 Descrição

Realização de estudos e pesquisas para subsidiar a Secretaria de Educação Básica do MEC, os sistemas de ensino, os Estados e o Distrito Federal na formulação de políticas para a expansão e melhoria



do Ensino Médio. Estes estudos repercutiram em duas ações: a elaboração de padrões de infra-estrutura de unidades escolares e a oferta de ensino de idioma espanhol de ensino médio.

AÇÃO 1

5.2 ELABORAÇÃO DE PADRÕES DE INFRA-ESTRUTURA DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO

Documento de subsídio aos estados que estabelece padrões de infra-estrutura de ambientes escolares adequados ao atendimento das especificidades deste nível de ensino.

5.2.1 Público alvo

Sistemas estaduais de ensino médio.

AÇÃO 2

5.3 APOIO AOS DOCENTES DO IDIOMA ESPANHOL

Apoio à oferta de cursos de idioma espanhol por meio da distribuição de material (gramática, dicionário, livros), enviados para cada secretaria (considerando que são 27 secretarias o total é de 2.376 kits ou seja 88 kits para cada secretaria), atendendo 16.523 escolas. A previsão de entrega do material nas escolas é a partir de março de 2006.

5.3.1 Público alvo

- Professores da L.espanhola de escolas públicas do ensino médio - 01 kit;
- Escolas públicas do ensino médio - 01 kit;
- SEDUC - 88 kits;
- FNDE/MEC - 554 kits

5.3.2 Materias produzidos e distribuidos

- 26.268 Gramáticas
- 26.268 Dicionários Bilíngües
- 26.265 Dicionário Monolíngües
- 26.268 Livro para o Professor
- Total de livros comprados: 105.069

5.4 Recursos Envolvidos

R\$ 2.202.881,22.

6. IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO

6.1 Descrição

Elaboração e produção de material e programas didático-pedagógicos e informativos, bem como sua distribuição e divulgação às escolas de Ensino Médio, incluindo a Revista do Ensino Médio, os Programas da TV Escola, Documentos Curriculares, software entre outros.

6.2 Meta

- Atendimento a 11.070 escolas.

6.3 Metodologia

- Elaboração de documento com orientações curriculares para o ensino médio: Diálogo com as Orientações Curriculares do Ensino Médio.



- Reuniões quadrimestrais do Fórum Curricular do Ensino Médio, envolvendo coordenadores estaduais do Ensino Médio, consultores e dirigentes do MEC, para discussão e planejamento da implementação dos PCNs nas escolas.
- Implementação do Programa de Apoio às Feiras de Ciências com suporte técnico e financeiro às instituições selecionadas, visando a implementação de espaços multidisciplinares de incentivo ao ensino das ciências da natureza e matemática.
- Publicação e distribuição de material científico e pedagógico de apoio ao professor para o ensino das ciências da natureza e matemática, Coleção Explorando o Ensino.
- Produção de programas da Série TV/Escola– Série Com Ciências. Elaboração e apresentação de série de programas de televisão na área de ciências para subsidiar as atividades escolares.

6.4 Público alvo

- Sistemas estaduais de ensino.

6.5 Recursos envolvidos

- R\$ 4.900.000,00 (Quatro milhões e novecentos mil reais).

7. APOIO A QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO MÉDIO

7.1 Descrição

Apoio técnico, financeiro e pedagógico aos sistemas de ensino efetivado pelo desenvolvimento de ações voltadas para formação continuada de gestores na forma de cursos, encontros regionais, produção e difusão de material educativo.

7.2 Meta

- Atendimento a 11.070 escolas.

7.3 Metodologia

- Produção de material de apoio ao professor: Coleção Explorando o Ensino para apoio ao docente. Distribuição de material didático das áreas de ciências da natureza Matemática III, Física, Química, Biologia e Geografia como subsídio a atividades escolar.
- Produção de documento sobre a atualização dos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio, com análise e Discussões, com apresentação de documento, sobre as orientações curriculares para o ensino médio.
- Apoio à implantação do ensino médio integrado a educação profissional de nível médio, com a realização de 20 seminários regionais para a implantação do Ensino Médio integrado a educação profissional de nível médio nos estados e publicação de documento com as experiências exitosas em Ensino Médio integrado.

7.4 Público alvo

Sistemas estaduais de Ensino Médio.

7.5 Recursos envolvidos

- R\$ 750.000,00 (setecentos mil reais).

8. APOIO A CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NO ENSINO MÉDIO

8.1 Descrição

Capacitação de profissionais que atuam no Ensino Médio das Secretarias Estaduais de Educação das Unidades da Federação, por intermédio de fomento à realização de seminários, cursos e similares no que tange ao programa Ética e Cidadania.



O Programa Ética e Cidadania - Construindo Valores na Escola e na Sociedade tem por objetivo apoiar e fomentar práticas pedagógicas que conduzam à consagração da liberdade, da convivência social, da solidariedade humana e da promoção e inclusão social. 1600 escolas de nível médio e fundamental foram cadastradas no programa. Trata-se de um programa para que os alunos possam aprender a viver a complexidade dos dias atuais e para que os educadores e inúmeros outros agentes sociais possam praticar e difundir os princípios da vida cidadã. Os Fóruns Escolares de Ética e de Cidadania são construídos conforme a realidade de cada escola e sua comunidade, com representação e participação a mais ampla possível de todos os segmentos interessados: estudantes, profissionais da educação, dirigentes, pais, lideranças comunitárias, associações e assembleias de pais ou de bairros, colegiados, conselhos tutelares, etc.

O Programa de Qualificação dos Gestores do Ensino Médio - Ética e Cidadania - é implementado em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

8.2 Meta

Apoio a 120 unidades escolares

8.3 Metodologia

Para apoiar a constituição do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, nas escolas das redes estaduais e municipais de ensino, fortalecendo ações educativas fundamentadas nos princípios da ética, convivência democrática, inclusão social e direitos humanos, são realizadas atividades de:

- Seleção e financiamento de 120 projetos para implementação do programa em unidades escolares.
- Realização de Seminário Nacional.
- Impressão e distribuição de documento: Construindo Valores na Escola e na Sociedade; Direitos Humanos, Convivência Democrática e Ética.

8.4 Público alvo

Sistemas estaduais de ensino médio.

8.5 Recursos envolvidos

- R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

9 PROJETO ALVORADA

9.1 Descrição

O Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio – Projeto Alvorada objetiva a melhoria e expansão desse nível de ensino em 13 unidades da Federação das regiões Norte e Nordeste para intervenções em escolas de Ensino Médio em Municípios de baixo IDH.

Foi desenvolvida, durante o exercício de 2005, em parceria com os Estados envolvidos, a atualização dos Planos de Trabalho desses Convênios, visando dar agilidade ao Programa. Esse processo contempla diagnóstico da execução a partir de relatório circunstanciado das ações previstas nos planos de trabalho, relatório físico-financeiro das execuções realizadas, relatório de receitas e despesas com informações das licitações realizadas. O objetivo foi sanar os problemas detectados durante a execução desses convênios, buscando dar agilidade ao desenvolvimento/conclusão das ações. Todo o processo de atualização dos planos de trabalho dos convênios foi realizado a partir de reuniões prévias com a Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Secretaria do Tesouro Nacional e Assessoria de Controle Interno do MEC, visando a buscar subsídios e orientações para o desenvolvimento desse processo nos Estados. A partir dessas reuniões e contatos foram realizados trabalhos de diagnósticos e identificação de problemas existentes nos Convênios, a fim de que pudessem ser levantadas todas as informações, comprovações de execução e subsídios para a tomada de decisão. Após a conclusão dos processos de replanejamento dos convênios, os estados assinaram Termo de Ajuste de Conduta, Termo Aditivo com Plano de Trabalho atualizado com apresentação da Prestação de Contas Parcial das ações executadas.



9.2 Recursos envolvidos

- R\$ 242.792.511

9.3 Meta

- 32 convênios aditivados.
- 230 obras novas
- 780 reformas/ampliações

9.4 Público alvo

Secretarias de Estados de Educação das regiões Norte e Nordeste, onde se concentram municípios com baixo índice de desenvolvimento humano/IDH.

10. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO/PNLEM

10.1 Descrição

Implantado em 2004, o PNLEM prevê a distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o País. O programa vai universalizar a distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio em 2006. Assim, 7,01 milhões de alunos das três séries do ensino médio de 13,2 mil escolas do país vão ser beneficiados no início do próximo ano letivo, com exceção das escolas e dos alunos dos estados de Minas Gerais e do Paraná que desenvolvem programas próprios.

O Programa, uma parceria institucional com o FNDE, realizou no ano de 2005, a seleção das obras relativas aos componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio. As avaliações das obras estão sendo realizadas por instituições de Ensino Superior federais, que selecionarão os livros, compondo o catálogo nacional do livro didático de Ensino Médio, para posterior escolha pelos professores.

10.2 Meta

- 2,7 milhões de livros distribuídos das disciplinas de Português e de Matemática

10.3 Metodologia

- Criação, por meio da Resolução nº 38 do FNDE, de programa de distribuição de livro didático e definição da progressividade no atendimento aos alunos das três séries do ensino médio de todo o Brasil.
- Acompanhamento do processo de avaliação dos livros didáticos para o Ensino Médio.
- Atendimento inicial, de forma experimental, a 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste.

10.3 Público alvo

Alunos do Ensino Médio, matriculados em escolas públicas das regiões norte e nordeste.

11. PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE ACESSO A EDUCAÇÃO BÁSICA/PRODEB

11.1 Descrição

Apoio a ações que observem as especificidades regionais tendo como base as demandas emergenciais do ensino médio.

Quanto às questões de carência e demanda por contratação de professores estão sendo apoiadas as seguintes ações contempladas no PRODEB:

- Formação Continuada de docentes sem a graduação exigida;
- Capacitação de Docentes;

Outras demandas apoiadas são:

- Implementação da Modalidade de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional de Nível Médio;
- Reforma e manutenção de prédios escolares;
- Material de consumo e
- Transporte escolar



11.2 Metodologia

- Acompanhamento pelos técnicos do MEC da elaboração dos planos de trabalho das coordenações de ensino médio das secretarias de estado da educação na Diretoria de Programas Educacionais/COHAP/FNDE.
- Convênios firmados com o FNDE, na forma da Resolução CD/FNDE nº 42, de 26 de outubro de 2005, que estabelece os procedimentos para habilitação, enquadramento e análise dos planos de trabalho.

11.3 Público alvo

Sistemas estaduais de ensino médio.

14. ENSINO MÉDIO PARA RESIDENTES EM ÁREAS PIONEIRAS E PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA SOB JURISDIÇÃO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

14.1 Descrição

O Comando Militar da Amazônia, por intermédio do Colégio Militar de Manaus, formulou o Projeto “Ações Educacionais do Exército Brasileiro, visando ao oferecimento de Ensino Médio para residentes em áreas pioneiras e pelotões especiais de fronteira, sob jurisdição do Comando Militar da Amazônia”, para o qual solicita a cooperação técnico e financeiro do MEC, com apoio operacional da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas.

14.2 Metodologia

Convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação do Amazonas, junto ao FNDE.

14.3 Público alvo

Alunos do Ensino Médio, residentes em áreas pioneiras dos pelotões de fronteira.

14.4 Considerações Gerais

As ações básicas para a implementação das políticas para o Ensino Médio, no exercício 2005, estão contempladas no Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio/PROMED, ao subprograma de políticas e programas nacionais, Sub. B, que tem como objetivo apoiar a atuação desta Secretaria como órgão coordenador e indutor, em âmbito nacional, desse processo de reforma, dentro de seus componentes operacionais.

A Portaria nº 1.859, de 24/06/2004, trata da transferência de responsabilidade do programa ao FNDE, estabelecendo, também, que as definições de políticas e diretrizes educacionais, o acompanhamento pedagógico e as avaliações de resultados dos programas continuam competência da Secretaria de Educação Básica.

Ressalta-se, também, que os recursos disponibilizados constituem custos de financiamento ao Contrato de Empréstimo nº 1.225/OC-BR, contrapartida nacional e recursos do BID, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, em março de 2000, definindo as normas gerais e procedimentos relativos à execução do programa.



**III - DEPARTAMENTO DE
ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO**



APRESENTAÇÃO

Em 2005, o DASE/SEB manteve articulação constante com os Sistemas de Ensino, na continuidade da implementação de políticas educacionais construídas com a participação de Estados e Municípios, visando à garantia de ingresso, permanência e sucesso na escola para todas as crianças, jovens e adultos; de oportunidade de formação continuada para todos os trabalhadores em educação e de democratização da gestão e das relações da escola, conforme as ações consignadas no âmbito do PPA 2004-2007.

Dentre as várias ações desenvolvidas, o Departamento destaca a implementação do Profuncionário, o aprofundamento da atuação junto aos Sistemas de Ensino, a capacitação de conselheiros, no âmbito das escolas públicas e dos órgãos educacionais ligados aos Municípios, a contribuição com o processo de avaliação do Plano Nacional de Educação e a construção de mecanismos que incentivem os Gestores e Dirigentes na elaboração de Planos Educacionais.

Além disso, DASE tem contribuído com o desenvolvimento de parcela significativa das Ações Integradas vivenciadas pela Secretaria de Educação Básica e pelo Ministério como um todo. Estas ações propiciaram, no ano de 2005, a participação do Departamento em Programas, Grupos Especiais de Trabalho, Comissões e Câmaras Setoriais, num trabalho conjunto com os demais setores do MEC e com outros Órgãos da Administração Pública Federal:

Programa Escola Aberta: Educação Trabalho e Cultura para a juventude

- Participação na expansão do Programa em 03 (três) novos Estados: Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.
- Envolvimento na sensibilização de Diretores de Escola e participação nas reuniões de articulação com as equipes técnicas das secretarias estaduais e municipais inseridas no processo.

Desenvolvimento Sustentável (Alcântara – MA)

- Participação no Grupo Especial Interministerial – GEI, composto por 22 (vinte e dois) Ministérios, Secretarias Especiais e Instituições Federais, responsável pela definição de ações, visando o desenvolvimento sustentável do Município de Alcântara – MA.
- Relatório Final do GEI foi aprovado pela Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, em outubro de 2005, com 68 (sessenta e oito) ações envolvendo, até o final de 2006, recursos da ordem de R\$ 27 milhões.

Comunicação, Educação e Mobilização em Vigilância Sanitária

- Discussão conjunta sobre a temática, envolvendo ANVISA, Ministério da Saúde, CONSED e UNDIME.
- Contribuição e envolvimento da SEB/MEC no Seminário Nacional realizado nos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2005, com a participação de Gestores da Educação e da Saúde de Estados e Municípios.

Ações do Governo Federal em Situações de Emergência

- Apoio aos municípios atingidos pelas fortes chuvas ocorridas em Pernambuco no mês de junho/05.
- Convênios com 20 (vinte) Municípios foram assinados, visando reformar escolas atingidas pelas enchentes, consolidando um apoio financeiro da ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Programa Educação Fiscal

- Articulação junto ao Tesouro Nacional, Receita Federal e Ministério da Fazenda para a realização do Primeiro Seminário de Educação Fiscal do Distrito Federal, em outubro/2005.
- Apresentação à Secretaria Executiva do MEC das ações já realizadas pela SEB, visando a formatação da Gestão Compartilhada (MEC-ESAF) do Programa.



**COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORIZAÇÃO DE PLANOS,
PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS
COGEPE**



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 – COOPERAÇÃO TÉCNICA

1.1 – Descrição do Programa/Ação

Subsídios aos sistemas de ensino na elaboração e acompanhamento de projetos educacionais que visam à assistência financeira do MEC.

1.2 – Metodologia utilizada

- Realização de reuniões técnico-pedagógicas em parceria SEB/FNDE/UNDIME.
- Exposição das políticas e diretrizes educacionais do Governo Federal; dos critérios para o apoio financeiro e da definição dos beneficiários; das condições de habilitação das entidades; celebração de convênios e prestação de contas.
- Oficinas pedagógicas para elaboração de minutas de planos de trabalho, detalhamento das ações e planilha de custos.

1.3 – Público alvo

- Secretários e equipes técnicas das secretarias estaduais de educação, prefeitos, secretários de educação e equipes técnicas dos municípios.
- Em 2005, foram realizados 20 encontros, em 18 estados, reunindo 2.715 dirigentes estaduais e municipais de educação.

1.4– Materiais produzidos e distribuídos

Produção e distribuição de 7.500 exemplares da Demanda Educacional SEB/2005, para estados e municípios. A publicação reúne informações sobre Financiamento da Educação e Transferências Voluntárias, Diretrizes de Carreira, Critérios de participação nos Programas do MEC/FNDE, orientações para elaboração de planos de trabalho anual.

1.5 Considerações gerais

De acordo com a avaliação dos encontros de Cooperação Técnica e do material disponibilizado, realizada pelos participantes em cada estado, é de fundamental importância que o MEC continue realizando esses eventos. Dados da COGEPE indicam que são menores os índices de erros nos projetos apresentados pelos Sistemas de Ensino que participam das reuniões de Cooperação Técnica.

1.6 Recomendações para o planejamento/2006

Implementar projeto piloto de acompanhamento da gestão educacional, em municípios com baixos índices de desempenho escolar, de modo a fortalecer a Cooperação Técnica.

2 – APOIO FINANCEIRO AOS SISTEMAS DE ENSINO

2.1 – Descrição do programa

Análise de projetos e programas para assistência financeira do Governo Federal, por intermédio do MEC/FNDE, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por meio de transferência voluntárias, regulamentadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O MEC/FNDE, em parceria com os demais entes da Federação, desenvolve ações governamentais, constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA, por meio de Convênios, conforme orientações da Instrução Normativa – IN nº 1/97/STN e suas atualizações. As ações são direcionadas à Formação Continuada de Professores e Profissionais de Apoio da Educação Infantil e Ensino Fundamental; Distribuição de Material Didático para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e unidades de internação; construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para a rede pública de Educação Infantil.

2.2 – Metodologia utilizada

Por exigência das normas em vigor, o apoio financeiro é destinado aos governos estaduais e municipais que apresentam, por meio de Planos de Trabalho, proposta para desenvolver as ações



previstas no Plano Plurianual – PPA/2004-2007, conforme os critérios e beneficiários estabelecidos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais e Resolução CD/FNDE/ Nº 09, de 04 de maio de 2005. Os planos de trabalho elaborados pelos proponentes são enviados ao FNDE, órgão responsável pelo recebimento e cadastro dos PTAs no Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais – SAPE e, posteriormente, encaminhados a COGEPE/SEB, para análise de mérito técnico-pedagógico-financeiro e emissão de parecer de aprovação ou não da solicitação. Os aprovados são enviados ao FNDE para empenho, convênio e pagamento.

2.3 – Público alvo

Alunos, professores e profissionais de apoio, de acordo com as ações distribuídas, no PPA, em 5 Programas: Desenvolvimento da Educação Infantil; Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Brasil Escolarizado e Gestão da Política da Educação.

Em 2005, foram recomendados 2.212 projetos com a seguinte distribuição por programa/ação:

- 745 na Educação Infantil – englobando formação de professores, material didático e reestruturação física das escolas.
- 907 no Ensino Fundamental – englobando formação de professores, correção de fluxo escolar, ações educativas integradas e material didático para alunos da 1ª a 4ª série, alunos com 6 anos matriculados no Ensino Fundamental de 9 anos e jovens em conflito com a lei.
- 243 em formação para profissionais de apoio da educação infantil e do ensino fundamental.
- 312 em Inovações Educacionais (formação de mediadores de leitura e Educação Bilíngüe) para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.4 – Recursos envolvidos

Os recursos empenhados em cada programa/ação alcançaram valores e beneficiários na ordem de:

- R\$ 13.905.804,82 para a Educação Infantil, beneficiando 1.233.261 alunos e 44.498 professores, em 25.100 escolas de 399 municípios;
- R\$ 41.243.403,51 para o Ensino Fundamental, beneficiando 8.689.260 alunos, 136.894 professores, 37.846 escolas de 738 prefeituras e 22 secretarias estaduais.
- R\$ 7.678.791,03 para Inovações Educacionais, atendendo 177 projetos que beneficiaram 2.779.512 alunos, e 34.739 professores em 14.918 escolas.
- R\$ 9.177.401,63 para Profissionais de Apoio, beneficiando 50.796 trabalhadores em educação, em 10.402 escolas, com 3.113.609 alunos em 240 prefeituras e 3 secretarias estaduais.

2.5 – Considerações gerais

As metas previstas no PPA foram superadas, nesse exercício, devido ao remanejamento e aporte de recursos, possibilitando um número inédito de beneficiários num único ano, o que demonstra a necessidade de continuar aprofundando e aperfeiçoando o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino.

2.6 – Recomendações para o planejamento/2006

Revalidar, por meio de resolução, os projetos não atendidos em 2005 – ano em que a quantidade de PTAs superou todas as expectativas.



**COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS
DE ENSINO – CAFISE**



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

1.1 Descrição do programa

Ampliar a capacidade de entendimento e de atuação dos conselheiros municipais de educação, para uma gestão democrática dos sistemas de ensino e para consolidar a autonomia dos municípios no gerenciamento de suas políticas educacionais

1.2 Metodologia utilizada

A execução do Programa está estruturada em três eixos que permitem efetivamente concretizar os seus objetivos propostos:

1. Montagem do Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação – SICME
2. -Encontros Estaduais de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.
3. Assinatura e distribuição mensal da Revista Documenta do Conselho Nacional de Educação.

1.3 Ações realizadas

- Criação de sítio na internet com informações sobre o Programa e disponibilização de todo o material instrucional utilizado nas capacitações;
- Cadastramento de 2.146 municípios em 2005 no Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação – SICME que tem por objetivo cadastrar informações sobre os conselhos municipais de educação do Brasil;
- Elaboração e publicação do “Perfil dos Conselhos Municipais de Educação”, que trouxe a análise das informações dos Conselhos Municipais de Educação cadastrados no SICME em 2004 e distribuição a todos os municípios do Brasil, no primeiro semestre de 2005;
- Elaboração do documento orientador sobre Conferência Municipal de Educação.
- Produção de teleconferência com o tema: Gestão Democrática da Educação, na semana de 04 a 07 de outubro de 2005, no programa Salto para o Futuro na TVE.
- Realização de 13 encontros de capacitação de conselheiros municipais de educação em 12 estados do Brasil, sendo capacitados o total de 2.489 conselheiros de 1.143 municípios participantes.

1.4 Materiais produzidos, publicados e distribuídos.

- Distribuição da Revista Documenta, editada pelo Conselho Nacional de Educação a 1.500 Conselhos Municipais de Educação, que se cadastraram no SICME em 2004;
- Publicação e distribuição do relatório dos encontros realizados em 2004;
- Produção do vídeo de apresentação do Programa;

2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

2.1 Descrição do programa

Subsídio ao trabalho dos sistemas de ensino em relação à atuação dos conselhos escolares com o objetivo de ampliar as discussões sobre a importância desses órgãos colegiados.

2.2 Metodologia utilizada

- Realização de encontros estaduais de formação;
- Realização de curso de extensão a distância;
- Distribuição de kits dos cadernos para formação de conselheiros em cursos efetuados pelos municípios.

2.3 Ações realizadas

- Criação de sítio na internet com informações sobre o Programa e disponibilização de todo o material instrucional utilizado nas capacitações;
- Criação do Banco de Experiências Exitosas no sítio do Programa, com o objetivo de colher e disponibilizar as experiências de Conselhos Escolares das escolas do Brasil;
- Realização de Curso de Extensão a Distância Capacitação Continuada em Conselhos Escolares para 3.599 técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e



representantes dos trabalhadores em educação que atuam nos sistemas de ensino, em parceria com a Universidade de Brasília – UnB;

- Realização da Semana de debate sobre Gestão democrática na TV Escola;
- Realização de 10 Encontros Estaduais de Formação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em 10 estados do Brasil, sendo capacitados 2.516 técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e representantes dos trabalhadores em educação.

2.3 Materiais distribuídos

Distribuição de 3.024 kits do Programa para o atendimento a 28 municípios na realização de cursos de capacitação de conselheiros escolares;

3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

3.1 Ação 1 - Capacitação de gestores e técnicos de municípios do semi-árido

3.1.1 Descrição do programa

Oferecer subsídios às equipes municipais para que possam estruturar a secretaria municipal de educação, visando ao seu desenvolvimento institucional, considerando ser a secretaria um órgão gestor da educação.

3.1.2 Metodologia utilizada

O Programa prestará assistência financeira aos municípios destinada à capacitação e assessoria técnica a gestores e técnicos da equipe central das secretarias municipais de educação (secretários (as) municipal de educação e equipe central – dirigentes de departamento e coordenadores, assessores, técnicos em informática, auxiliares de secretaria, técnicos em administração) visando ao aprimoramento de sua atuação, por meio da qualificação dos profissionais e modernização, resultando em aumento da eficiência, dos sistemas gerenciais de ensino.

3.1.3 Atividades realizadas

- Reunião com Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação (Universidade Federal da Bahia) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime (instituição da sociedade civil sem fins lucrativos) e órgãos internacionais, para fechamento das parcerias para o projeto do curso presencial e do treinamento destinado a gestores e técnicos das Secretarias Municipais de Educação de municípios de pequeno porte, situados na região do semi-árido dos estados de AL, BA, PB e PE;
- Assinatura de convênio com a Undime como gestora do projeto no semi-árido;
- Repasse de recursos à Undime para a realização do projeto no semi-árido;

3.3.2 Ação 2 - Piloto da descentralização e democratização de políticas educacionais – PDDE

3.3.2.1 Descrição da ação

Analisar e propor alternativas para uma efetiva autonomia financeira com gestão pública dos recursos descentralizados.

3.3.2.2 Metodologia utilizada

Produção do documento de análise da situação, as causas, as vantagens e desvantagens da acomodação do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE nos orçamentos estaduais e municipais, bem como a construção de propostas alternativas para uma efetiva autonomia financeira com gestão pública dos recursos descentralizados no referido programa.

3.3.2.3 Atividades realizadas

- Elaboração de análise, estudo e proposta sobre gestão pública dos recursos descentralizados para as unidades escolares nos sistemas públicos, com foco na descentralização e democratização de políticas educacionais no Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
- Realização da Oficina de Fortalecimento Institucional da Escola Pública para discussão de proposta para o Programa Dinheiro Direto da Escola – PDDE;



3.4 PROGRAMA PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.4.1 Descrição do programa

Subsidiar o Processo de avaliação do Plano Nacional de Educação-PNE e capacitar Gestores Educacionais na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, com vistas ao cumprimento das metas definida no referido Plano.

3.4.2 Metodologia utilizada

Para apoiar Estados e Municípios na sua missão de elaborar, implantar e avaliar os Planos Estaduais e Municipais de Educação, esta Coordenação está produzindo documentos e projetos de orientação a execução das metas proposta

- a) distribuição de documentos que visem facilitar a elaboração do Plano municipal de educação e subsidiar o planejamento municipal e da rede escolar;
- b) distribuição de estatísticas básicas regionais sobre a dinâmica dos indicadores educacionais nos municípios;
- c) distribuição de relatórios regionais contendo diagnósticos regionais sobre a dinâmica dos indicadores educacionais nos municípios;
- d) distribuição de CD-Roms com os dados estatísticos demográficos e educacionais de cada município brasileiro;
- e) realização de encontros regionais de capacitação para elaboração dos Planos de educação.

3.4.3 Atividades realizadas

- Elaboração do Projeto: “Estatísticas Básicas para a Avaliação do Plano Nacional de Educação de Educação – Uma Perspectiva Regional” realizado por intermédio de um convênio de descentralização de recursos firmado com a UFMG/Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, com o objetivo de elaborar: 5 relatórios regionais sobre indicadores educacionais dos municípios e; b) planilha eletrônica gravada em CD-ROM com os dados estatísticos dos municípios brasileiros.
- Realização de um Colóquio Nacional - Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes, com o objetivo de:
 - Apresentar aos dirigentes educacionais mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNE, desenvolvidos no âmbito da União e seus principais resultados;
 - Buscar formas de articulação institucional, voltadas para o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais correspondentes;
 - Lançar documentos produzidos pela SEB para apoiar os municípios na elaboração do PME.
- Construção de um quadro diagnóstico do estágio de elaboração dos Planos Estaduais de Educação - PEE e dos Planos Municipais de Educação - PME.
- Elaboração de um documento referencial para subsidiar a avaliação das metas e o processo de acompanhamento da elaboração dos planos educacionais de educação e da divulgação dos seus resultados.
- Assessoria sobre a execução do Plano Nacional de Educação no Estado do Piauí e orientações práticas com o desenvolvimento de uma metodologia operacional, para a elaboração dos Planos Municipais de Educação, para a Secretaria de Estado da Educação do Piauí, trabalho realizado em conjunto com o INEP.
- Elaboração do Projeto base de estatísticas para a avaliação do PNE em colaboração com o INEP e a UFMG-Cedeplar.

3.4.4 Materiais produzidos e distribuídos

3.4.4.1 Impressão e distribuição

Impressão e distribuição para os municípios e órgãos ligados aos sistemas de ensino de 03 Documentos de apoio:

- Documento Norteador para a Elaboração de Plano Municipal de Educação;
- Subsídios para Planejamento da Rede Escolar com Base EM experiências em Minicenso Educacional; e



-
- Subsídios para o Planejamento de Conferência Municipal de Educação, com o objetivo de subsidiar os dirigentes municipais na elaboração do planejamento educacional do município e construção do PME.

3.4.4.2 Documentos elaborados

- Instruções e Orientações Gerais, destinadas a subsidiar a montagem de Projeto de Capacitação para Gestores e Técnicos das equipes das Secretarias Municipais de Educação;
- Subsídios para Avaliação dos Planos Educacionais;
- Documento referencial sobre a Importância da Realização do Orçamento Participativo para a Área da Educação no Município;
- Subsídios para Incentivar a Criação de Conselhos Municipais de Educação e sua Importância na Educação do Município;
- Projeto Executivo para o Fortalecimento Institucional para os Órgãos Municipais de Educação e ou Secretarias Municipais de Educação;
- Projeto Executivo para o Desenvolvimento de Ações da segunda fase do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.



**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**



4– PROGRAMA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – PRO-VALORIZAÇÃO

4.1 – PROJETO PROFUNSIONÁRIO

4.1.1. Descrição do Projeto

Curso de Formação Técnica, de nível médio, para os trabalhadores das escolas que atuam nas funções de apoio, de acordo com as habilitações aprovadas no CNE, a partir da criação da 21ª Área de Formação Técnica Profissional. A Resolução CEB/CNE Nº 05/2005 cria a Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar, com 4 habilitações iniciais:

- Secretaria Escolar
- Alimentação Escolar
- Multimeios Didáticos
- Infra-estrutura material e ambiental

4.1.2 – Metodologia utilizada

Cursos modulares e a distância, com acompanhamento de tutoria e professores coordenadores, em parceria com Estados e Municípios.

4.1.3 – Público Alvo

Trabalhadores que atuam na merenda, administração, biblioteca, laboratório, vigilância e infraestrutura das escolas públicas.

Inicialmente, são 5 mil funcionários das redes estadual e municipal de ensino, nos estados do Piauí, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Paraná.

4.1.4 – Recursos Envolvidos

Repasses por meio de Convênio, no valor de R\$ 3.000.000,00 para a UNB, responsável pela organização e implementação de toda a cadeia de produção dos módulos pelos professores autores, nas diferentes mídias a serem utilizados (impressos, CD ROM e WEB).

4.1.5 – Materiais produzidos e distribuídos

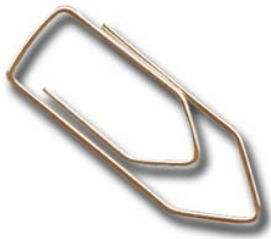
- 15 mil folderes, cartazes e cartilhas de divulgação
- mil exemplares de cada módulo do curso.

4.1.6 – Considerações gerais

O Projeto Piloto, implantado em 2005, teve excelente repercussão, uma vez que responde a uma demanda histórica para esse segmento de trabalhadores da educação, bem como, inicia o atendimento às metas do PNE de Valorização Profissional e melhoria da qualidade da oferta educacional.

4.1.7 – Recomendações para o Planejamento/2006-

Ampliar as vagas e os estados inseridos no Programa.



IV - DEPARTAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS



PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS

1. PADRÕES MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS – PMFE

1.1 Descrição do programa/projeto

O Ministério da Educação trabalha no sentido de avançar na definição técnica de padrões mínimos de infra-estrutura para todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, que sejam parâmetros para aplicação de recursos federais na correção de desequilíbrios regionais, que sirvam de orientação a Estados e Municípios e que possam, a partir de um pacto nacional, serem instituídos em norma. Esses padrões devem observar as condições regionais em cada estado da federação, seja dos aspectos geográficos, seja do custo e disponibilidade dos materiais. Devem ainda partir das experiências já desenvolvidas em diferentes esferas de governo e das atuais condições físicas apresentadas pelas escolas, deixando a Estados e Municípios a tarefa de complementar as diretrizes e parâmetros nacionais segundo as condições disponíveis e características regionais e locais (LDB, art. 25, parágrafo único). Em um primeiro momento, busca-se cumprir com as metas do Plano Nacional de Educação de elaboração de padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Nesse sentido, as iniciativas adotadas a fim de desenvolver os padrões mínimos para esses níveis de ensino devem ser articuladas e orientadas segundo diretrizes comuns. Este Departamento iniciou em 2005 a coordenação dessas iniciativas e a elaboração de documento orientador para a construção de padrões mínimos de infra-estrutura.

1.2 Metodologia utilizada

Foi realizado um seminário em que houve apresentação das iniciativas em curso no Departamento de Políticas de Ensino Médio, no Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e no FUNDESCOLA, quanto à elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura. Iniciou-se a elaboração do documento de diretrizes para discussão com representantes dos sistemas de ensino e dos órgãos normativos dos sistemas de ensino.

1.3 Articulação com Estados/Municípios

A articulação com Estados e Municípios é parte integrante do projeto em curso. Todas as iniciativas adotadas até o momento prevêem consulta pública envolvendo os sistemas de ensino.

1.4 Público alvo

Os beneficiários dessa iniciativa são todos os alunos e professores que utilizam as instalações escolares de Educação Básica.

1.5 Recursos envolvidos

Os recursos para o desenvolvimento dos padrões mínimos são alocados pela SEB no seu plano de trabalho definido para os departamentos de Ensino Médio e de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

1.6. Recomendações para o planejamento/2006

Devem ser concluídas as diretrizes para a construção dos padrões mínimos de infra-estrutura escolar e iniciado processo de consulta pública sobre essas diretrizes. A definição técnica dos padrões, a cargo do Departamento de Ensino Médio e do Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental deve ser executada, respeitadas as diretrizes da Secretaria para o tema.

2. DESENHO DE PROJETOS PARA A CONVERSÃO DA DÍVIDA POR EDUCAÇÃO

A dívida junto ao Clube de Paris, à qual se presta a mecanismo de conversão, teve várias rodadas de negociação nas últimas duas décadas do século passado, o que resultou na reestruturação de parcela



da dívida do setor público brasileiro com compromissos de acordos bilaterais. O objeto de negociação foi unicamente as obrigações contraídas diretamente pela UNIÃO, ou por ela garantidos. O montante era de aproximadamente US\$ 12,9 bilhões. Deste total resta pagar 29,5% ou seja, aproximadamente US\$ 3,5 bilhões.

No mês de julho, o Gabinete do Ministro solicitou à Secretaria de Educação Básica que apresentasse projetos para as negociações com a Espanha. Esse Departamento apresentou quatro projetos (descritos abaixo) e colaborou, ainda, com a formulação do projeto de escolas-espelho (bilingües nas zonas de fronteira do Mercosul), desenvolvido no DPE.

2.1 Centros de Língua e Cultura Hispânica

O Projeto dos Centros de Língua e Cultura Hispânica prevê a construção de vinte espaços que fortalecerão os laços culturais entre os dois países – Espanha e Brasil – por meio do ensino de língua espanhola e também da realização de eventos culturais em diversas áreas. Cada Centro deverá ser equipado com acervo especial de literatura espanhola e latina; anfiteatros para apresentações musicais, teatrais e cinematográficas.

2.2 Escolas de Fronteira

O projeto propõe investir na infra-estrutura das escolas que atendam aos alunos da Educação Básica (quinta a oitava série do Ensino Fundamental e Ensino Médio) localizadas na faixa de fronteira com os países de língua espanhola que, cotidianamente, estão em contato com outra língua e a utilizam para melhor integração no contexto fronteiriço, buscando melhorar a qualidade da educação, especificamente a questão do ensino da Língua Espanhola.

2.3 Salas de Leitura para Educação Infantil

Projeto que visa colaborar para o desenvolvimento da criança de 4 a 6 anos em seus aspectos psicológico, intelectual, cultural e social pela implementação de estratégias de formação de leitores, a partir da criação de salas de leitura e da promoção de atividades culturais nas pré-escolas públicas.

2.4 Informática para o Trabalho no Ensino Médio Noturno

Projeto que propõe a inserção e aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação - TIC - pela escola aos alunos do Ensino Médio noturno, por meio da disponibilização de infra-estrutura adequada, professores habilitados e qualificados ao desenvolvimento da aprendizagem. Tendo por base proporcionar a inclusão digital dos alunos do Ensino Médio noturno no mundo do trabalho e na sociedade, o Projeto apresenta como objetivos: (a) estruturar laboratórios de informática nas escolas com oferta de Ensino Médio noturno; (b) capacitar os professores do Ensino Médio noturno das escolas contempladas, para o ensino de informática voltado para o mundo do trabalho e para cidadania, em projetos nas suas disciplinas ou em projetos transdisciplinares; (c) capacitar os alunos da 1ª série do Ensino Médio noturno das escolas contempladas pelo projeto para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC); (d) utilizar nas 2ª e 3ª séries do Ensino Médio noturno as novas TIC em todas as disciplinas para a consolidação dos conhecimentos adquiridos e melhoria geral da aprendizagem.

3 AVALIAÇÃO GLOBAL DO PROGRAMA FUNDESCOLA

3.1 Descrição do programa/projeto

O Departamento de Projetos Educacionais iniciou, em 2005, o desenho para avaliação global dos resultados do Programa FUNDESCOLA nas regiões atendidas pelo programa desde o seu início em 1998, com o objetivo de gerar informações para instruir o processo de formulação da última fase do Programa.

3.2 Metodologia utilizada

Análise de conjunto de indicadores educacionais para grupos de Municípios e escolas atendidos pelo FUNDESCOLA e para um grupo de comparação que não tenha sido beneficiado pelo programa. Os resultados serão cotejados com as metas do Programa estabelecidas em cada Acordo de Empréstimo.

3.3 Público alvo



A avaliação do programa vai incidir sobre os cerca de 384 Municípios que foram atendidos em diferentes fases do FUNDESCOLA. Os resultados devem servir de base também para o processo decisório no âmbito de Estados que vêm seguindo modelos de políticas educacionais propagados pelo FUNDESCOLA.

3.4 Recursos envolvidos

Estão previstos custos da ordem de 100 mil reais em 2006. Os recursos previstos são provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

3.5 Recomendações para o planejamento/2006

A avaliação ocorrerá em 2006 e deverá servir de base para o desenho do FUNDESCOLA III-B a ser elaborado durante o ano de 2006.

4 OBSERVATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

4.1 Descrição do projeto

O Projeto espera criar um espaço para registrar práticas educacionais inovadoras, selecionadas, com resultados avaliados, e fazê-las chegar aos gestores da educação. O observatório é componente do **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime** – e auxiliará os formuladores e implementadores de políticas educacionais na troca de experiências e de projetos inovadores que promovam os objetivos e metas do PNE, ou seja, a melhoria da qualidade da Educação Básica, o aumento do nível de escolaridade da população, a democratização da gestão da educação pública e a superação das desigualdades sociais e regionais no que tange ao acesso, permanência e sucesso do aluno. O projeto é desenvolvido em parceria com a Undime e o INEP.

4.2 Metodologia utilizada

- Criar meios para troca de experiências na área de gestão educacional entre os dirigentes municipais de educação
- Identificar, avaliar, disseminar e apoiar experiências em gestão educacional inovadoras que contribuam para os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.
- Valorizar os dirigentes municipais de educação em suas iniciativas inovadoras na gestão municipal da educação instituindo prêmio em gestão educacional.

4.3 Articulação com Estados/Municípios

O Observatório de Experiências Inovadoras será integrado ao Pradime e contará com a parceria da Undime na organização de workshop.

4.4 Público alvo

O projeto é voltado para os dirigentes estaduais e municipais de educação, contudo, espera-se que o projeto também produza impacto positivo em outros segmentos, os beneficiários indiretos: gestores e educadores escolares, pesquisadores e tomadores de decisão em políticas públicas.

4.5 Recursos envolvidos

Estão previstos custos da ordem de 300 mil reais, sendo desenvolvido dentro do Acordo Brasil-Unesco a ser iniciado em abril de 2006.

PARTICIPAÇÕES

1 ASSENTAMENTOS RURAIS – FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA O CAMPO (GRUPO DE TRABALHO)

1.1 Descrição do programa/projeto

O Departamento de Projetos Educacionais representou a SEB no Grupo de Trabalho do MEC responsável pela elaboração de ações de curto, médio e longo prazo para os assentamentos rurais. A partir dos resultados de pesquisa realizada pelo Inep, foram levantadas demandas educacionais e criados



critérios técnicos para atendimento à demanda. A partir da coleta de informações junto a diversos órgãos do Ministério, foi elaborada proposta para a formação de professores para o campo, englobando o Pró-Formação, Pró-Licenciatura, ProInfantil, Pró-Letramento e a Rede Nacional de Formação. Além disso, este Departamento elaborou um documento com três cenários de implementação da formação de professores avaliando o custo e a quantidade de pessoas capacitadas.

1.2 Metodologia utilizada

- Análise dos dados coletados sobre as condições de atendimento educacional nos assentamentos rurais.
- Elaboração do documento com os Programas de Formação de Professores para Educação no Campo.
- Elaboração do documento com análise de cenário para avaliar custos e metas físicas quanto aos professores capacitados.

2 RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM (GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO)

2.1 Descrição do programa/projeto

O *Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento o Milênio – ODM* – vem sendo elaborado, anualmente, com a finalidade de avaliar as ações implementadas pelo Brasil com vistas ao alcance dos ODM até 2015. O DPR representou a SEB no Grupo de Trabalho formado para elaborar a parte do relatório relativa ao *Objetivo 2 – Universalização do Ensino Fundamental até 2015*. Esse grupo de trabalho, em 2005, foi constituído pela SEB, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), responsável pela coordenação dos trabalhos. O relatório apresentou um conjunto de indicadores do ensino fundamental brasileiro mostrando a situação educacional atual e os avanços em relação à situação anterior, e um conjunto de ações do Governo Federal implementadas para melhorar a qualidade da Educação Fundamental do Brasil.

2.2 Materiais produzidos

Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): *Objetivo 2 - Universalização do Ensino Fundamental até 2015*.

2.3 Recomendações para o planejamento/2006

A definição das ações que devem constar no relatório deve ser discutida no âmbito do MEC envolvendo todas as secretarias que desenvolvem políticas que concorrem para o alcance do objetivo 2 dos ODM.

3 FUNDEF E FUNDEB – DISCUSSÃO SOBRE ESTUDOS DE ANÁLISE DE FINANCIAMENTOS (GRUPO DE TRABALHO SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO)

3.1 Descrição

O DPR participou do desenvolvimento de propostas de estudos sobre a transição do FUNDEF para o FUNDEB, enfocando: custo-aluno-qualidade na Educação Básica brasileira, valor-aluno-ano e fatores de diferenciação para o FUNDEB; atuação dos Tribunais de Contas no controle da aplicação dos recursos; atuação dos Conselhos de Controle Social.

3.2 Metodologia utilizada

- Pesquisas sobre estudos já desenvolvidos a respeito do FUNDEF.
- Elaboração do Termo de Referência para contratação de consultoria para a realização dos estudos.
- Participação no 1º Colóquio Nacional sobre Financiamento da Educação no Brasil, de 22 a 24 de junho de 2005.



- Participação no Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação encarregado de apresentar propostas do valor-aluno-ano para o FUNDEB e dos fatores de diferenciação.

3.3 Recomendações para o Planejamento 2006

Continuar a participação no Grupo de Trabalho para definir o valor-aluno-ano do FUNDEB e os fatores de diferenciação por nível e modalidade.

4 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DISSEMINAÇÃO DO PROGRAMA FUNDESCOLA

4.1 Descrição do programa/projeto

Em 2005, o DPR participou na avaliação dos critérios de atendimento e disseminação do Programa FUNDESCOLA elaborados pelo NEPP-UNICAMP para o FNDE. Os critérios foram construídos para definir um novo padrão para a cooperação técnica e financeira do FUNDESCOLA aos Municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

4.2 Metodologia utilizada

Os resultados de classificação dos Municípios para atendimento pelo FUNDESCOLA segundo os critérios apresentados pelo NEPP-Unicamp foram cotejados com índices elaborados pelo FUNDESCOLA quanto a capacidade institucional instalada em um grupo de Municípios pesquisados em 2000/2001. Com base nas análises feitas se concluiu pela necessidade de alteração na proposta inicial de atendimento formulada pelo NEPP-Unicamp.

4.3 Articulação com Estados/Municípios

A apresentação e discussão dos critérios foram acompanhadas por representantes das Secretarias Estaduais de Educação.

4.4 Público alvo

Os Municípios e Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

4.5 Recomendações para o planejamento/2006

Os critérios adotados devem ser acompanhados do ponto de vista da execução do FUNDESCOLA pela SEB, o que implica na disponibilização de acesso ao sistema de convênios do FNDE que opera as transferências a Estados e Municípios para o DPR/SEB.



COORDENAÇÕES

PROGRAMAS/PROJETOS REALIZADOS NO ANO DE 2005

As coordenações do Departamento de Projetos Educacionais – DPR vêm realizando e/ou participando como colaborador nos projetos de Avaliação, Monitoramento e Desenho.

1 DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES EDUCACIONAIS – SIMONI

1.1 Descrição do programa

A Coordenação de Monitoramento e Informação tem a competência de desenvolver uma tecnologia para o monitoramento de projetos e incorporou as seguintes rotinas:

- Suporte em infra-estrutura de TI [primeiro atendimento, propostas de soluções]
- Criação e manutenção de sistemas internos [currículos, questionários, digitação de pesquisas etc]
- Avaliação de soluções tecnológicas [Devinfo, Spss]
- Gerenciamento de contratações de TI [digitadores e consultores]
- Apoio na organização de processos [melhoria ou implantação]
- Os projetos são:
- Organização de Bases de Dados: manutenção de bases de dados de diversas instituições relevantes para os projetos de monitoramento [Inep, Sied, Ibge, Fnde].
- Acompanhamento do Simec: parceria com SPO do MEC para tornar o Simec mais próximo da realidade da SEB.
- Desenvolvimento e implantação do SIMONI para o monitoramento de indicadores sensíveis aos projetos educacionais antes, durante e após a implantação de tais projetos.

Em 2005, foi desenvolvido um piloto do Simoni que permitiu a definição de arquitetura e o amadurecimento do projeto.

1.2 Metodologia utilizada

Estudo de bibliografia sobre o processo de monitoramento de projetos, discussões sobre o tema com a equipe responsável, articulação com outros órgãos do MEC.

1.3 Articulação com Estados/Municípios

As articulações ocorrem no âmbito do UNICEF, INEP e FNDE:

- Replicação do censo educacional em banco de dados do censo em banco de dados do censo educacional.
- Obtenção dos principais indicadores educacionais produzidos pelo INEP.
- Obtenção de dados referentes ao Programa FUNDESCOLA junto ao FNDE.
- Estudos da solução [*software*] de monitoramento de projetos do Unicef.
- Contratação de especialistas no âmbito do acordo Brasil-Unesco.

1.4 Público alvo

Dirigentes e gestores de projetos educacionais.

1.5 Recursos envolvidos

Recursos do Acordo Brasil-UNESCO: R\$ 55 mil reais em 2005

1.6 Materiais produzidos e distribuídos

- *Folder* “Conheça o Simoni”
- *Software*-piloto do Sistema Simoni.

1.7 Considerações gerais

Em um primeiro momento o monitoramento de projetos pelo DPR teria um foco na execução físico-financeira dos projetos educacionais no âmbito da SEB. Em articulação com a SPO/SE se verificou que o monitoramento físico-financeiro também estará sendo realizado no âmbito do MEC e que a SEB será a próxima secretaria a fazer parte desse monitoramento. Assim, para evitar duplicidades de esforços,



o DPR resolveu fazer proposições no âmbito do SIMEC e desenvolver uma linha complementar a este que permitirá o monitoramento de indicadores educacionais associados a projetos educacionais.

1.8 Recomendações para o planejamento/2006

Como mais uma vertente de monitoramento, propõe-se implantar o sistema Simoni para monitorar os indicadores educacionais do MEC relacionados aos programas [PPA] e que podem ser obtidos em especial no Inep. Esse trabalho está sendo estruturado de forma a contemplar os principais indicadores educacionais e suas fontes, sendo que, ao final essa ferramenta poderá compor mais um recurso no Simec permitindo que programas, ações, etapas ou projetos relacionados ao PPA possam ter seus indicadores educacionais monitorados de forma automática.

2. PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRADIME

2.1 Descrição do programa

O PRADIME (antigo PRASEM) é uma iniciativa voltada para a atualização dos dirigentes municipais de educação em temas relacionados à gestão do sistema municipal de educação. As eleições municipais de 2004 provocaram a renovação de grande parte do quadro dos dirigentes municipais de educação. O PRADIME visa o fortalecimento da atuação dos dirigentes municipais de educação, a mobilização dos secretários municipais para uma agenda nacional de educação, a troca de experiências, conhecimentos e habilidades na gestão educacional com foco na obtenção de resultados em relação aos objetivos e metas do PNE.

2.2 Metodologia utilizada

Estudos através de encontros regionais nos Estados durante quatro dias, e material impresso. Incluíram as seguintes etapas:

- Etapa 1. *Piloto*: para dirigentes municipais de educação de Goiás [40% de participação].
- Etapa 2: Implantação: encontros nas capitais ou em cidades pólos. Já ocorreram encontros em Palmas/TO; Ilhéus/ BA, São Luís/MA; Cabo de Santo Agostinho/PE; Natal/RN, Maceió/AL [para dirigentes de AL e SE], nos quais participaram, 86% dos dirigentes de TO, 64% da BA, 76% de MA, 79% de PE, 81% de RN, e 81% de SE e AL, totalizando 917 participantes.

2.3 Articulação com Estados/Municípios

O PRADIME é apoiado pela UNDIME e em muitos Estados, pelas secretarias estaduais de educação. Há parceira também com o PNUD, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e OEI.

2.4 Público alvo

Dirigentes municipais de educação, alunos, professores, diretores de escola e comunidade.

2.5 Recursos envolvidos

Em 2005, foram investidos os seguintes recursos no Pradime com fonte do Programa Fundescola:

Diárias e passagens	R\$ 116.262,86 e R\$ 249.128,58
Consultores	R\$ 378.385,00
Eventos e material	R\$ 807.585,81 e R\$ 11.372, 63

2.6 Materiais produzidos e distribuídos

Em 2005, o PRADIME desenvolveu-se com material provisório (Textos temáticos em Cd-rom, Cadernos de Oficinas e Cadernos de Transparências). Em fase de elaboração: Cadernos Temáticos, Cadernos de Oficinas, Cadernos de Transparências, Guia de Programas do MEC, Marcos Legais da Educação Nacional. Em educação à distância (*on-line*) estão sendo desenvolvidas atividades, leituras, estudos, discussões sobre temas relevantes à gestão dos sistemas de ensino. Materiais promocionais: cartazes, folders, certificados.

2.7 Recomendações para o planejamento/2006

Entre fevereiro e setembro, 20 encontros presenciais para cerca de 4.250 dirigentes municipais. De março a dezembro execução do PRADIME *online*, com o desenvolvimento e manutenção do *Portal*



Pradime, desenvolvimento dos *Cursos de Educação a Distância* e o acompanhamento e avaliação do programa. Inicia-se em abril de 2006 a execução do *Observatório de Experiências Inovadoras*, em parceria com o INEP e a UNDIME. O valor total da ação em 2006 está orçado em R\$ 5.384.609,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e nove reais).

OUTRAS AÇÕES

1 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRADIME

1.1 Descrição do programa/projeto

O PRADIME será avaliado em três aspectos:

- Reação dos dirigentes aos eventos presenciais (avaliação de reação) quanto ao conteúdo, atuação dos consultores e logística do evento.
- Nível de informação e compreensão dos dirigentes sobre conceitos, processos e instrumentos de gestão educacional trabalhos no programa (avaliação de aprendizagem).
- Os resultados do programa na gestão da educação no município com relação a avanços às metas do PNE (avaliação de impacto organizacional).

1.2 Metodologia utilizada

- Realização de oficina para desenho do modelo lógico do Programa em parceria com o Unicef.
- Elaboração do Documento de Referência de Avaliação.
- Elaboração de Termos de Referência para contratar consultoria para as pesquisas avaliativas
- Aplicação de instrumento de reação dos participantes nas atividades presenciais.

2 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 Descrição do programa/projeto

O Programa Escola de Gestores da Educação Básica, do INEP, pretende resgatar o papel efetivo da escola fazendo da gestão um mecanismo de apoio à atuação dos professores em sala de aula e de articulação entre escola e comunidade. É um curso de formação continuada voltado para o gestor escolar que contribui para a melhoria de qualidade, eficiência e equidade do ensino público.

O objetivo da avaliação do curso-piloto é medir o efeito do curso nos conhecimentos e habilidades dos gestores participantes. A avaliação proposta é focada na eficácia do projeto, ou seja, na capacidade de ele gerar resultados esperados.

2.2 Metodologia utilizada

A avaliação do programa é composta por dois métodos avaliativos: 1. Avaliação de resultados que utiliza critérios da eficácia; 2 avaliação qualitativa, não diretiva, que busca compreender as atitudes e conhecimentos de gestão escolar sobre o trabalho desenvolvido e implementado no curso-piloto. É usada a metodologia quase-experimental, que consiste em criar um grupo de comparação *a posteriori* equivalente ao grupo de gestores que está participando do projeto e aplicar um instrumento de avaliação de conhecimentos e habilidades sobre gestão escolar. É selecionada para o desenvolvimento da avaliação uma amostra de gestores tanto do grupo de gestores participantes do projeto-piloto quanto do grupo de comparação. Até o momento foram realizadas as seguintes atividades:

- Avaliação de reação dos encontros presenciais: elaboração do instrumento de coleta, processamento de dados e produção do relatório de análise;
- acompanhamento das atividades presenciais e a distância;
- desenho da avaliação do curso-piloto;
- elaboração do termo de referência para contratação de consultoria.

2.3 Recomendações para o planejamento/2006

Realizar a avaliação do curso-piloto do Programa Escola de Gestores e desenhar a avaliação do projeto da SEB.



3 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO

3.1 Descrição do programa/projeto

O Programa pretende, por meio de financiamento e assistência técnica, criar condições favoráveis para o processo de implementação da reforma do Ensino Médio e a expansão do número de vagas. Ele é dividido em dois subprogramas:

- Subprograma de Projetos de Investimento das Unidades da Federação – Sub A; e
- Subprograma de Políticas e Programas nacionais – Sub B.

Após mais de quatro anos desde o início de suas atividades, a avaliação de resultados se faz presente em todas as instâncias envolvidas no Programa: MEC, FNDE/DIPRO, BID, SEE, PNUD e UNESCO.

3.2 Metodologia utilizada

A avaliação tem três focos:

- Resultados quanto ao grau de cobertura do ensino médio.
- Melhoria da qualidade do ensino.
- Implementação da Reforma do Ensino Médio.

Elaboração de documento de referência para avaliação do PROMED e do termo de referência para contratação de consultoria que deverá realizar a pesquisa avaliativa do PROMED.

3.3 Recomendações para o planejamento de 2006

Realização da avaliação mediante consultoria especializada.

4 AVALIAÇÃO DA REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

4.1 Descrição do programa/projeto

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica é um projeto que começou a ser desenvolvido a partir de 2003. A Rede é uma proposta do MEC para apoio aos sistemas de ensino, pelos centros de pesquisa e desenvolvimento da educação, que foram criados nas universidades. Esses centros são parceiros no desenvolvimento e oferta de programas de formação continuada, bem como na implementação de novas tecnologias de ensino e gestão em unidades escolares estaduais e municipais. A Rede produz materiais instrucionais e orientação para cursos a distância semi-presenciais. Após os quatro anos de convênio, Centros continuarão capacitando os professores sem a necessidade de receber recursos do MEC para elaboração e produção dos cursos oferecidos. Com isto, a avaliação envolverá análise de processo e de resultados com o foco na sustentabilidade da Rede, após o encerramento do Convênio.

4.2 Metodologia utilizada

- Participação no II Seminário da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica.
- Elaboração de um instrumental, que foi aplicado nos Seminários Articuladores com o objetivo de avaliar a capacidade dos produtos oferecidos pela Rede de suprir as demandas dos Estados/Municípios na área de formação continuada de professores de Educação Básica.
- Criação de um programa de computador para processar os dados coletados nos Seminários.
- Entrada de dados coletados nos Seminários.
- Análise estatística dos dados dos Seminários.
- Levantamento de Informações para o desenho da avaliação.
- Elaboração do Documento de Referência de Avaliação.
- A avaliação da Rede pretende responder às seguintes perguntas:
 - Como os centros estão divulgando seus serviços às redes de ensino?
 - Qual a capacidade dos centros em atender às demandas das redes de ensino?
 - Como os centros interagem com as redes de ensino para aproximar a produção acadêmica da universidade às necessidades da prática docente na Educação Básica?
 - Qual a contribuição do programa para a melhoria da ação docente, no que se refere à autonomia intelectual e profissional do professor?
 - Como o programa incrementou o trabalho coletivo entre os professores?



5 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

5.1 Descrição do programa/projeto

A Escola Ativa é uma estratégia metodológica voltada para as classes multisseriadas buscando aumentar a qualidade da educação oferecida naquelas classes, na área rural. Sua implementação no Brasil começou em 1997 e vem se ampliando até o presente momento.

5.2 Metodologia utilizada

- A avaliação da Escola Ativa foi estruturada em duas etapas.
- Primeira Etapa: Avaliação de resultados intermediários.
 - Segunda Etapa: Avaliação de impacto.
 - Na primeira etapa, as principais questões avaliativas foram:
 - As escolas rurais multisseriadas que implantaram a Escola Ativa tiveram seus indicadores educacionais de eficiência e rendimento (INEP) alterados a partir da implantação do Projeto? Em caso afirmativo, quais foram as alterações? Como os indicadores se comportaram em comparação com os mesmos indicadores das escolas rurais multisseriadas que não aderiram ao Projeto?
 - Além dos indicadores educacionais de eficiência e rendimento (INEP), existem outros indicadores sensíveis ao Projeto Escola Ativa alterados a partir de sua implantação? Em caso afirmativo, quais são esses indicadores? Quais foram as alterações observadas? Como eles se comportaram em comparação com os mesmos indicadores encontrados nas escolas rurais multisseriadas que não aderiram ao Projeto?

5.3 Recursos envolvidos

Foram executados recursos da ordem de R\$ 19.800,00, em 2005, provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

5.4 Recomendações para o planejamento/2006

- Publicação de edital, seleção e contratação de consultoria para realizar a segunda etapa da avaliação.
- Execução da avaliação.

6 AVALIAÇÃO DO PROJETO GESTAR I

6.1 Descrição do programa/projeto

O GESTAR I é um programa de gestão pedagógica da escola, orientado para a formação continuada de professores do ensino fundamental público de 1ª a 4ª séries, por meio de recursos de educação à distância. O principal propósito do programa é reforçar a competência e a autonomia dos professores na sua prática pedagógica. O GESTAR I foi composto de dois elementos fundamentais. O primeiro é o Curso de Formação Continuada de Professores em Serviço. O segundo é o Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidade dos Alunos, utilizado na formação de uma base de dados que serve de subsídio para o planejamento e replanejamento da ação pedagógica.

A avaliação abrangerá os Programas Gestar I Língua Portuguesa e Gestar I Matemática, para verificação dos resultados obtidos com:

- Os *Cursos de Formação Continuada* – o desempenho dos professores e outros profissionais envolvidos nas etapas das formações e na implantação do Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidades dos Alunos, bem como dos diversos órgãos responsáveis pela implementação do Programa;
- O *Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidades* – resultados de desempenho dos alunos.

6.2 Metodologia utilizada

- Publicação de edital, em jornais de circulação nacional e internacional, para manifestação de interesse.
- Recebimento e avaliação prévia das manifestações de interesse.



- Instituição da comissão de seleção.
- Elaboração da lista curta com instituições nacionais e internacionais.
- Envio de documentação para elaboração da solicitação de proposta das instituições avaliadoras da lista curta para o FNDE.
- Interlocução com o Banco Mundial para ajustes na solicitação de proposta.

6.3 Público alvo

Os usuários diretamente interessados nessa avaliação são a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, o FNDE/Fundescola, o Banco Mundial, e as secretarias de educação estaduais e municipais. Sendo um programa público, financiado por acordo de empréstimo internacional, sua avaliação gera informações também de interesse de todos os beneficiários do Programa, bem como da sociedade em geral.

6.4 Recursos envolvidos

Elaboração - Tradução de documentos - R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), provenientes do Projeto PNUD BRA/03/004.

6.5 Recomendações para o planejamento/2006

- Ajustes no desenho da avaliação.
- Contratação da instituição avaliadora.
- Execução da avaliação.

7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA – PES

7.1 Descrição do programa/projeto

O Planejamento Estratégico – PES – é um processo gerencial a ser desenvolvido pelas secretarias de educação de Estados e Municípios, coordenado pelas lideranças, para o alcance de uma situação desejada, da maneira mais eficiente e eficaz, com a melhor alocação de esforços e recursos.

Da preparação à implementação, o PES desdobra-se em cinco etapas:

- Preparação do PES, definição de passos e responsabilidades e divulgação do processo para todos os colaboradores.
- Análise Situacional (Diagnóstico): levantamento sistemático de dados e informações sobre a qualidade da Secretaria em seus diferentes aspectos para melhorar o desempenho organizacional.
- Definição da Visão Estratégica e do Plano de Suporte Estratégico: é a etapa de elaboração da visão estratégica (valores, visão de futuro, missão e objetivos estratégicos), e do plano de suporte estratégico (estratégias, metas e planos de ação), para a implementação dos objetivos estratégicos.
- Execução: as metas estabelecidas e os planos de ação elaborados são implementados.
- Monitoramento e Avaliação: verificação da execução dos planos de ação e de adoção de medidas corretivas.

7.2 Metodologia utilizada

A avaliação da implementação do PES deverá subsidiar o MEC quanto a eficácia e efetividade do Projeto e sua sustentabilidade. Os resultados da avaliação deverão responder às perguntas: O PES é uma metodologia de planejamento adequada à gestão das Secretarias de Educação? Há necessidade de mudanças na metodologia proposta? O PES efetivamente contribuiu para a melhoria da gestão das Secretarias de Educação onde foi implementado?

- Para as Secretarias que estão implementando o PES, a avaliação deverá responder se o Projeto realmente contribui para o seu desenvolvimento institucional.
- A avaliação do PES foi desenhada em duas etapas: 1. Trabalho piloto para a elaboração de uma metodologia de avaliação da implementação do PES nas Secretarias, devendo resultar desse trabalho dois produtos: a) Diagnóstico Organizacional das Secretarias avaliadas; b) Metodologia para avaliação da implementação do PES em uma amostra representativa das Secretarias de Educação que estão desenvolvendo o PES. 2. Avaliação da implementação do PES nas Secretarias de Educação.



- Foram selecionadas para participação na avaliação piloto as Secretarias Estaduais de Sergipe e Tocantins e as Secretarias Municipais de Arapiraca-AL, Teresina-PI, Manacapuru-AM e Dourados-MS. Foram elaborados: 1. instrumentos, procedimentos, indicadores, fontes, dinâmicas de coleta de dados para avaliação. 2. Relatório Final do diagnóstico organizacional das Secretarias avaliadas. 3. Relatório Final da metodologia de avaliação do PES e 4. Informe Executivo de Resultados.

7.3 Recursos envolvidos

Os recursos na ordem de R\$ 29.205,00, foram provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

8 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE

8.1 Descrição do programa/projeto

O PDE é um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar. No PDE, a escola analisa o seu desempenho passado, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, sua missão, suas condições de funcionamento e seus resultados. A partir dessa análise ela projeta o seu futuro, que estratégias adotará, que processos desenvolverá, quem estará envolvido em cada processo e qual o perfil do aluno que se quer formar. O PDE compõe-se de duas partes: visão estratégica e plano de suporte estratégico. Na visão estratégica, a escola identifica os valores que defende e seus objetivos num período de dois a cinco anos. Para a elaboração do plano a escola conta com uma metodologia de planejamento estratégico detalhada em todas as suas fases no manual *Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola*, destinado principalmente às pessoas que exercem função de liderança (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, orientador, secretário). O PDE é, assim, um guia que instrumentaliza a escola para exercitar sua autonomia na solução de seus problemas e na realização de suas aspirações.

8.2 Metodologia utilizada

O DPR fez um estudo das avaliações do PDE já realizadas anteriormente a fim de perceber a necessidade ou não da realização de outras avaliações. Para complementar esse trabalho, considerou-se que seria importante a realização de um estudo de resultados intermediários do PDE nas taxas de rendimento escolar, devendo esse estudo fornecer subsídios para o desenho de uma avaliação de impacto do PDE.

Para esse estudo serão exploradas as seguintes questões:

- Comportamento das taxas de aprovação, reprovação e abandono nas escolas com PDE, comparadas às escolas sem PDE, considerando-se o intervalo de tempo que vai do ano de 1995 ao ano de 2005. Nas escolas com PDE, como se comportaram as taxas de aprovação, reprovação e abandono antes do PDE, e a partir de um, dois, três e quatro anos de execução do PDE.
- Comportamento das taxas de rendimento escolar nos Municípios em relação à porcentagem de escolas que aderiram ao PDE nos respectivos Municípios. Comportamento das taxas de rendimento escolar associando o PDE com outros produtos do Programa FUNDESCOLA. Por exemplo: comportamento das taxas de rendimento escolar em escolas que tiveram PDE e GESTAR, ou PDE, GESTAR E PAPE, ou PDE, GESTAR e Secretaria de Educação executando o PES.

Posteriormente, foi elaborada o *Relatório Executivo das Avaliações do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE* e o desenho do estudo exploratório de resultados do PDE nas taxas de rendimento escolar.

8.3 Recursos envolvidos

Tradução da avaliação de Stanford – PDE: R\$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais), provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

8.4 Recomendações para o planejamento/2006

Execução do estudo exploratório de resultados do PDE nas taxas de rendimento escolar.



9 PADRÕES MÍNIMOS DE INFRA-ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA – PMFE

9.1 Descrição do programa/projeto

O PNE estabeleceu objetivos e metas para o Ensino Fundamental, entre eles:

“Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais... Entre os componentes do FUNDESCOLA estão os PMFE - que, com base no que estabeleceu o PNE, pretendem auxiliar as Secretarias de Educação a elevarem suas escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento.”

Entre os sub-componentes dos PMFE estão: o PAPE – Projeto de Adequação de Prédios Escolares; Mobiliário e Equipamentos Escolares – PMQE ; Construção de Escolas – Urbanas e Rurais. A avaliação pretende subsidiar o Ministério da Educação para desenvolver estratégia no que diz respeito aos padrões mínimos de infra-estrutura para o ensino fundamental.

9.2 Metodologia utilizada

Em 2005, foi elaborado o Documento de Referência para a Avaliação – DRA. A avaliação deverá apresentar os resultados do PAPE, do Projeto de Mobiliário e Equipamentos Escolares e do Projeto de Construção de Escolas, enquanto estratégias para disseminação dos PMFE, para atingir as metas propostas no PNE.

As questões centrais que nortearão essa avaliação são: O grupo de escolas públicas no qual o PAPE foi executado aumentou sua Pontuação Média em relação aos PMFE, nos Levantamentos da Situação Escolar – LSE - realizados nos anos de 1997/1998, 2001 e no LSE a ser aplicado em 2006? Os resultados encontrados nas Pontuações Médias em relação aos PMFE no grupo de escolas no qual o PAPE foi executado mostrou-se superior ao resultado encontrado no grupo de escolas, com as mesmas características, no qual o Projeto não foi executado? As redes estaduais e/ou municipais de educação dos Municípios nos quais o PAPE e/ou o Projeto de Construção de Escolas foi executado apresentaram Pontuações Médias com relação aos PMFE estatisticamente superiores às apresentadas pelas redes estaduais e/ou municipais dos Municípios nos quais os projetos não foram executados? O PAPE e/ou Projeto de Construção de Escolas, desenvolvidos pelo FUNDESCOLA, podem ser considerados estratégias eficientes para a disseminação dos PMFE nos Estados e Municípios onde foram executados?



**V - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DEFINEB**



APRESENTAÇÃO

O Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB tem hoje como principal atribuição o acompanhamento e a supervisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, criado pela E.C. n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto n.º 2.264/97.

1. PÚBLICO ALVO

O Defineb tem como público alvo o grupo de pessoas que demandam esclarecimentos e informações relacionados à operacionalização do FUNDEF, representado, principalmente, por alunos, professores, pais de alunos, conselheiros do FUNDEF, representantes de sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral. Os destinatários finais da aplicação dos recursos, entretanto, são os professores e alunos do Ensino Fundamental público.

2. VINCULAÇÕES COM O PLANO PLURIANUAL

As ações relacionadas a este Departamento encontram-se inseridas no Programa 1072 - Valorização e Formação dos Professores e Trabalhadores da Educação Básica, Ação 0304 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF e no Programa 1067 - Gestão da Política de Educação, Ação 6334 - Preparação para implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, sendo que os recursos do FUNDEF, originários das transferências constitucionais aos Estados e Municípios, com arrecadação realizada pela União, são assegurados e programados no Orçamento da União como transferências constitucionais, no Ministério da Fazenda, e a parcela relativa à Complementação da União aos Estados e Municípios é alocada e executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A execução financeira desses recursos ocorreu com a devida regularidade, de acordo com a previsão e a programação estabelecidas para o exercício.

3. INDICADORES RELEVANTES

Com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, no âmbito dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, dos órgãos de controle externo e da própria sociedade e considerando a necessidade de disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do FUNDEF, o Departamento oferece orientações e apoio técnico a estados, a municípios, a instituições e pessoas físicas ou jurídicas interessadas. Com esse propósito, o Departamento desenvolveu as seguintes ações no exercício de 2005, para a efetiva destinação dos recursos do FUNDEF:

- a. Participação em encontros com secretários de educação, prefeitos, vereadores, instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais em diversos estados, visando proporcionar a adequada utilização dos recursos e satisfatórios níveis de fiscalização, acompanhamento e controle social sobre os valores transferidos;
- b. Encaminhamento de orientações/esclarecimentos sobre o FUNDEF, atendendo a professores, pais de alunos, representantes de sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação, Ministério Público, Tribunal de Contas e cidadãos, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos do Fundo, remuneração do magistério e outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de abonos e gratificações, educação especial e de jovens e adultos, transporte escolar, funcionamento do Conselho do FUNDEF, recomendações sobre providências referentes a denúncias e irregularidades praticadas com recursos do FUNDEF, plano de carreira, capacitação/habilitação de professores, informações sobre valores repassados, dentre outros;
- c. Apoio para realização de três reuniões do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, no âmbito da União, em 07/04/2005, 15/09/2005 e 14/12/2005, em Brasília;
- d. Produção e distribuição aos Conselhos do FUNDEF, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ministério Público, Câmaras de Vereadores e Tribunais de Contas de:
 - 38.950 Cartazes de orientação sobre “o que pode” e “o que não pode” ser realizado com recursos do FUNDEF;
 - 41.000 *Folders* sobre previsão de recursos do FUNDEF/2005, por município;



- 11.100 Manuais de Orientação do FUNDEF;
 - 6.500 fitas de vídeo, destinadas à capacitação/orientação dos conselheiros municipais do FUNDEF.
- e. Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil, prevendo a continuidade dos trabalhos de divulgação de dados relacionados aos repasses do FUNDEF a todos os Estados e Municípios beneficiários do Fundo;
- f. Participação em diversos eventos (encontros, debates, seminários, reuniões técnicas, audiências públicas, congressos, etc) para tratar do FUNDEF e as perspectivas relacionadas ao FUNDEB;
- g. Elaboração de documento com consolidação de ocorrências/reclamações encaminhadas ao MEC/SEB/DEFINEB sobre o FUNDEF, relativas aos anos de 2003 e 2004, bem como o encaminhamento do mesmo aos Tribunais de Contas dos Estados/Municípios e Ministérios Públicos Estaduais;
- h. Participação em 07 (sete) Encontros para capacitação de conselheiros municipais do FUNDEF, em trabalho integrado com o FNDE, conforme cronograma a seguir:

DATA	LOCAL	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
22 a 24/06/2005	Cordeiro – RJ	30
03 a 05/08/2005	São Paulo – SP	30
31/08 a 02/09/2005	Curitiba – PR	30
14 a 16/10/2005	Joinville – SC	16
28 a 30/10/2005	Belo Horizonte – MG	39
23 a 25/11/2005	Florianópolis – SC	42
30/11 a 02/12/2005	Porto Alegre – RS	34
	TOTAL	221

O DEFINEB, até 29/12/2005, recebeu e encaminhou ao Ministério Público e Tribunais de Contas Estaduais (para conhecimento e adoção das medidas julgadas pertinentes) reclamações relacionadas ao FUNDEF, que apontaram supostas irregularidades em 382 municípios. Do total de municípios denunciados, foram registradas 657 ocorrências, das quais as mais representativas são:

- Injustificado(s) atraso(s) no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério do Ensino Fundamental (salários, 13º salário e férias), face à regularidade nas transferências dos recursos do FUNDEF ao município.
- Aplicação de recursos do FUNDEF em ações não caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental público, contrariando o disposto no art. 2º da Lei nº 9.424/96 e o art. 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB).
- Não funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.
- Utilização de veículos escolares em atividades alheias ao Ensino Fundamental.
- Não disponibilização, ao Conselho de Acompanhamento do FUNDEF, de dados e informações sobre o recebimento e a aplicação dos recursos do Fundo.

4 RESULTADOS FINAIS OBTIDOS

4.1 RESULTADOS FINANCEIROS

No ano de 2005, os recursos do FUNDEF alcançaram o total de R\$ 32,7 bilhões, representando um crescimento de 14,5% em relação ao exercício anterior.

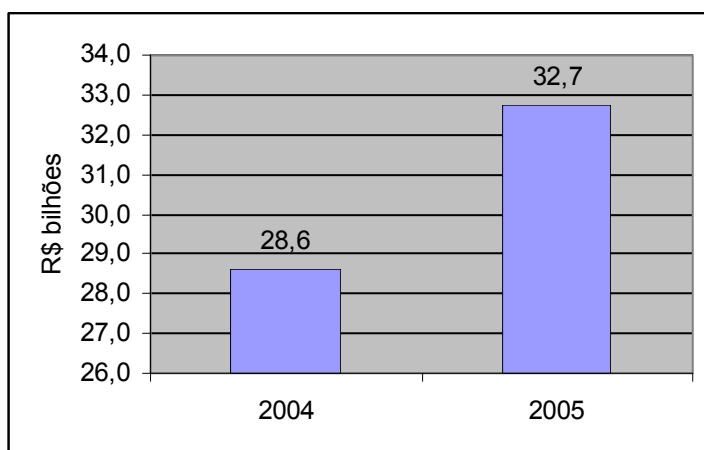
**TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DO FUNDEF SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS - R\$ MILHÕES**

Origem dos Recursos	2004		2005	
	Fundef	Part %	Fundef	Part %
a) FPM (Fundo de Participação dos Municípios)	3.728,6	13,0	4.674,5	14,3
b) FPE (Fundo de Participação dos Estados)	3.590,4	12,6	4.493,6	13,7
c) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	19.984,6	69,9	22.305,9	68,1
d) IPlexp (Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações)	323,0	1,1	366,6	1,1
e) LC 87/96 (Desoneração de Exportações - Lei Complementar n.º 87/96)	508,6	1,8	508,9	1,6
f) Subtotal (a+b+c+d+e)	28.135,2	98,4	32.349,5	98,8
g) Complementação da União (Valor financeiro transferido no ano)	485,0	1,7	395,3	1,2
g.1) Valor do ano, definido em Portaria/MF (1)	559,8	2,0	395,3	1,2
g.2) Ajuste de Contas (crédito) de exercício anterior	26,4	0,1	0	0,0
h) Ajuste de Contas do ano (crédito no ano seguinte) (2)	0	0,0	0	0,0
i) Ajuste de Contas do ano (débito no ano seguinte) (2)	0	0,0	0	0,0
j) Complementação da União (Valor do ano, por competência = (g-(g2)+h+i)	458,6	1,6	395,3	1,2
l) Total do FUNDEF (f+j)	28.593,8	100,0	32.744,8	100,0

FONTE: SIAFI E PORTARIAS/MF DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO E DE AJUSTE DE CONTAS

(1) Valor de 2004 - definido na Portaria/MF nº 400, de 20/12/2004; valor de 2005 - definido na Portaria/MF nº 41, de 29/03/2005

(2) No exercício de 2004 contém Ajuste de Contas de 2003 (conforme Portaria/MF nº 400, de 20/12/2004) e em 2005 não foi realizado, pelo MF, ajuste de contas de 2004.

GRÁFICO 1 - COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS DO FUNDEF

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o Governo Estadual e os Municípios, no âmbito de cada estado, é realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano.

O valor mínimo nacional por aluno/ano para 2005, para efeito de garantia dos repasses dos recursos do FUNDEF, foi fixado com diferenciação do custo por aluno dos segmentos das séries iniciais – urbanas (R\$ 620,56); séries iniciais – rurais (R\$ 632,97); quatro séries finais – urbanas (R\$ 651,59); quatro séries finais – rurais e educação especial fundamental – urbana e rural (R\$ 664,00), segundo disposto no Decreto 5.374, de 17/12/2005. Portanto, a elevação nominal de 2005 em relação a 2004 foi de 9,9%.

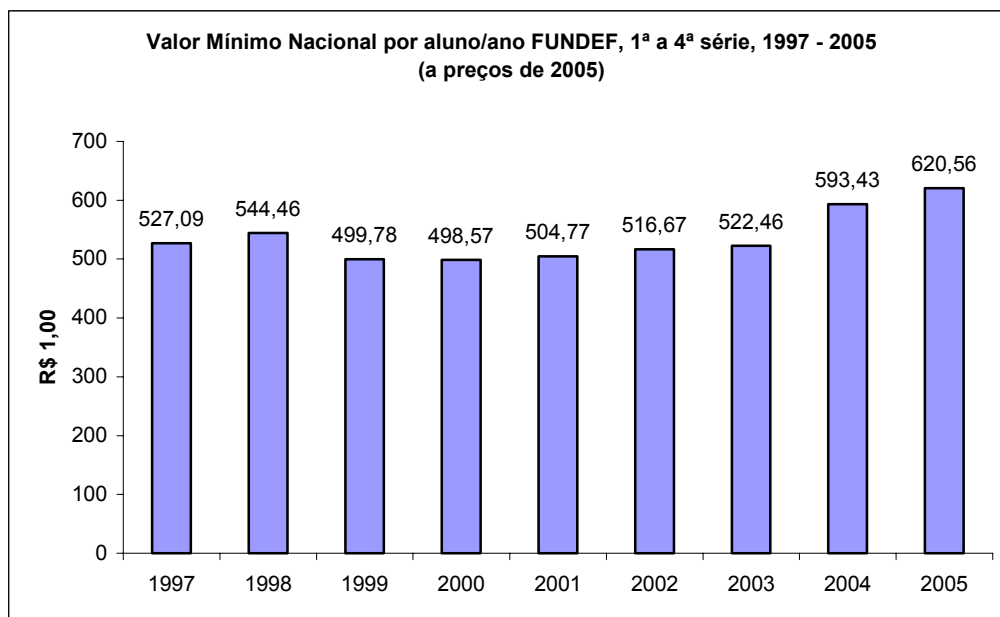


**TABELA 2 - FUNDEF - VALOR MÍNIMO NACIONAL POR ALUNO/ANO
(CRESCIMENTO NOMINAL E REAL - 1997 A 2005)**

Ano	Valor Mínimo Nacional vigente (R\$ - valores correntes)			Valor Mínimo Nacional (R\$ - a preços de 2005) (2)	
	1ª a 4ª	5ª a 8ª	Crescimento (%) (1)	1ª a 4ª	Crescimento (%)
1997	300,00	300,00	-	527,09	-
1998	315,00	315,00	5,0	544,46	3,30
1999	315,00	315,00	0,0	499,78	-8,21
2000	333,00	349,65	7,9	498,57	-0,24
2001	363,00	381,15	9,0	504,77	1,24
2002	418,00	438,90	15,2	516,67	2,36
2003	462,00	485,10	10,5	522,46	1,12
2004	564,63	592,86	22,2	593,43	13,58
2005	620,56	651,59	9,9	620,56	4,57
Crescimento 1997-2002:			39,3		-2,0
Crescimento.2003-2005:			48,5		20,1

- Fonte: Decretos Anuais De Fixação Do Valor Mínimo e Portarias/MF De Ajustes De Contas Anuais Do Fundef
- Em 2000 considerado crescimento com base no valor médio ponderado (R\$339,92) dos dois valores vigentes no ano
 - Índice considerado: IPCA/IBGE (verificado entre 1998 e 2004 e estimado para 2005)

**GRÁFICO 2 – VALOR MÍNIMO NACIONAL POR ALUNO/ANO, 1ª A 4ª SÉRIE, 1997-2005-
(A VALORES DE 2005)**



As transferências da União em 2005, a título de complementação ao FUNDEF, totalizaram R\$ 395,3 milhões, contemplando os governos estaduais e municipais de três estados da região Nordeste (Alagoas, Maranhão e Piauí) e um da região Norte (Pará), beneficiando um contingente de 4,4 milhões de alunos do Ensino Fundamental regular e especial, dos quais 3,4 milhões são das redes municipais e 1 milhão das redes estaduais. Essa parcela de recursos federais é direcionada exclusivamente às Unidades Federadas cujo valor por aluno/ano não alcança o valor mínimo nacional, fixado anualmente desde a implantação do Fundo. A contribuição dos estados para formação do Fundo em 2005 foi de R\$ 21,8 bilhões e a receita obtida, observada a redistribuição dos recursos com base no número de alunos, foi de R\$ 15 bilhões. Já os municípios contribuíram com R\$ 10,5 bilhões e obtiveram uma receita de R\$ 17,7 bilhões.



TABELA 3 - IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO – 2005 - R\$ MILHÕES

UF/ REGIÃO	Governo Estadual			Governo Municipal		
	Contribuição anual ao FUNDEF (a)	Receita anual originária do FUNDEF (b)	Acréscimo/ Redução (b-a)	Contribuição anual ao FUNDEF (a)	Receita anual originária do FUNDEF (b)	Acréscimo/ Redução (b-a)
AC	191,3	147,0	-44,4	38,8	83,2	44,4
AM	472,1	285,2	-187,0	180,2	367,2	187,0
AP	182,4	158,0	-24,4	26,2	50,6	24,4
PA	613,4	244,0	-369,4	284,1	781,3	497,3
RO	266,9	178,5	-88,5	89,6	178,1	88,5
RR	132,9	137,9	5,0	30,1	25,1	-5,0
TO	271,0	201,7	-69,2	97,5	166,7	69,2
NO	2.130,1	1.352,3	-777,8	746,6	1.652,3	905,7
AL	301,0	119,8	-181,2	150,0	341,5	191,5
BA	1.212,7	415,7	-797,1	683,7	1.480,8	797,1
CE	672,0	160,8	-511,2	360,2	871,3	511,2
MA	498,5	207,3	-291,1	249,3	777,0	527,7
PB	371,1	221,2	-149,9	204,0	353,9	149,9
PE	757,2	382,8	-374,4	364,5	739,0	374,4
PI	298,3	116,5	-181,8	151,8	354,0	202,2
RN	370,1	211,6	-158,5	177,6	336,1	158,5
SE	301,1	158,9	-142,2	106,6	248,8	142,2
NE	4.782,1	1.994,6	-2.787,4	2.447,7	5.502,5	3.054,8
GO	612,3	469,9	-142,4	332,4	474,8	142,4
MT	464,1	352,7	-111,4	209,1	320,5	111,4
MS	335,5	228,6	-106,8	161,8	268,7	106,8
CO	1.411,9	1.051,2	-360,7	703,4	1.064,0	360,7
ES	526,1	363,0	-163,1	236,9	400,0	163,1
MG	2.052,5	1.778,7	-273,8	1.236,0	1.509,7	273,8
RJ	1.619,9	665,5	-954,4	656,0	1.610,4	954,4
SP	5.913,3	5.047,7	-865,5	2.575,8	3.441,3	865,5
SD	10.111,8	7.855,0	-2.256,8	4.704,6	6.961,4	2.256,8
PR	1.185,7	919,0	-266,8	669,6	936,4	266,8
RS	1.464,1	1.173,9	-290,1	769,6	1.059,7	290,1
SC	759,9	607,9	-152,0	417,0	568,9	152,0
SU	3.409,7	2.700,8	-708,8	1.856,1	2.565,0	708,8
BR	21.845,4	14.953,9	-6.891,5	10.458,4	17.745,2	7.286,8

Fonte: Elaboração Do Defineb/Mec, A Partir De Dados Obtidos No Siafi/2005

(*) 85%

(**) Excluído o Distrito Federal (não há redistribuição de recursos entre governos)



4.2 RESULTADOS SOCIAIS

Nos primeiros anos de vigência do FUNDEF o crescimento anual das matrículas do Ensino Fundamental alcançou 6%, representado por quase dois milhões de crianças trazidas para as escolas. A partir de 2000, iniciou-se o processo de inversão da curva de crescimento das matrículas, registrando-se uma tendência de redução. Em 2005, computou-se 30,2 milhões de matrículas, havendo, portanto uma queda de 1,7% em relação a 2004.

TABELA 4 - MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO
- 2004/2005 -

UF/ REGIÃO	2004					Censo 2005				
	Estadual		Municipal		Total de Alunos	Estadual		Municipal		Total de Alunos
	N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %		N.º de Alunos	Part. %	N.º de Alunos	Part. %	
AC	91.759	63,7	52.253	36,3	144.012	91.614	62,5	55.012	37,5	146.626
AM	320.048	43,4	417.025	56,6	737.073	319.442	28,0	426.330	72,0	592.085
AP	93.995	75,4	30.621	24,6	124.616	94.051	73,7	33.574	26,3	127.625
PA	368.010	23,7	1.186.275	76,3	1.554.285	356.591	23,3	1.176.778	76,7	1.533.369
RO	150.090	50,0	150.083	50,0	300.173	148.389	50,2	146.989	49,8	295.378
RR	63.423	84,4	11.766	15,6	75.189	61.924	78,2	17.270	21,8	79.194
TO	143.303	54,4	119.905	45,6	263.208	141.742	54,5	118.476	45,5	260.218
NO	1.230.628	38,5	1.967.928	61,5	3.198.556	1.213.753	38,1	1.974.429	61,9	3.188.182
AL	177.015	25,8	509.140	74,2	686.155	165.755	15,3	508.566	84,7	600.180
BA	626.872	21,7	2.260.088	78,3	2.886.960	574.541	12,6	2.208.104	87,4	2.527.546
CE	243.800	15,4	1.341.566	84,6	1.585.366	206.790	13,5	1.324.884	86,5	1.531.674
MA	308.832	20,9	1.166.684	79,1	1.475.516	265.119	18,3	1.182.441	81,7	1.447.560
PB	295.781	38,2	477.929	61,8	773.710	278.480	37,4	466.925	62,6	745.405
PE	516.944	33,8	1.014.242	66,2	1.531.186	489.865	32,8	1.003.679	67,2	1.493.544
PI	164.588	24,8	498.902	75,2	663.490	146.751	23,0	492.461	77,0	639.212
RN	209.530	38,5	334.296	61,5	543.826	191.106	36,6	331.229	63,4	522.335
SE	146.989	38,9	231.213	61,1	378.202	135.415	36,8	232.902	63,2	368.317
NE	2.690.351	25,6	7.834.060	74,4	10.524.411	2.453.822	24,0	7.751.191	76,0	10.205.013
DF	294.440	100,0	-	-	294.440	300.965	100,0	0	0,0	300.965
GO	449.920	49,2	465.172	50,8	915.092	416.452	46,8	472.521	53,2	888.973
MS	185.192	45,8	219.584	54,2	404.776	176.118	44,4	220.872	55,6	396.990
MT	299.837	52,1	275.684	47,9	575.521	284.363	50,3	280.985	49,7	565.348
CO	1.229.389	56,1	960.440	43,9	2.189.829	1.177.898	54,7	974.378	45,3	2.152.276
ES	238.240	47,5	263.699	52,5	501.939	176.287	35,4	321.240	64,6	497.527
MG	1.751.533	53,8	1.506.158	46,2	3.257.691	1.703.881	53,6	1.472.825	46,4	3.176.706
RJ	579.595	28,9	1.423.633	71,1	2.003.228	546.094	27,2	1.459.841	72,8	2.005.935
SP	3.009.998	59,0	2.088.457	41,0	5.098.455	2.960.625	58,0	2.140.873	42,0	5.101.498
SD	5.579.366	51,4	5.281.947	48,6	10.861.313	5.386.887	50,0	5.394.779	50,0	10.781.666
PR	755.142	48,5	803.156	51,5	1.558.298	742.270	48,6	784.962	51,4	1.527.232
RS	808.351	52,4	732.975	47,6	1.541.326	775.143	51,6	728.313	48,4	1.503.456
SC	451.547	51,4	426.875	48,6	878.422	439.507	50,6	428.627	49,4	868.134
SU	2.015.040	50,7	1.963.006	49,3	3.978.046	1.956.920	50,2	1.941.902	49,8	3.898.822
BR	12.744.774	41,4	18.007.381	58,6	30.752.155	12.189.280	40,3	18.036.679	59,7	30.225.959

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC

Dados do Censo Escolar: Alunos do Ensino Fundamental regular e das escolas e classes de educação especial



5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dando cumprimento à meta governamental de criar e implantar o FUNDEB, em 2005 foi elaborada Proposta de Emenda Constitucional para criação desse Fundo, com o objetivo de assegurar um mecanismo de financiamento que promova a inclusão sócio-educacional no âmbito da educação básica. Diferente do FUNDEF, que financia apenas o Ensino Fundamental, o FUNDEB deverá atender os alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio e da Educação de Jovens e Adultos.

Com o novo Fundo, o contingente de beneficiários será da ordem de 48 milhões de alunos (dados do Censo Escolar de 2004) e recursos da ordem de 48 bilhões no quarto ano de vigência do Fundo (em valores de 2005), dos quais R\$ 4,5 bilhões são provenientes da União (R\$ 2 bilhões no 1º ano, R\$ 2,85 bilhões no 2º ano, R\$ 3,7 bilhões no 3º ano e R\$ 4,5 bilhões no 4º ano) e 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios, a partir do 5º ano.

O Fundo deverá ter vigência de 14 anos e ser implantado de forma gradativa nos quatro primeiros anos, com recursos distribuídos pelo nº de alunos da educação básica e com repasses financeiros automáticos, assim como o FUNDEF.

Visando ao aperfeiçoamento da proposta do FUNDEB, o Ministério da Educação realizou diversos encontros com especialistas e representantes da sociedade e dos entes federados, buscando, assim, proporcionar um amplo debate, na perspectiva de construção de um Fundo que contemple as proposições e anseios dos diversos segmentos interessados e envolvidos nesse processo. Dentre esses encontros, representantes do MEC participaram de mais de cem eventos, entre reuniões, seminários, audiências públicas, mediações etc.

Durante as negociações, a proposta inicial do Ministério da Educação foi sendo alterada. Dentre as alterações acolhidas, destacam-se o percentual de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB para remuneração dos profissionais do magistério; a vinculação de 20% (vinte por cento) dos impostos e transferências estaduais e municipais e a não inclusão dos impostos próprios municipais (IPTU, ISS e ITBI) como fonte de receita.

Após a fase de realização dos encontros, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, no dia 14 de junho de 2005, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC que cria o FUNDEB. A Proposta (PEC nº 415, de 2005) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e Comissão Especial da Câmara dos Deputados e, no dia 24/01/2006, foi aprovada em 1º turno pelo Plenário da mesma Casa, devendo, ainda, ser submetida às demais fases do processo legislativo.

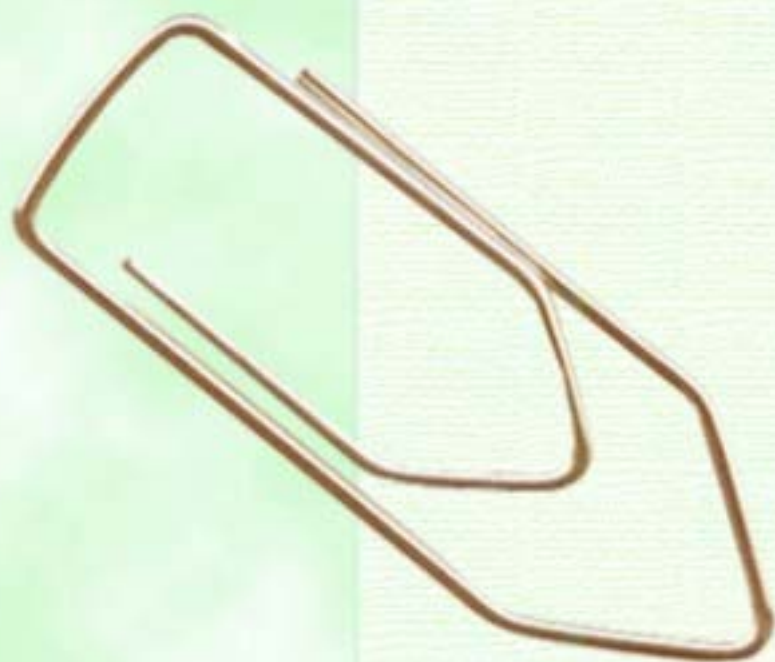
O Ministério da Educação elaborou, ainda, Projeto de Lei que regulamenta o FUNDEB, o qual se encontra em fase de discussão com os estados e municípios, por meio das suas entidades representativas, como o CONSED, a UNDIME e outras representações da sociedade civil organizada.

Além dessas iniciativas, o MEC executou diversas atividades relacionadas ao FUNDEB, como:

- Aperfeiçoamento do sistema simulador dos impactos financeiros do FUNDEB, compatibilizando-o com os aperfeiçoamentos introduzidos na PEC do Fundo, encaminhada ao Congresso Nacional em Junho de 2005;
- Coordenação de Grupo de Trabalho, instituído no âmbito do MEC, para debater, socializar, sugerir, subsidiar, unificar, consolidar e/ou redirecionar iniciativas do MEC relacionadas ao financiamento da educação básica.

6. RECOMENDAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO 2006

Para 2006, serão priorizadas as ações relacionadas ao FUNDEB, acompanhando a evolução do Projeto de criação e de regulamentação do Fundo no Congresso Nacional e subsidiando a ação governamental nas iniciativas relacionadas à sua preparação e implantação. Além dessa frente prioritária de ação, o DEFINEB também atuará na coordenação de estudos que concorram para o aperfeiçoamento dos mecanismos e expansão dos recursos financeiros destinados ao financiamento da educação básica e, ainda, dará continuidade às ações relacionadas ao FUNDEF.



Planejamento
2006

Secretaria de Educação Básica

Brasília-DF
2006





I-DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL



INTRODUÇÃO

PROGRAMAS E AÇÕES

- O Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental está dividido em quatro coordenações que desenvolvem os seguintes programas e ações prioritários:
 - a) Coordenação Geral de Educação Infantil
 - Política Nacional de Educação Infantil.
 - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – Proinfantil.
 - Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil.
 - Revista Criança do Professor de Educação Infantil.
 - Revisão de Políticas e Serviços na área de educação Infantil.
 - Credenciamento e Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino.
 - b) Coordenação Geral de Ensino Fundamental
 - Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos.
 - Currículo: Ampliação e Atualização.
 - Pró-Licenciatura.
 - Correção de Fluxo – Regularização da Defasagem Idade/Série.
 - Escolas que atendem aos Brasileiros no Japão
 - Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.
 - Projeto Xadrez nas Escolas.
 - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.
 - Grupo Interministerial de Cooperação Técnica.
 - c) Coordenação Geral de Política de Formação.
 - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica.
 - Pró-Letramento.
 - d) Coordenação Geral de Estudos e Avaliação de Materiais
 - Política de Formação de Leitores.
 - Política de Formação de Leitores – Periódico de Leitura.
 - Política de Formação de Leitores – Programa Nacional de Bibliotecas da Escola – PNBE.
 - Programa Nacional do Livro Didático.
 - Programa Nacional do Livro Didático PNLD/2006 – Dicionários.

Entre as ações desenvolvidas em conjunto pelas coordenações está o Prêmio Professores do Brasil que foi unificado a partir de 2005 e sob a coordenação do Departamento está o Comitê Nacional de Políticas de Educação Básica e as Escolas de Fronteira

Público alvo

Professores em exercício nas escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental, instituições educacionais, gestores dos sistemas de ensino estaduais e municipais, alunos de escolas públicas, Undime e Consed.

Indicadores relevantes

- Número de professores freqüentando os cursos de formação, número de professores e alunos sendo atendidos, quantidade de gestores envolvidos e escolas atingidas.
- Publicações e materiais distribuídos.

Resultados finais previstos

Todas as ações desenvolvidas buscam a melhoria da qualidade do ensino. O grande investimento feito nos programas de formação e inicial e continuada de professores demonstram essa preocupação.



Além disso o Departamento tem procurado envolver os gestores dos sistemas de ensino e Universidades nas principais discussões a respeito da política educacional a fim de legitimá-las e consolidá-las.

AÇÕES

1.COMITÊ NACIONAL DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1 Descrição do programa/projeto/ação

O Comitê é composto por instituições e entidades que atuam na área da Educação Básica e possui as seguintes atribuições: 1. propor e discutir políticas para a Educação Básica; 2. viabilizar a articulação entre as diferentes entidades, órgãos e instituições que atuam na Educação Básica; 3. apoiar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Educação Básica.

1.2 Justificativa

Necessidade de articular as políticas de Educação Básica otimizando os recursos; necessidade de apoio e legitimidade para as ações propostas pelo MEC; necessidade de acompanhamento das ações.

1.3 Metas

Melhoria da qualidade social da educação.

1.4 Metodologia

O Comitê reunir-se-á no mínimo 4 e, no máximo, 6 vezes ao ano e, extraordinariamente quando necessário

1.5 Público-alvo

Sistemas públicos de Educação Básica.

2. ESCOLAS DE FRONTEIRA

2.1 Descrição do programa

Consiste na implantação de um modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol.

2.2 Justificativa

Este Ministério da Educação, no que rege o “Convênio de Cooperação Educacional Brasil-Argentina”, estabelecido em 10 de novembro de 1997, firmou, com o Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina, a “Declaração Conjunta Brasil-Argentina”, em 09 de junho de 2004. A referida Declaração estabelece a criação de um Programa de Educação Intercultural que inclui o ensino dos idiomas português e espanhol nas escolas de fronteira dos dois países, bem como uma reformulação curricular nessas escolas para que possam tornar-se escolas bilíngües.

2.3 Metas

Ampliação do projeto para os municípios de Foz do Iguaçu, São Borja e Itaqui já confirmados. Atingir na ampliação 20 escolas/municípios de países fronteiriços ainda a definir.

2.4 Metodologia

Com a intenção de implementar esse Programa, fez-se necessária a elaboração conjunta de um Plano de Trabalho com o Ministério da Educação Ciência e Tecnologia da Argentina e demais países envolvidos, com o objetivo de especificar as demandas locais e estabelecer as ações correspondentes. Nesta primeira etapa foram designados os municípios de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina onde foram realizadas diversas reuniões com dirigentes estaduais, municipais, de escolas e a formação continuada dos professores além do acompanhamento técnico-pedagógico das atividades realizadas. A expansão do projeto em parceria com a Argentina prevê, para o ano de 2006, a ampliação do ensino bilíngüe formal para o segundo ano do ensino fundamental no Brasil. Pretende-se, ainda, com a incorporação de novas escolas ao projeto, iniciar o trabalho nas 1^{as} séries com bilingüismo formal ao mesmo tempo em que as demais séries da escola desenvolverão



atividades buscando construir espaços pedagógicos bilíngües. Com os demais países há necessidade de uma discussão interna para definição das ações.

2.5 Público-alvo

Alunos e professores do ensino fundamental em escolas públicas localizadas em zona de fronteira.

2.6 Recursos envolvidos

R\$ 1.385.437,00 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais) referente ao PRODOC/OEI

2.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Produção de materiais com os resultados do Programa e relatando a experiência.

3. AÇÃO ARTICULADA ENTRE COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

3.1 PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL

3.1.1 Descrição da ação

Premiação de 20 experiências pedagógicas relevantes sendo 10 realizadas por professores da educação infantil e 10 do ensino fundamental dos sistemas públicos de ensino. O Prêmio é uma parceria do MEC com a Fundação Bunge, a Fundação Orsa, a Undime e o Consed e foi instituído pela Portaria Ministerial nº 1.853, de 31 de maio de 2005. Ele unifica os antigos Prêmios “Qualidade na Educação Infantil” e “Incentivo à Educação Fundamental”. Publicação das experiências premiadas em 2005.

3.1.2 Justificativa

Legitimar e valorizar o trabalho do professor comprometido com a aprendizagem do aluno e com a qualidade social da educação. O prêmio é um instrumento no processo de formação continuada de professores que atuam na Educação Básica. Divulgar as experiências vencedoras é estimular e fornecer subsídios a outros professores a melhorarem sua prática pedagógica.

3.1.3 Metas

- Premiação das seguintes categorias: 0 a 3 anos (creche); 4 a 6 anos (pré-escola); 6 ou a 10 anos (anos iniciais do Ensino Fundamental); e 11 a 14 anos (anos finais do Ensino Fundamental);
- Realização do Segundo Seminário Professores do Brasil e solenidade de premiação.
- Editoração, edição e distribuição da publicação das experiências premiadas em 2005;

3.1.4 Metodologia

- Busca de novas parcerias para premiação das novas categorias do prêmio.
- Avaliação da primeira edição do Prêmio e redefinição quanto aos objetivos, a operacionalização e as atribuições de cada um dos parceiros.
- Instituição do Prêmio e publicação do Regulamento por meio de portaria ministerial.
- Indicação dos Coordenadores Estaduais pela Undime e pelas Secretarias Estaduais de Educação;
- Realização de reunião técnica em Brasília, com os Coordenadores Estaduais e demais parceiros*;
- Elaboração e distribuição de material de divulgação;
- Inscrições;
- Constituição das Comissões Julgadoras Estaduais, avaliação em âmbito estadual e encaminhamento ao MEC dos trabalhos selecionados;
- Constituição da Comissão Julgadora Nacional e avaliação das experiências em âmbito nacional;
- Divulgação dos resultados;
- Realização do Segundo Seminário Professores do Brasil para a troca de experiências entre os premiados e para a Solenidade de Premiação;
- Preparação da publicação dos projetos premiados para 2007.



*Os Coordenadores Estaduais são responsáveis pela divulgação das atividades desenvolvidas em seus estados. Definem o Cronograma de Execução do Prêmio no Estado e nos Municípios e promovem todas as atividades, difundindo-o o mais amplamente possível.

3.1.5 Público-alvo

Professores em exercício nas instituições e escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental

3.1.6 Recursos envolvidos

O Prêmio contempla 20 professores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Cada professor recebe das Fundações parceiras prêmio em dinheiro no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); troféu; certificado; viagem, hospedagem e programação cultural em Brasília, DF. Ao MEC cabe a produção e distribuição do material de divulgação e em seguida a publicação, aproximadamente R\$ 150.000,000.

3.1.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos.

“Prêmio Professores do Brasil - 2006”: 01 folheto técnico, folderes, cartazes com ilustração simples; diplomas; certificados; convites; crachás.
Publicação e distribuição das Experiências Premiadas em 2005.



COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Descrição do programa/projeto

A Política Nacional de Educação Infantil resulta de um processo democrático e participativo de discussão que vem acontecendo desde o ano de 2003. Em 2003, a Comissão Nacional de Educação Infantil elaborou um documento com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para uma política nacional de Educação Infantil. Em 2004, foram realizados 8 Seminários Regionais: Política Nacional de Educação Infantil em debate com a participação dos representantes de secretarias e conselhos estaduais e municipais de Educação e entidades não governamentais, que discutiram o documento “Política Nacional de Educação Infantil” em versão preliminar. Em 2005, o documento de Política e outros que o complementam, foram reelaborados visando incorporar as sugestões apresentadas pelos participantes dos referidos eventos. O documento final apresenta diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área e vem sendo distribuído, desde maio de 2005. Em julho do mesmo ano, a Secretaria de Educação Básica realizou, em parceria com a Undime, o Seminário Nacional: Política de Educação Infantil. Este evento teve a participação de representantes dos governos municipais e estaduais e de setores organizados da sociedade civil com atuação junto à criança de 0 a 6. Seu objetivo foi apresentar o documento na sua versão final e as ações em andamento, bem como, possibilitar que os parceiros na execução dessa política se posicionassem com relação a sua operacionalização em âmbito estadual e municipal.

1.2 Justificativa

A Educação Infantil vem adquirindo ao longo dos últimos anos importância na formação e desenvolvimento humano tendo sido incorporada à Educação Básica pela LDB. Sendo assim, o MEC, cumprindo o papel de indutor de políticas públicas e proponente de diretrizes para a educação, empenha-se em nortear os estados, o Distrito Federal e os municípios na elaboração de seus Planos de Educação.

1.3 Metas para 2006

- Compatibilizar as sugestões feitas durante o Seminário Nacional sobre normas nacionais para a garantia da qualidade da Educação Infantil.
- Encaminhar ao CNE no mês de março os aspectos relativos à qualidade da Educação Infantil para normatização em âmbito nacional.
- Apoiar técnica e pedagogicamente a construção de políticas municipais de educação infantil, envolvendo a formação de equipes técnicas.
- Manter como interlocutor e parceiro a Comissão de Política de Educação Infantil do Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica e ambos como parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Política Nacional de Educação Infantil.
- Criar mecanismos de acompanhamento e de avaliação da Política Nacional de Educação Infantil, visando ao seu fortalecimento e à sua reorganização.
- Articular a Política Nacional de Educação Infantil com os fóruns de educação infantil e outras organizações da sociedade civil que atuam na área.

1.4 Metodologia

Realização de reuniões e seminários com as secretarias estaduais e municipais com Estados e Municípios no sentido de orientar a implementação das políticas públicas locais e na elaboração de seus Planos Municipais e Estaduais de Educação.

1.5 Articulação com Estados/Municípios

Representantes dos sistemas estaduais e municipais de educação, de outros setores governamentais e daqueles representativos da sociedade civil envolvidos com a educação das crianças de zero a seis anos.

1.6 Público-alvo

Crianças de zero a seis anos.

1.7 Recursos envolvidos

Recursos do Projeto UNESCO 914 BRA 1095 educação e aprendizagem, objetivo 1, linha 34-01.



1.8 Materiais

1. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (em fase de distribuição): apresenta as diretrizes, objetivos, metas e estratégias da Política Nacional de Educação Infantil a ser implementada sob a coordenação do Ministério da Educação.
2. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Vol. I e II (em fase final de impressão): tem como objetivo estabelecer referências de qualidade na educação infantil para serem utilizadas na organização e funcionamento dos sistemas de ensino e de suas creches e pré-escolas, que levem em conta as diferenças, diversidades e desigualdades do território nacional e das muitas culturas que nele habitam.
3. Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para instituições de Educação Infantil (em fase final de impressão): apresenta alguns parâmetros básicos de infra-estrutura para as Instituições de Educação Infantil na perspectiva de subsidiar os sistemas de ensino em adaptações, reformas e construções de espaços para a realização da Educação Infantil.

2 PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFANTIL

2.1 Descrição do programa

Cerca de 40 mil professores que atuam na Educação Infantil não possuem formação mínima exigida em lei – Nível Médio, modalidade Normal. Por isso, o MEC está desenvolvendo o Programa de Formação Inicial do Professor em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL, que oferece a formação mínima exigida em lei aos professores em exercício em instituições públicas, comunitárias, filantrópicas e confessionais que não a possuem. O PROINFANTIL é um curso de Ensino Médio, modalidade Normal, semipresencial, com a utilização de recursos da educação a distância, nos moldes do Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação, programa realizado pela Secretaria de Educação a Distância – Seed do MEC.

2.2 Justificativa

O Ministério da Educação, no cumprimento de seu papel de indutor de políticas e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Plano Nacional de Educação que prevêem a qualificação dos professores que atuam na educação infantil propõe a implantação, em âmbito nacional, do Proinfantil – *Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil*. Valorizar o professor é oferecer oportunidades de crescimento, disseminar conhecimento, promover qualificação constante e, acima de tudo, investir na qualidade social da educação de nossas crianças.

2.3 Metas

A meta do Programa é atender, a partir de janeiro de 2006, 5 mil cursistas, além dos 1.600 (um mil e seiscentos) cursistas atendidos no Grupo Piloto. A partir de 2006, o Proinfantil será implementado em estados e municípios brasileiros que manifestaram, durante o ano de 2005, interesse em firmar a parceria com o MEC. O início do Grupo 1 do Programa está confirmado nos estados de Bahia, Amazonas, Piauí, Alagoas, além da expansão do atendimento aos estados de Ceará e Rondônia. Ainda está em negociação a participação dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Previstos ainda a finalização e implementação do Sistema de Informações do Proinfantil (SIP), além do início da Avaliação Externa do Programa.

2.4 Metodologia

A formação inicial dos Professores Formadores e dos Articuladores Pedagógicos da Educação Infantil ocorrerá em um encontro nacional de formação, a ser organizado pelo MEC em maio de 2006. Já a formação dos Tutores, assim como a formação complementar dos Professores Formadores e Articuladores Pedagógicos, acontecerão em março de 2006, em seminários estaduais, organizados pelo MEC, em parceria com os estados. Por meio de um convênio com a Caixa Econômica Federal, está prevista a doação de computadores e impressoras para as Agências Formadoras e Instituições de Educação Infantil.

2.5 Público-alvo

Professores que atuam na Educação Infantil sem a formação mínima exigida em lei – Nível Médio, modalidade Normal.

2.6 Recursos envolvidos

Projeto PNUD BRA 03/004.



2.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

- Livros de Estudo – Módulos I a IV, Volumes 1 e 2.
- Guia Geral.
- Livro do Tutor.
- Manual de Diretrizes.
- Bolsas com materiais escolares.
- Folders e cartazes do Programa.

2.8 Considerações gerais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) prevê que o docente da educação básica deve possuir formação em nível superior, em cursos de licenciatura, admitindo para a Educação Infantil e para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. Há, no Brasil, cerca de 37 mil professores atuando na Educação Infantil sem a qualificação prevista em lei. O Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2011 estabelece, como meta, um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que todos os professores e os dirigentes de instituições deste nível de ensino possuam, no prazo de cinco anos, no mínimo, a formação em nível médio.

3 FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA PELA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 Descrição do programa/projeto/ação

Com o intuito de subsidiar os sistemas de ensino a garantir que a ação da educação seja complementar à da família, o Departamento de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – DPE da Secretaria de Educação Básica – SEB, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil – COEDI, estabeleceu uma parceria com o UNICEF para a reprodução e distribuição de um Kit composto por 5 álbuns seriados que versam sobre a atenção, cuidados e educação de crianças de 0 a 6 anos. O Kit *Família Brasileira Fortalecida* foi desenvolvido pelo UNICEF, em parceria com outras 28 instituições.

3.2 Justificativa

O Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil visa fortalecer esta parceria nas distintas funções que elas exercem. O objetivo do material é contribuir com as famílias na ampliação de seus conhecimentos sobre a criança e sobre seus direitos. Reconhecendo os conhecimentos, atitudes e práticas daqueles que convivem em casa com a criança, este material apenas fortalece as competências familiares para que todos os envolvidos respondam às necessidades integrais de suas crianças garantindo que sejam fisicamente saudáveis, emocionalmente seguras e socialmente competentes para aprender.

3.3 Metas

O programa será implementado nos municípios participantes a partir de 2006.

3.4 Metodologia

Em 2006 serão realizados o acompanhamento e a avaliação do programa em âmbito municipal, estadual e nacional. O Programa será integrado ao Proinfantil – Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil. Técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação subsidiarão os professores em sua atuação junto às famílias e/ou responsáveis pelas crianças que freqüentam a instituição, bem como no acompanhamento e avaliação do Programa nos seus estados.

3.4 Público-alvo

O Kit *Família Brasileira Fortalecida* é destinado às instituições de Educação Infantil, tanto para o trabalho dessas junto às famílias quanto para a formação continuada dos professores.

3.5 Recursos envolvidos

Recursos do Projeto UNESCO 914 BRA 1095 educação e aprendizagem, objetivo 1, linha 44-01.

3.6 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Serão distribuídos 3.705 kits para as instituições de educação infantil em que atuam os professores cursistas do Proinfantil.



4 REVISTA CRIANÇA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1 Descrição da ação

A Revista Criança é reconhecido instrumento para o desenvolvimento da prática docente e de formação continuada dos profissionais de Educação Infantil e um relevante canal de comunicação com os professores, para a melhoria da qualidade do ensino. A publicação aborda questões teóricas, estimulando o debate e a análise de temas relativos ao trabalho pedagógico na Educação Infantil, atualizando os docentes e valorizando o trabalho do professor, bem como proporcionando a troca de experiências através do relato de trabalhos desenvolvidos pelos professores com seus alunos.

4.2 Justificativa

Esta publicação, distribuída gratuitamente às escolas e professores dos diversos estados brasileiros, muitas vezes é a única forma de acesso a informações atualizadas, sendo um meio de valorização e estímulo para os profissionais que atuam em creches e pré-escolas.

4.3 Metas

- Viabilizar junto a CEINF o novo banco de dados e levantamento dos dados avaliativos sobre a Revista
- Alteração de formato e conteúdo da revista de acordo com os dados da pesquisa avaliativa;
- Impressão e distribuição da Revista nº 42
- Elaboração e produção de pauta das revistas nº 43, 44 e 45;
- Impressão e distribuição da Revista nº 43, 44 e 45

4.4 Metodologia utilizada

A Revista Criança é produzida pela Coordenação Geral de Educação Infantil. Foram contratados consultores para a realização de entrevistas, artigos, reportagens e para a realização do projeto gráfico, edição e revisão da mesma. A distribuição é feita pelos dados do Censo escolar e de um banco de dados de professores cadastrados.

4.5 Público-alvo

200 mil professores, diretores e outros profissionais da área pedagógica que atuam na Educação Infantil; profissionais das secretarias municipais e estaduais de educação e universidades.

4.6 Recursos Envolvidos

Projeto 914-BRA/ 1095.

4.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

- Impressão e distribuição das revistas nº 39, 40, 41, 42.
- Elaboração e produção de pauta das revistas nº 43, 44 e 45.

5 REVISÃO DE POLÍTICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1 Descrição do programa/projeto.

Estudo proposto em 2004 pela Unesco e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE ao governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação, e para outros três países selecionados: Indonésia, Cazaquistão e Quênia. A proposta teve dois objetivos principais: (1) oferecer aos quatro Estados Membros selecionados uma oportunidade de revisar criticamente suas políticas e sistemas para a primeira infância e identificar opções e estratégias concretas para melhorá-los e (2), no nível global, compilar e distribuir informações comparativas sobre políticas, planejamento e implementação de educação infantil.

5.2 Justificativa

A inserção das creches no sistema educacional, que vem acontecendo desde a LDB, gerou um aumento no quantitativo de crianças e de escolas sob a responsabilidade dos sistemas educacionais



municipais, e, conseqüentemente, de suas atribuições, abrangência e necessidade de recursos, exigindo a participação do Governo Federal neste processo. Esta participação implica realizar ações que possam contribuir de forma efetiva para a ampliação e melhoria da qualidade da educação das crianças nessa faixa etária. Ao realizar este estudo a SEB pretende ampliar e qualificar as informações sobre a situação da educação infantil no país, de forma a contribuir com a avaliação das políticas e programas desenvolvidos, medir seus impactos, sistematizar os resultados e produzir um conhecimento real sobre a situação da criança de acordo com os diferentes contextos em que esta se desenvolve. Espera-se que os resultados possibilitem a definição de novas linhas de ação e a implementação de projetos e programas mais adequados às necessidades da realidade.

5.3 Metas

Apresentar e lançar internacionalmente a versão final do Relatório de Síntese e seu Sumário Executivo.

5.4 Metodologia

- Finalizar o relatório elaborado pela equipe nacional da pesquisa nacional (SEB, INEP, Unesco e consultores)
- Realizar visita internacional da Unesco em Brasília e demais experiências apresentadas no relatório nacional
- Finalizar o relatório internacional por parte da equipe da Unesco de Paris, com base no relatório nacional e na visita realizada
- Preparar as publicações: relatório nacional, revisões bibliográficas, estudos de campo e relatório internacional

5.5 Público-alvo

Todos os envolvidos em políticas públicas para Educação Infantil (Dirigentes, professores, universidades, centros de formação, formadores, entre outros).

5.6 Recursos envolvidos

A pesquisa está sendo realizada com recursos da UNESCO e a visita internacional.

5.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Relatório nacional, revisões bibliográficas, estudos de campo e relatório internacional e versão final do Relatório de Síntese e seu Sumário Executivo.

6 CREDENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL AOS SISTEMAS DE ENSINO

6.1 Descrição do programa/projeto

Ação de cooperação técnica junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS - para discutir a situação da rede de creches e pré-escolas credenciadas pelo Programa de Atenção à Criança – PAC - da Secretaria Nacional de Assistência Social e financiadas com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

6.2 Justificativa

De acordo com a Constituição Federal, com a LDB 1996 e com o PNE 2001, a Educação infantil, incluída no capítulo da Educação, passa a ser a primeira etapa da Educação Básica e deverá ser oferecida em estabelecimentos educacionais - creches e pré-escolas. Estas instituições estão sob a responsabilidade dos sistemas municipais de ensino, na perspectiva do regime de colaboração, estabelecido pela LDB.

Entretanto, como a rede de creches e pré-escolas acima referida encontra-se, ainda hoje, sob a responsabilidade do MDS, o MEC está participando do Grupo de Trabalho Interministerial que foi instituído em 21 de setembro de 2005, por meio da Portaria nº 3.219. Este grupo deverá apresentar um Plano de Trabalho que visa à transferência dos recursos financeiros e da gestão desta rede para o seu âmbito de atuação.

6.3 Metas



Fortalecer os sistemas de ensino para que, em parceria com outros órgãos e entidades que atuam na área, e no cumprimento do seu papel de coordenadores da política de educação, normatizem, credenciem e integrem todas as instituições de educação infantil do município aos seus respectivos sistemas.

6.4 Metodologia

- Realização de reuniões do grupo de trabalho, pesquisas de campo, estudo de realidades e experiências, negociações entre os ministérios envolvidos, articulações com estados, municípios e entidades envolvidas como fóruns, Undime, Consed, Congemas, além de conselhos nacionais, municipais e estaduais de Educação e de Assistência Social.
- Ações, em parceria com os sistemas de ensino, tais como publicação de materiais, realização de encontros, seminários, debates e discussões, como forma de fortalecê-los. Campanha nacional junto a estados e municípios para o credenciamento e a integração das instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino; Campanha nacional junto a estados e municípios para a inclusão de instituições de Educação Infantil no Censo Escolar;
- Compatibilização de sugestões apresentadas pelos gestores municipais e estaduais de educação para o processo de integração das instituições de educação Infantil aos sistemas de ensino;
- Realização de pesquisas de campo e estudos de realidade;
- Elaboração de projeto de trabalho para subsidiar o relatório final do Grupo de Trabalho;
- Finalização do relatório do GT Interministerial.

6.5 Público-alvo

Gestores municipais e estaduais de educação, gestores estaduais e municipais de assistência social.

6.6 Recursos envolvidos

Está em discussão e negociação a passagem dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Ministério da Educação, com a aprovação do Conselho nacional de Assistência Social.

6.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Serão produzidos relatórios sobre estudos de realidades, relatórios de pesquisas, além do relatório final do grupo de trabalho.

6.8 Considerações gerais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define a educação infantil como primeira etapa da educação básica, exige que a educação e o cuidado das crianças de 0 a 6 anos tenha o mesmo tratamento dispensado às demais etapas da educação básica, ou seja, que aconteça em instituições educacionais – creches e pré-escolas - e, principalmente, que o profissional que atua junto às crianças dessa faixa etária seja o professor, com formação mínima em nível médio, modalidade Normal.

Entretanto, muitas instituições de educação infantil encontram-se ainda vinculadas a um sistema social público. Essa situação demanda decisões políticas e ações articuladas nas diferentes esferas de governo – federal, estadual e municipal, que viabilizem um processo de transição da gestão para a política educacional, no sentido de que, na perspectiva do regime de colaboração, todas as instituições de educação infantil estejam autorizadas, credenciadas e supervisionadas pelo seu respectivo sistema de ensino.



COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO FUNDAMENTAL



PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS

1 AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA NOVE ANOS

1.1 Descrição do programa

Ampliar para nove anos o ensino obrigatório no Brasil nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental.

1.2 Justificativa

A ampliação do Ensino Fundamental obrigatório para nove anos de duração (com início aos seis anos de idade), à medida que for sendo universalizado o atendimento da faixa etária de 7 a 14 anos de idade, é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como também na Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação/PNE, ao tratar dos objetivos e metas relativas ao Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, este Ministério da Educação/MEC, como indutor de políticas educacionais, tem envidado esforços para subsidiar os sistemas de ensino na implementação do Programa “Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos”, pois considera que tal ampliação contribuirá, significativamente, para a inclusão social das crianças de seis anos na escolarização obrigatória, como também trará relevantes benefícios para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, assegurando, assim, a todas essas crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla.

1.3 Metas para 2006

Subsidiar os sistemas de ensino para o atendimento da criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

1.4 Metodologia utilizada

O DPE constituiu um Grupo de Trabalho com representantes das coordenações a ele vinculado para a discussão e elaboração por consultores de um documento com orientações pedagógicas para a ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos. Esse documento será acompanhado de um Kit composto por jogos coletivos, acervo literário e fitas do Programa *Letra Viva*. Tal material será enviado a todos os estabelecimentos de ensino que ofereçam o Ensino Fundamental de Nove Anos.

- Discussões, junto ao Conselho Nacional de Educação – CNE, com o objetivo de elaborar recomendações referentes à regulamentação do Ensino Fundamental de Nove Anos, bem como as suas Diretrizes Curriculares Nacionais; Elaboração, publicação e distribuição do Relatório do Programa referente 2005 apresentando as ações realizadas, devolutiva às demandas formais apresentadas nos Seminários e Encontros do Programa Ampliação EF para Nove Anos, legislação pertinente e números da implantação;
- Publicação e distribuição do documento de orientações pedagógicas com o Kit de materiais;
- Encontro com os sistemas de ensino para apresentação e discussão do documento de orientações pedagógicas;
- Orientação aos sistemas de ensino quanto à assistência financeira do Fnde para a elaboração de planos e projetos educacionais de 2006 referentes à ampliação do Ensino Fundamental em cooperação com a Cogepe/ DDSE/SEB a fim de pleitear o recurso orçamentário;
- Articulação do Programa com a Rede de Formação Continuada e outros Programas da SEB e demais Secretarias do MEC.

1.5 Público-Alvo

- Sistemas Estaduais de Educação
- Sistemas Municipais de Educação
- Conselho Nacional de Educação
- Undime – Nacional, Regionais e Estaduais
- Consed – Conselho dos Secretários de Educação
- Conselhos Estaduais de Educação
- Conselhos Municipais de Educação



- Diretores de Escolas
- Professores do Ensino Fundamental
- Coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental
- Demais profissionais da Educação

1.6 Recursos envolvidos

Projeto: Apoio ao Desenvolvimento de Políticas de Educação Básica – Acordo Governo Brasileiro/Unesco - SEB – 914 BRA 1113.

1.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

- Documento: “Ensino Fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão das crianças de 6 anos de idade”
- Relatório III do Programa

1.8 Considerações gerais

Com a aprovação da Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que estabelece a matrícula obrigatória, para o ano letivo de 2006, das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, o Ministério da Educação apresentou o Projeto de Lei nº 5.452, que propõe complementar a citada lei, determinando a ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, bem como garantindo progressividade aos sistemas de ensino para essa mudança, ou seja, estabelecendo prazo até o ano de 2010 para a implementação. Com a vigência da Lei nº 11.114, o MEC homologou o Parecer CNE/CEB nº 06/2005, a Resolução CNE/CEB nº 03/2005 e o Parecer CNE/CEB nº 18/2005 do Conselho Nacional de Educação.

2 CURRÍCULO: AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

2.1 Descrição do programa

Elaboração e distribuição de documento com objetivo de promover a reflexão, o questionamento e um processo de discussão e divulgação nos Sistemas de Ensino sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos.

2.2 Justificativa

Grupo de Trabalho para a elaboração de documento que visa promover a reflexão, o questionamento e processo de discussão em cada uma das escolas e Secretarias de Educação sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos. Para isso, estão sendo produzidos seis cadernos, priorizando os principais eixos organizadores que compõem o currículo. Nessa perspectiva, o MEC pretende que professores, gestores e demais profissionais da área educacional ampliem seu conhecimento e compreensão sobre a concepção de currículo e objetiva subsidiar a análise das propostas pedagógicas dos sistemas de ensino e dos projetos pedagógicos das unidades escolares.

2.3 Metas

Distribuição do documento a todos os professores do ensino fundamental, secretarias municipais e estaduais de educação, a fim de subsidiar a reflexão e a discussão nos sistemas de ensino.

2.4 Metodologia

- Em fase de elaboração: seis cadernos sobre os eixos organizadores que compõem o currículo, com 24 páginas cada.
- Finalização do documento, publicação e distribuição;
- Organização e realização de encontros com os representantes das Secretarias de Educação com o objetivo de mobilizá-los para desencadear um processo de discussão sobre concepção de currículo e seus desdobramentos.

2.5 Público-Alvo

- Gestores das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.
- Professores.
- Diretores de escolas.
- Coordenadores pedagógicos, orientadores.
- Demais profissionais da educação: coordenadores, orientadores, etc.



2.6 Recursos envolvidos

Projeto Apoio ao Desenvolvimento de Políticas de Educação Básica – Acordo Governo Brasileiro/Unesco – SEB - 914 BRA 1113

2.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Em fase de elaboração: seis cadernos, priorizando os seguintes eixos organizadores que compõem o currículo: Currículo e Desenvolvimento Humano; Currículo e Temporalidades Humanas no Cotidiano da Escola; Cultura, Conhecimento e Currículo; Currículo e Organização do Tempo e Espaço Escolares; Currículo e Fracasso Escolar; Currículo e Avaliação.

3 PRÓ-LICENCIATURA

3.1 Descrição do programa

Curso de formação inicial para os professores que estão em exercício nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio nas Escolas Públicas, que não têm a formação inicial exigida por lei.

3.2 Justificativa

A LDB estabelece que os profissionais que atuam na segunda etapa do ensino fundamental e no Ensino Médio possuam formação em nível superior, em cursos de licenciatura. O Pró-Licenciatura destina-se aos Professores em exercício nas escolas públicas na segunda etapa do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e se insere na busca pela melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica.

3.3 Metas. Estimativa de atendimento de aproximadamente 60 mil professores. Análise de uma nova proposta de seleção de IES para atender à demanda a partir do território e dos cursos que ainda não foram atendidos com a seleção de 2005. Elaboração de mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa pela SEB e Seed.

3.4 Metodologia Utilizada

Em 2006: assinatura dos convênios entre as IES e o FNDE para a implementação do Programa, dando início, assim, aos cursos selecionados. Publicação de nova Resolução para atender as disciplinas e a área de abrangência não contempladas na Resolução anterior.

3.5 Público-Alvo

Professores das séries/anos finais do ensino fundamental e do Ensino Médio em exercício nas redes públicas de ensino e que não possuem a habilitação exigida por Lei.

3.6 Recursos envolvidos

Em definição de competências entre a SEB/SEED e FNDE.

3.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Materiais para a divulgação do Programa (folder, cartaz)

3.8 Considerações Gerais

Foram selecionados 57 projetos de cursos, envolvendo 58 IES agrupadas em 23 parcerias. Esses cursos iniciar-se-ão durante o ano de 2006, atendendo a cerca de 45 mil alunos em 22 Unidades da Federação (UF). Serão oferecidos cursos de todas as disciplinas da base nacional comum.

4 CORREÇÃO DE FLUXO - REGULARIZAÇÃO DA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE

4.1 Descrição do programa

Criar condições para desenvolver a cultura do sucesso escolar, articulando políticas e programas de melhoria da qualidade da educação básica junto aos sistemas de ensino.

4.2 Justificativa

Os dados do MEC/INEP/DAEB demonstram a ineficiência do sistema educacional brasileiro para desenvolver habilidades de leitura e de resolução de problemas nos alunos da quarta série e do seu correspondente nos ciclos do Ensino Fundamental. Essa mesma distribuição percentual dos estudantes



brasileiros, porém, vista em cada uma das regiões do Brasil evidencia desigualdades sócio-regionais de aprendizagem. De cada 100 alunos matriculados no Ensino Fundamental, cerca de 36 estão atrasados em seus estudos e, dentre eles, mais da metade tem 15 anos ou mais de idade. A questão da defasagem idade - série explica a repetência, a expulsão, o abandono, o retorno, a evasão à escola ou a entrada tardia do aluno. A escola não só pode como deve empenhar-se para superar.

4.3 Metodologia

- Realização de reuniões com a assessoria técnica e demais coordenações da SEB para o aprofundamento e planejamento das ações de implementação do Programa;
- Atualização estatística junto ao INEP;
- Acompanhamento e Monitoramento da gestão pedagógica junto aos sistemas de ensino na implementação dos PTA.

4.4 Público-Alvo

- Alunos das redes públicas de ensino que se encontram defasados com relação à relação idade/série.
- Gestores dos sistemas estaduais e municipais de educação;
- Professores e demais profissionais de educação.

5 PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS – SPE

5.1 Descrição do projeto

Articulação das redes públicas de educação e saúde com as organizações da sociedade civil na construção de uma cultura de prevenção e de promoção à saúde.

5.2. Justificativa

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas é o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com o objetivo principal de transformar os contextos de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV/Aids, a outras doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez não planejada.

5.3 Metas

Contribuir para redução da incidência das doenças sexualmente transmissíveis e de infecção pelo HIV/Aids; redução da incidência de gravidez não planejada; redução da evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência na população jovem;

5.4 Metodologia utilizada

Sensibilização dos diferentes atores envolvidos por meio de seminários, oficinas, encontros macrorregionais e sistemas de monitoramento e avaliação que objetivam:

- Valorizar o espaço escolar na construção interdisciplinar de prevenção e promoção à saúde sexual e reprodutiva;
- Promover a articulação entre as diferentes instâncias governamentais e as organizações da sociedade civil para implementação das ações de políticas públicas;
- Estimular a inclusão do programa SPE no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino.

5.5 Público-Alvo

Alunos das escolas públicas na faixa etária entre 10 e 24 anos. Secretarias de Saúde e de Educação, comunidade escolar e instâncias representativas da sociedade que atuam no âmbito da saúde e da educação.

5.6 Recursos envolvidos

- Material didático: R\$ 50.000,00;
- Oficinas de formação: R\$ 140.000,00.
- Previsto no PPA – Programa: 1061 – Brasil Escolarizado – Função Programática 12.301-1061.4042 .0001 – Título: Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica – Nacional



5.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Materiais de divulgação e documento para subsidiar a formação continuada dos professores.

6 PROJETO XADREZ NAS ESCOLAS

6.1 Descrição do projeto

Inclusão do ensino de xadrez nos anos/séries finais do Ensino Fundamental das escolas públicas.

6.2 Justificativa

O xadrez é uma atividade que combina aspectos esportivos, culturais, artísticos e cognitivos e sua inserção na área educacional contribui para o desenvolvimento de habilidades como memorização, raciocínio lógico-dedutivo, avaliação estética, resolução de problemas, imaginação espacial, mudança de comportamento e criatividade.

6.3 Metas

Implementação do projeto nas escolas selecionadas.

6.4 Metodologia utilizada

Realização de reuniões com as equipes das Secretarias Estaduais de Educação e Esportes para apresentação do projeto, formação de professores que irão desenvolver o projeto nas escolas, bem como monitoramento e avaliação do projeto. Parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação e de Esportes. Vinte e cinco Unidades da Federação, aderiram ao Projeto em 2005.

6.5 Público-Alvo

Professores e alunos de escolas públicas das capitais brasileiras.

6.6 Recursos envolvidos

Serão destinados recursos do FNDE/MEC, Ministério do Esporte e Secretarias Estaduais de Esportes.

6.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

- Projeto básico;
- Material de divulgação e produção;
- Kit's para distribuição contendo: livro de xadrez; mural; tabuleiro/peças.

6.8 Considerações gerais

O FNDE é responsável pela aquisição dos kits. Aguarda-se o processo licitatório para encaminhamento dos materiais. O Projeto, com início previsto para o segundo semestre de 2005 nas capitais dos 25 Estados da Federação que aderiram a ele, até o momento não ocorreu.

7 CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA

7.1 Descrição

Conanda, órgão público paritário (sociedade civil e governo), criado pela Lei nº 8.242/91, tem como missão propor, deliberar e acompanhar as políticas públicas direcionadas a todas as crianças e adolescentes do Brasil, conforme o preceito constitucional de prioridade absoluta.

7.2 Justificativa

Como um Conselho Nacional paritário, deliberativo, criado para formular, normatizar e fiscalizar políticas públicas que garantam os direitos da criança e do adolescente, expressa o resultado do esforço conjunto das entidades governamentais e da sociedade civil, legitimado para garantir que as crianças e os adolescentes sejam prioridade absoluta nas políticas públicas. Para tanto, fomenta, garante, delibera, articula e difunde ações em benefício de crianças e adolescentes.

7.3 Metas

Garantir que as crianças e os adolescentes sejam prioridade absoluta nas políticas públicas.



7.4 Metodologia utilizada

- Participação em Assembléias deliberativas mensais, com duração de dois dias.
- Participação na Comissão de Políticas Públicas do CONANDA;
- Participação na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Participação no planejamento e produção de eventos do CONANDA referentes a “violação dos direitos humanos” junto aos Conselhos Estaduais e Municipais de Direito e Conselhos Tutelares;
- Participação na produção do documento oficial do Sistema Nacional de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: Pró-Conselho;
- Participação no planejamento da Conferência Nacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente de 2005;
- Discussão da proposta, acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo - SINASE.

7.5 Público-Alvo

Crianças e adolescentes brasileiros.

8 GRUPO INTERMINISTERIAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

8.1 Descrição do programa/projeto

Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte com o objetivo de uma atuação conjunta para o desenvolvimento do esporte escolar.

8.2 Justificativa

Necessidade de interlocução na formulação de políticas públicas entre os dois ministérios que tem **como foco o esporte escolar**.

8.3 Metas

Implementação do projeto nas escolas selecionadas

8.4 Metodologia utilizada

Discussão e encaminhamentos cabíveis através do Grupo de Trabalho.

8.5 Público-alvo

Alunos das escolas públicas estaduais e municipais.

8.6 Recursos envolvidos

Serão utilizados recursos dos dois Ministérios.



COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO



3.1 REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1.1 Descrição do Programa/Projeto

Foi realizada a seleção de universidades públicas e comunitárias para promoção da excelência na formação continuada de professores com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Esses parceiros constituíram os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. Os Centros são responsáveis pelo desenvolvimento e oferta de programas de formação permanente de professores e pela implantação de novas tecnologias de ensino e gestão.

Os Centros que formam a Rede são:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG; UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP.
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP.
- Ensino de Ciências Humanas e Sociais: UFAM, UFC, PUC/MG.
- Artes e Educação Física: UFRGS, UFRN, PUC/SP.
- Gestão e Avaliação da Educação: UFPR, UFBA, UFJF.

3.1.2 Metas para 2006

Seguindo a meta inicial do programa, a previsão é formar 100.000 professores em 2006.

3.1.3 Metodologia Utilizada

Celebração de convênios com universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC. Execução gerenciada pelo MEC e acompanhada, em cada Centro, por um Comitê Gestor, constituído por três membros: o coordenador do Centro, um representante da Universidade indicado pelo Reitor e um representante da SEB/MEC.

3.1.4 Público-alvo

Os professores de Educação Básica, em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação constituem o público-alvo prioritário das ações da Rede Nacional de Formação Continuada.

3.1.5 Recursos Envolvidos

R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), oriundos da ação nº 8007 – Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

3.1.6 Materiais Produzidos e Distribuídos

Os produtos desenvolvidos pelos Centros e colocados à disposição dos Sistemas de Ensino são: cursos de formação de tutores para os cursos a distância; elaboração de módulos, cursos, programas de formação e materiais necessários para a execução dos cursos; desenvolvimento de tecnologias de gestão de unidades e redes de ensino, softwares e instrumentos de avaliação e estabelecimento de acordos de cooperação, por meio de convênios / contratos.

3.1.7 Considerações Gerais

Ao final de novembro deverá ser realizado o IV Seminário da Rede Nacional para acompanhamento e avaliação das ações.

3.2 PRÓ-LETRAMENTO

3.2.1 Descrição do Programa/Projeto

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação: programa de formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com Universidades que integram a Rede e com adesão dos estados e municípios.

Os Centros que participam do Pró-Letramento são:

- Alfabetização e Linguagem: UFMG, UnB, UFPE, UEPG, UNICAMP
- Educação Matemática e Científica: UFPA, UFRJ, UFES, UNISINOS, UNESP.
- Este programa oferece cursos a distância, semipresenciais, com duração de 120 horas, e certificação emitida pelas Universidades parceiras.



3.2.2 Metas para 2006

Em 2006, será completada, no primeiro semestre, a formação prevista em 2005 de 100 mil professores dos Estados de SC, SE, PI, BA, CE, RN e MA e de 100.000 professores no segundo semestre, meta prevista para 2006, em estados a serem definidos.

3.2.3 Metodologia Utilizada

Celebração de Termos Aditivos aos convênios das universidades selecionadas nos termos do Edital 01/2003 SEIF/MEC e que compõem a Rede Nacional de Formação Continuada, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e Educação Matemática e Científica. O Programa contempla em cada semestre, alguns Estados da União, considerando o número de professores previstos na meta.

A execução do Programa dá-se por meio da adesão de estados e municípios, em que as Secretarias de Educação firmam o compromisso de coordenar, acompanhar e executar as atividades na região, garantindo todas as condições necessárias para a realização dos cursos.

3.2.4 Público-alvo

Professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, que estejam atuando em sala de aula.

3.2.5 Recursos Envolvidos

Provenientes das ações 8007 – Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e 6333 – Fortalecimento da Política Nacional para Formação Inicial e Continuada de Professores do Ensino Fundamental.

3.2.6 Materiais Produzidos e Distribuídos

Os Centros produziram material impresso e vídeos. Os cursos de Alfabetização/Linguagem contarão com 7 fascículos e ainda vídeos que complementarão os momentos presenciais. Os cursos de Matemática contarão com 9 fascículos.

3.2.7 Considerações Gerais

O Programa Pró-Letramento tem um caráter emergencial, e num primeiro momento está atendendo os estados que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), no caso Maranhão, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.



**COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS
COGEAM**



PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES PREVISTOS PARA O ANO DE 2006

4.1 POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES

4.1.1 Descrição do programa/projeto/ação

A Secretaria de Educação Básica/SEB, com o objetivo de apoiar os sistemas estaduais e municipais de educação na melhoria da competência leitora dos alunos das escolas públicas do ensino fundamental, está implementando uma política nacional de formação de leitores por meio das seguintes ações: (1) distribuição de obras às bibliotecas escolares pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE; (2) implantação de Centros de Leitura Multimídia nos municípios que se caracterizam como espaços voltados para a formação de leitores e inclusão digital; (3) formação de professores como mediadores de leitura; (4) elaboração de periódico sobre questões relacionadas à leitura para distribuição às escolas do ensino fundamental; (5) criação de linha de financiamento à projetos voltados para a formação de professores na área da leitura.

4.1.2 Justificativa

A leitura constitui a chave para a construção das aprendizagens que asseguram aos indivíduos sua plena inserção social e no mundo do trabalho. Decorre daí a importância de políticas de democratização e incentivo à leitura que hoje vão muito além de promover o acesso ao livro, mas incorpora suportes tecnológicos cada vez mais avançados, como computadores e a própria comunicação virtual.

4.1.3 Metas/Ações

4.1.3.1. CENTROS DE LEITURA MULTIMÍDIA

- Implementação de 19 centros de leitura multimídia, em municípios-piloto das cinco regiões do Brasil, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Os Centros farão parte de uma rede de comunicação que será construída especificamente para a realização de cursos a distância e troca de experiências e informações entre as escolas e outras instituições promotoras da leitura e da cultura.
- Dotação de acervos e equipamentos específicos (computadores, impressoras, aparelhos de CD, TV, áudio) para os Centros de Leitura Multimídia.
- Realização de curso específico para a formação de gestores e agentes de leitura para atuarem como multiplicadores nos Centros de Leitura Multimídia.

4.1.3.1.1. Metodologia

- Assinatura de Termo de Compromisso entre os Secretários Estaduais/Municipais de Educação e a SEB/MEC detalhando as obrigações de cada parceiro.
- Contratação de profissionais para atuarem nos cursos de formação de mediadores e agentes de leitura.
- Aquisição e distribuição de acervos e equipamentos para os Centros de Leitura Multimídia .

4.1.3.1.2. Público-alvo

Professores e alunos do ensino fundamental público bem como a comunidade.

4.1.3.2 PERIÓDICO DE LEITURA

- Elaboração de periódico que terá como objetivos divulgar experiências bem sucedidas das Secretarias Municipais e/ou Estaduais na área da leitura, além de veicular artigos e reportagens de especialistas dessa área, como forma de auxiliar os trabalhos pedagógicos voltados para o incentivo à leitura e para a formação dos professores. Para a produção deste periódico, a SEB contará com o apoio de consultora pedagógica e consultor editorial. Esse periódico terá publicação quadrimestral, em abril, agosto e dezembro de 2006.

4.1.3.2.1. Metas

Elaboração de 03 (três) números de um periódico sobre leitura, com periodicidade quadrimestral (abril, agosto e dezembro de 2006), com tiragem de 200.000 exemplares, para distribuição às escolas públicas do ensino fundamental.



4.1.3.2.2. Metodologia

- Contratação de consultoria pedagógica e editorial para assessorar a SEB na definição das pautas dos periódicos;
- Contratação de agência de notícias para realização de reportagens e entrevistas para as três edições.
- Contratação de empresa para elaboração de projeto gráfico e diagramação das edições.
- Contratação de empresa para produção e distribuição das edições às escolas.

4.1.3.2.3. Público-alvo

Professores do ensino fundamental público brasileiro.

4.1.3.3. PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE/2006

Por meio do PNBE, são distribuídos às bibliotecas das escolas públicas de ensino fundamental acervos bibliográficos. Esses acervos são formados por obras selecionadas em processo de avaliação conforme critérios estabelecidos em edital específico. Para 2006, serão selecionadas obras de literatura para composição de acervos com vistas a sua distribuição às escolas que oferecem as séries finais do ensino fundamental.

4.1.3.3.1. Metas

- Distribuição de acervos formados por obras de literatura a todas as bibliotecas das escolas públicas que oferecem as séries iniciais (PNBE/2005) e finais (PNBE/2006) do ensino fundamental.
- Distribuição às escolas de documento contendo informações e orientações aos professores sobre a utilização dos acervos em sala de aula.

4.1.3.3.2. Metodologia

- Elaboração e publicação de edital de convocação para inscrição de obras de literatura para o PNBE/2006.
- Assinatura de convênio com universidade para realização da avaliação e seleção das obras que comporão o(s) acervo(s) do Pnbe/2006.
- Acompanhamento do processo de avaliação e seleção do(s) acervo(s).
- Encaminhamento ao FNDE do resultado da avaliação/seleção para realização dos processos de aquisição e distribuição do(s) acervo(s) às escolas.

4.1.3.3.3. Público-alvo

Alunos e professores das séries finais do ensino fundamental público brasileiro.

4.1.3.3.4. Recursos envolvidos

Com base no Pnbe/2005, há uma previsão, no FNDE, de recursos da ordem de R\$ 45.855.176,29 para o todo o processo, que inclui aquisição, mixagem e distribuição. A avaliação será realizada com recursos da própria SEB.

4.1.3.3.5. Materiais a serem produzidos e distribuídos.

Produção e distribuição às escolas de documento de orientação de uso do acervo do PNBE/2005. O documento está sendo elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ, universidade que realizou o processo de avaliação do PNBE/2005. O acervo do PNBE/2005 também será distribuído às escolas, pelo Fnde, em 2006.

4.1.3.4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES MEDIADORES DE LEITURA

Realização de cursos de formação de professores e outros profissionais na área da leitura.

4.1.3.4.1. Metas

Realização de cursos de formação de professores na área da leitura nos 19 (dezenove) municípios selecionados para implantação dos Centros de Leitura Multimídia (projeto piloto).



4.1.3.4.2. Metodologia

- Contratação de universidades participantes da Rede de Formação Continuada de Professores para realização dos cursos.
- Contratação de outras instituições para realização dos cursos.

4.1.3.4.3. Público-alvo

Professores da rede pública dos municípios selecionados para implantação dos Centros de Leitura Multimídia.

4.1.3.4.4. Recursos envolvidos

Recursos provenientes de acordos internacionais (Unesco, Pnud).

4.1.3.4.5. Materiais a serem produzidos e distribuídos

Produção dos módulos relativos à utilização dos acervos e organização das bibliotecas escolares que fazem parte do Pró-Letramento (área de Alfabetização e Letramento).

4.1.3.4.6 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO PNBE – LITERATURA EM MINHA CASA

Apresentação, pela ALPAC, de relatório de avaliação diagnóstica do PNBE e de documento com subsídios à implementação de uma política nacional de formação de leitores.

4.2 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

4.2.1 Justificativa

O PNLD tem por objetivo prover os alunos das escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, de livros didáticos de qualidade, nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, bem como de dicionários da Língua Portuguesa. Esses livros passam por um criterioso processo de avaliação, realizado pela SEB em parceria com universidades públicas. Os livros aprovados têm suas resenhas publicadas no Guia de Livros Didáticos, instrumento de apoio ao professor durante o processo de escolha do livro didático. Também, no âmbito do PNLD, periódicos da área de educação são adquiridos e distribuídos às escolas do ensino fundamental para apoio ao processo ensino-aprendizagem.

4.2.2 Metas

- Finalização do Guia de Livros Didáticos - Pnld/2007.
- Avaliação das obras inscritas no Pnld/2008 – 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.
- Elaboração do Guia de Livros Didáticos – Pnld/2008 para apoio aos professores no processo de escolha.

4.2.3 Metodologia

- Contratação de empresa para serviço de projeto gráfico para o Guia de Livros Didáticos referente ao Pnld/2007 e Pnld/2008.
- Contratação, por meio de convênios, de Instituições de Ensino Superior para realizar a avaliação das obras inscritas no Pnld/2008 e elaborar as resenhas que constarão do Guia.
- Acompanhamento, pela Cogeam, do processo de avaliação em cada área, por meio de leitura crítica de fichas de avaliação, resenhas e pareceres.

4.2.4 Público-alvo

Alunos e professores do ensino fundamental público brasileiro.

4.2.5 Recursos envolvidos

Serão gastos cerca de R\$ 462,5 milhões para a aquisição e R\$ 83,6 milhões na distribuição dos livros didáticos para alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental – PNLD/2007 (Dados FNDE).

Para o Pnld/2008, serão tomados como previsão os valores investidos no Pnld anterior.



4.2.6 Materiais a serem produzidos e distribuídos.

- Produção e distribuição do Guia de Livros Didáticos referente ao Pnld/2007.
- Distribuição, pelo Fnde, dos livros didáticos das diversas áreas de conhecimento das séries iniciais do ensino fundamental referente ao Pnld/2007.

4.2.7 Considerações gerais

Durante a execução do Pnld, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação responsabilizam-se por coordenar o processo de escolha dos livros didáticos realizado pelos professores e por acompanhar a distribuição das obras realizada pelo Fnde, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

4.3 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PNLD/2006- DICIONÁRIOS

4.3.1 Descrição

Distribuição de 2 acervos compostos por 9 dicionários destinados a todas as salas de aula das séries iniciais.

- Acervo 1: Dicionários tipo 1 e 2, para a 1ª e 2ª séries ou 1º, 2º e 3º anos.
- Acervo 2: Dicionários tipo 2 e 3, para a 3ª e 4ª séries ou 4º e 5º anos.

4.3.2 Metas

- Distribuição dos Acervos 1 e 2 para as salas de aula das séries iniciais de ensino;
- Distribuição de um acervo composto somente de dicionários tipo 3, para as salas de aula de 5ª a 8ª série;
- Distribuição de documento de orientação aos professores quanto ao uso dos dicionários em sala de aula, do PNLD/2006- Dicionários.

4.3.3 Metodologia

- Licitação para contratação de empresa para elaboração de projeto gráfico do documento de orientação de uso do dicionário em sala de aula para o professor.
- Reprodução e distribuição do documento de orientação pelo FNDE.
- Distribuição do material pelo FNDE.

4.5.4 Público-alvo

Alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental presentes em 519.189 salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental e em 245.865 salas de aula dos anos finais do ensino fundamental público.

4.3.5 Recursos envolvidos

A distribuição dos acervos será realizada pelo Fnde.

4.3.6 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Em 2006, será produzido e distribuído o documento para os professores com orientações quanto ao uso dos dicionários em sala de aula. O documento foi elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG.





DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DO ENSINO MÉDIO



INTRODUÇÃO

O presente planejamento do Departamento de Políticas de Ensino Médio -DPEM propõe ações, atividades e projetos que visam a colaborar com o alcance dos objetivos propostos no Plano Plurianual 2004-2007, para a educação brasileira. O vínculo das ações com o PPA se dá por meio dos programas abaixo relacionados, com suas metas, público-alvo e indicadores.

1. PROGRAMAS E AÇÕES

1.1. PROGRAMA PPA - 1378 : DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

1.1.1. Objetivo

Garantir o acesso e a permanência no Ensino Médio a todos os adolescentes e jovens, com melhoria de qualidade.

1.1.2. Público-alvo

Adolescentes, jovens e adultos do Ensino Médio regular.

1.1.3. Ações

- 921 - Apoio à melhoria da qualidade do Ensino Médio.
- 3686- Implementação das diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio
- 3680- Estudos e pesquisas para a implantação das políticas para o Ensino Médio.
- 09DH- Apoio a Qualificação do Sistema de Ensino Médio.

1.1.3.1. AÇÃO PPA-921: APOIO À MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

1.1.3.1.1 Descrição

Assessoramento técnico e financeiro aos sistemas de ensino, especificamente para a melhoria da qualidade do ensino noturno, para o fortalecimento do protagonismo juvenil e para a área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Prevê-se a implantação de procedimentos relativos ao currículo, orientações pedagógicas e metodológicas, de acordo com resultados de pesquisa de âmbito nacional sobre o Ensino Médio Noturno; apoio a adaptações de espaços escolares para constituição de ambientes de ensino-aprendizagem e formação de professores na área de ciências da natureza e matemática e, elaboração e difusão de projetos escolares voltados para a participação do jovem no ambiente escolar e na comunidade mais ampla.

1.1.3.1.2 Meta/Atividade

1.2 Promover a melhoria na qualidade de ensino, por meio de apoio às unidades federadas.

1.1.3.1.3 Metodologia

- Contratação de consultores para elaboração e publicação dos cadernos sobre a pesquisa do Ensino Médio noturno.
- Realização de reuniões com os consultores.
- Produção de três Publicações.

1.1.3.1.4 Público-alvo

Gestores, professores e alunos do Ensino Médio noturno.

1.1.3.1.5 Recursos Envolvidos

R\$ 4.622.878 (quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais)

1.1.3.2. AÇÃO PPA-3686: IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO

1.1.3.2.1 Descrição

Elaboração e produção de material e programas e programas didático-pedagógicos e informativos, bem como sua distribuição e divulgação às escolas de Ensino Médio, os programas da TV Escola, documentos curriculares, softwares e outros.



1.1.3.2.2 Metas/Atividades

- 2.2.1 Fortalecimento da organização curricular do Ensino Médio da rede pública.**
- 2.2.2 Melhoria do Ensino das Ciências da Natureza e Matemática**
- 2.2.3 Programa Nacional do Livro do Ensino Médio/PNLEM.**

1.1.3.2.3 Metodologia

- Elaboração de documento: Diálogo com as Orientações Curriculares do Ensino Médio.
- Reuniões semestrais do Fórum Curricular do Ensino Médio, envolvendo coordenadores estaduais do Ensino Médio, consultores e dirigentes do MEC, para discussão e planejamento da implementação dos PCNs nas escolas.
- Realização de 27 seminários Estaduais para disseminação das Orientações Curriculares do Ensino Médio.
- Programa de apoio à Feira de Ciência – Seleção de Projetos.
- TV Escola: Continuidade da Série Com Ciência (14 Programas).
- Publicação sobre projetos selecionados no II Prêmio Ciências.
- Produção Gráfica; Coleção Explorando o Ensino – Volume IX – Climatologia.
- Produção Gráfica; Coleção Explorando o Ensino – Volume X – Astronomia
- Distribuição dos catálogos para escolha do livro.
- Aquisição dos livros de Física, Química e Biologia.
- Distribuição de materiais didático de espanhol para professores.
- Mídia Nacional sobre o PNLEM.

1.1.3.2.4 Público-alvo

Professores e alunos da educação básica.

1.1.3.2.5 Recursos Envolvidos

R\$ 22.000.000 (Vinte e dois milhões de reais).

1.1.3.2.6 Materiais a serem produzidos e distribuídos

- TV Escola: Continuidade da Série Com Ciência (14 Programas).
- Publicação sobre projetos selecionados no II Prêmio Ciências.
- Coleção Explorando o Ensino – Volume IX – Climatologia.
- Coleção Explorando o Ensino – Volume X – Astronomia

1.1.3.3. AÇÃO PPA-3680: ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO – PROMED

1.1.3.3.1 Descrição

Realização de estudos e pesquisas que objetivam subsidiar a Secretaria de Educação Básica do MEC, os Sistemas de Ensino, os Estados e o DF na formulação de políticas para a expansão e melhoria do Ensino Médio.

1.1.3.3.2 Metas/Atividades

- Apoio á melhoria do ensino médio noturno
- Elaboração de Padrões de infra-estrutura da escola de ensino médio.

1.1.3.3.3 Metodologia

- Assistência às escolas e monitoramento da aplicação dos recursos dos projetos selecionados no âmbito do Ensino Médio noturno
- Produção e publicação dos projetos selecionados relativos às experiências do Ensino Médio noturno.
- Publicação dos resultados da pesquisa do Ensino Médio noturno. Um caderno nacional e 5 cadernos regionais.
- Publicação de documento sobre os padrões de infra-estrutura da escola de ensino médio
- Realização de encontro nacional.

1.1.3.3.4 Público-alvo

Professores e gestores do Ensino Médio.



1.1.3.3.5 Recursos envolvidos

R\$ 5.750.000 (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

1.1.3.3.6 Materiais a serem produzidos

- Publicação dos projetos selecionados.
- Publicação da Pesquisa Nacional e Regional sobre o Ensino Médio noturno.
- Publicação de documento sobre os padrões de infra-estrutura

1.1.3.4. AÇÃO PPA- 09DH: APOIO À QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO MÉDIO

1.1.3.4.1 Descrição

Apoio técnico – financeiro e pedagógico aos sistemas de ensino por meio do desenvolvimento de ações voltadas para o trabalho administrativo-pedagógico dos gestores.

1.1.3.4.2 Meta/Atividade

1.3.1 Fortalecimento da gestão estadual do Ensino Médio

1.1.3.4.3 Metodologia

- Apoio financeiro à secretaria de estado para aplicação no fortalecimento da gestão da educação;
- Realização de seleção de projetos que tenham por objetivo a melhoria na gestão educacional.

1.1.3.4.4 Público-alvo

Sistema estadual de ensino, gestores de escolas estaduais

1.1.3.4.5 Recursos envolvidos

R\$ 1.000.000 (Um milhão de reais)

1.1.3.4.6 Materiais a serem produzidos

Publicação dos cinco projetos de melhoria da gestão no Ensino Médio na rede estadual.

1.2. PROGRAMA PPA-1072: VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

1.2.1. Objetivo

Oferecer oportunidades de capacitação e formação continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associados a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

1.2.2. Público-alvo

Professores de todos os níveis de ensino da educação básica e pessoal das escolas.

1.2.3. Ações

- 914- Apoio à Formação Continuada de professores do Ensino Médio.
- 968- Apoio à capacitação de recursos humanos no Ensino Médio.

1.2.3.1. AÇÃO PPA-914: APOIO À FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

1.2.3.1.1 Descrição

Formação continuada de professores do Ensino Médio em cursos promovidos por instituições habilitadas.

1.2.3.1.2 Meta/Atividades

- Publicação/Distribuição da Revista do Ensino Médio
- Apoio a formação de professores da modalidade normal, em ensino médio
- Apoio ao ensino de espanhol
- Publicação/Distribuição de documento sobre saúde e prevenção nas escolas.(Programa Saúde e Prevenção nas Escolas- Articulação com o MS)



- Apoio as reuniões da Comissão de Aperfeiçoamento dos Professores do Ensino Médio e Profissional/CAPEMP
- Implementação do Programa de Inclusão Digital.

1.2.3.1.3 Metodologia

- Elaboração e distribuição da Revista do Ensino Médio às escolas de Ensino Médio
- Produção de documento referente ao Ensino Médio na modalidade normal.
- Realização de cinco seminários regionais.
- Seleção de projetos para formação inicial de professores que já estejam atuando na rede de ensino e que não tenha a habilitação para lecionar espanhol.
- Produção e publicação de documento sobre saúde e prevenção nas escolas.
- Realização de reuniões da CAPEMP, com definição de estrutura e fonte de financiamento
- Produção e publicação de material pedagógico digital
- Formação de 600 multiplicadores por meio do Rived

1.2.3.1.4 Público alvo

Professores e alunos do Ensino Médio.

1.2.3.1.5 Recursos

R\$ 4.500.000 (Quatro milhões e quinhentos mil reais)

1.2.3.2. AÇÃO PPA-968: APOIO A CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NO ENSINO MÉDIO

1.2.3.2.1 Descrição

Capacitação de profissionais que atuam no Ensino Médio das Secretarias Estaduais de Educação das Unidades da Federação,

1.2.3.2.2 Meta/Atividade

Financiamento de 120 projetos para implementação do Programa Ética e Cidadania em unidades escolares.

1.2.3.2.3 Metodologia

Financiamento de 120 projetos para implementação do Programa Ética e Cidadania em unidades escolares.

- Seleção e apoio a projetos escolares.
- Realização de seminários regionais.
- Produção de duas novas publicações.
- Reuniões quadrimestrais com Comitê Gestor

1.2.3.2.4 Público-alvo

Professores e alunos do Ensino Médio.

1.2.3.2.5 Recursos

R\$ 1.250.000,00 (Um milhão e duzentos e cinquenta mil reais)

1.2.3.2.6 Publicações

Impressão dos documentos: Construindo Valores na Escola e na Sociedade; Direitos Humanos , Convivência Democrática e Ética.

1.3. PROGRAMA PPA-1067– GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

1.3.1. Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

1.3.2. Público-Alvo

Governo



1.3.3. Ações

- Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

1.3.3.1. AÇÃO PPA-8373: GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

1.3.3.1.1 Descrição

Elaboração de indicadores de forma a permitir a avaliação dos resultados dos programas do MEC voltados para o ensino médio

1.3.3.1.2 Meta/Atividades

- Acompanhamento e monitoramento da implantação das políticas para o Ensino Médio
- Assistência técnica e monitoramento aos convênios replanejados do Projeto Alvorada
- Renovação do PROMED

1.3.3.1.3 Metodologia

- Elaboração de Indicadores de qualidade
- Acompanhamento da execução e monitoramento das ações constantes nos planos de trabalho de cada um dos estados que receberam recursos do PRODEB II
- Acompanhamento das ações do DPEM junto aos Estados.
- Seminário nacional de avaliação do Projeto Alvorada

1.3.3.1.4 Público-alvo

Secretarias Estaduais de Educação

1.3.3.1.5 Recursos envolvidos

R\$ 373.120,00 (Trezentos e setenta e três mil, cento e vinte reais)



**DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO
DASE**



INTRODUÇÃO

Ao Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino – DASE compete contribuir com a evolução democrática da gestão educacional, consolidando o apoio técnico e financeiro à ações que visem a valorização dos trabalhadores em educação e o fortalecimento institucional dos Sistemas de Ensino.

Para tanto, cabe ao DASE analisar a viabilidade Técnica e financeira de programas e projetos educacionais, adequando-os às políticas e diretrizes educacionais da educação básica; prover estudos gerenciais acerca dos sistemas de ensino, visando ao aprimoramento da gestão pública educacional; estimular e apoiar os sistemas de ensino quanto à formulação e a avaliação coletiva de planos nacionais, estaduais e municipais de educação; orientar os sistemas de ensino na formulação de normas e no estabelecimento de padrões de qualidade a serem adotados nos espaços educacionais; propor, em articulação em outros órgãos competentes, critérios para transferência de recursos financeiros aos sistemas de ensino e as organizações governamentais e não governamentais; subsidiar os sistemas de ensino com instrumentos capazes de fortalecer a gestão democrática, atuando na formação de dirigentes, gestores e conselheiros da educação; acompanhar, monitorar e avaliar a execução de planos, programas e projetos aprovados pela secretaria; estimular e apoiar os sistemas de ensino quanto ao estabelecimento de mecanismos para a valorização dos trabalhadores da educação em todos os níveis da educação básica; criar mecanismos de articulação entre a União e os sistemas de ensino, visando ao aperfeiçoamento do regime de colaboração e a melhoria do padrão de qualidade social da educação básica, com garantia de acesso, permanência e condições de aprendizagem.

1. PROGRAMAS E AÇÕES VINCULADOS AO PLANO PLURIANUAL

No exercício de 2006, conforme prevê o Programa Plurianual 2004-2007 e a Lei Orçamentária Anual/LOA-2006, a assistência financeira do MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Básica - SEB, está direcionada para os seguintes programas e ações:

PROGRAMAS	AÇÕES
1065 - Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil	09HI - Apoio à aquisição de equipamentos para a educação infantil
	09HJ - Apoio à reestruturação da rede física para educação infantil -
1376 - Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental	09CK-Apoio à ampliação do ensino fundamental para 9 anos -
Programa de Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação básica	0973-Apoio à formação continuada de professores de educação infantil –
	0966 - Apoio à formação de professores do ensino fundamental –
	09DP - Apoio à formação continuada de trabalhadores estaduais e municipais de educação básica –
1067 – Gestão da Política Educacional	09HK - Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino –

Além desses, o Departamento desenvolve outros programas e ações que contribuem para a concretização dos objetivos da SEB, na perspectiva da melhoria dos indicadores de qualidade, da garantia de acesso, permanência e condições adequadas de aprendizagem, do fortalecimento institucional dos sistemas de Ensino e da formação dos trabalhadores e gestores da educação pública básica.



PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRÓ-CONSELHO	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS
Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Formação de Gestores Municipais e Estaduais de Educação como multiplicadores do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
	Formação de Conselheiros Escolares.
Programa Escola de Gestores da Educação Básica	Capacitação de Gestores Educacionais de escola por meio do Programa Escola de Gestores da Educação Básica
Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino no Acompanhamento e Avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais da Educação	Capacitação de Gestores Educacionais em Planejamento
Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação	Capacitação dos dirigentes Municipais em desenvolvimento gerencial e fortalecimento institucional das Secretarias Municipais de Educação da Região do Semi-árido
Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação	Ampliação do curso técnico profissional nas habilitações de Gestão Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar, Meio Ambiente e Manutenção da Infra-Estrutura Escolar
Participação em Grupos de Trabalho e Câmaras Intersetoriais	Educação para o Trânsito, Educação e Saúde, Rede Comunitária, Plano Nacional de Transporte Escolar e GEI de Alcântara.

2.1 Público-alvo.

Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, professores, funcionários de escola, alunos, comunidade escolar, conselheiros escolares e municipais de educação, gestores municipais e estaduais, gestores escolares, representantes da sociedade civil.

2.2 Indicadores relevantes.

O DASE respalda suas ações e projetos nos indicadores do INEP, IBGE e nas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, bem como no levantamento das necessidades explicitadas pelos sistemas de ensino.

2.3 Eventos

- Realização de 06 encontros Pró-conselho.
- Realização de 01 encontro de Formação de Facilitadores Estaduais.
- Realização de 01 Seminário Internacional - Gestão Democrática da Educação.
- Realização de 04 encontros com Secretários Municipais de Educação – Projeto Piloto – Desempenho Educacional
- Ampliação do curso de formação técnica para funcionários de escola, de 05 para 15 estados.
- Encontros Presenciais de Formação
- Reuniões Técnico-Pedagógicas com Instituições Parceiras

2.4 Resultados finais previstos – social e financeiro.

Atendimento aos sistemas de ensino, por meio de cooperação técnica e auxílio financeiro, bem como a formação e capacitação dos trabalhadores, gestores, entes e comunidades envolvidos na e com a educação, ao longo do ano de 2006, com recursos que somam R\$ 33.967.723,00 (trinta e três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, setecentos e vinte e três reais)

3. Programas/projetos/ações previstos para o ano de 2006



3.1- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.1 Descrição do programa/projeto/ação

Prevê o apoio à aquisição de equipamentos e reestruturação da rede física de Educação Infantil, por meio de projetos de construção, reforma, ampliação e adaptação de escolas.

3.1.2 Justificativa

O atendimento a educação infantil visa tanto a ampliação da oferta quanto a melhoria da qualidade no atendimento pedagógico e na rede física.

3.1.3 Metas

60 escolas equipadas

3.125 metros quadrados de área construída,

3.1.4 Metodologia

Os Sistemas de Ensino encaminham Planos de Trabalho Anual de acordo com a resolução/FNDE vigente, contendo pleitos dentro do programa indicado. Após análise e comprovação de adequação aos critérios estabelecidos o PTA é enviado para convênio.

3.1.5 Público-alvo

Alunos da Educação Infantil

3.1.6 Recursos envolvidos

R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)

3.1.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos.

Elaboração de relatório e análise das escolas visitadas.

3.1.8 Considerações Gerais

Com a finalidade de liberar a parcela de recursos destinada à aquisição de equipamentos será realizado monitoramento nas escolas construídas/ampliadas, com recursos do MEC/FNDE em 2005.

3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.2.1 Metodologia

Ampliação do Ensino Fundamental para 09 anos, com a inclusão de crianças de 06 anos de idade, visando oferecer maiores oportunidades de aprendizagem e aumentando para 09 anos o período de escolarização obrigatório.

3.2.2 Justificativa

O Interesse em aumentar o número de anos no ensino obrigatório no Brasil tem sido crescente e já demanda um tempo razoável. A Lei nº 4024 de 1961, estabelecia quatro anos. Pelo Acordo de Punta Del Este e Santiago, o governo brasileiro assumiu a obrigação de estabelecer a duração de seis anos de ensino primário para todos os brasileiros, com previsão de universalização até 1970. Em 1971, a Lei nº 5692 estendeu a obrigatoriedade para oito anos. E, em 1996, a LDB, Lei nº 9394, sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, com a matrícula de crianças de 06 anos de idade. Com a aprovação do PNE, Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, esta passou a ser meta da educação nacional, consolidada pela Lei nº 1114 de 16 de maio de 2005.

3.2.3 Metas

Inclusão de 6 mil alunos na 1ª série do Ensino Fundamental.

3.2.4 Metodologia

Os Sistemas de Ensino encaminham Planos de Trabalho Anual de acordo com a resolução/FNDE vigente, contendo pleitos dentro do programa indicado. Após análise e comprovação de adequação aos critérios estabelecidos, o PTA é enviado para convênio.



3.2.5 Público-alvo

Alunos de 06 anos de idade.

3.2.6 Recursos envolvidos

R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)

3.2.7 Considerações Gerais

Para atender a meta do PNE é necessário incluir ao PPA, a Resolução do CEE ou CME que amplia o Ensino Fundamental para 09 anos, no respectivo sistema de ensino.

3 3– PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.3.1 Descrição

Ações de Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e de Trabalhadores Estaduais e Municipais de Educação Básica, comumente denominados profissionais de apoio.

3.3.2 Justificativa

Oferecer oportunidades de formação continuada aos professores e profissionais de apoio, promovendo acesso aos bens culturais, melhoria das condições de trabalho e progresso na carreira, conforme metas do PNE.

3.3.3 Metas

Formar 37.472 professores da educação infantil e do Ensino Fundamental e 15.705 profissionais de apoio.

3.3.4 Metodologia

Os Sistemas de Ensino encaminham Planos de Trabalho Anual de acordo com a resolução/FNDE vigente, contendo pleitos dentro do programa indicado. Após análise e comprovação de adequação aos critérios estabelecidos o PTA é enviado para convênio.

3.3.5 Público-alvo

Professores e profissionais de apoio das Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

3.3.6 Recursos Envolvidos

R\$ 18.490.633,00 (dezoito milhões, quatrocentos e noventa mil e seiscentos e trinta e três reais)

3.3.7 Considerações Gerais

Visando atender meta do PNE, é necessário incluir no PTA Resolução do Conselho Estadual ou Municipal de Educação que trate da regularização da oferta de educação Infantil no Município, quando se tratar de Formação de Profissionais de Apoio.

4 - PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PRÓ -CONSELHO

4.1 Descrição

Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação para o exercício de suas funções.

4.2 Justificativa

O Pró-conselho busca ressaltar a importância dos Conselhos Municipais de Educação para os municípios, na perspectiva da autonomia em sintonia com o governo, com as demandas sociais e com o controle social, objetivando consolidar uma estrutura educacional que garanta a inclusão social e permita, com eficiência, a participação coletiva, a avaliação das ações pedagógicas e administrativas do poder municipal.

4.3 Metas

Capacitar aproximadamente 1.500 conselheiros municipais de educação durante o primeiro semestre de 2006.



4.4 Metodologia

- Realização de encontro Nacional de Formação de Facilitadores Estaduais
- Realização do Seminário Internacional de Gestão Democrática da Educação
- Desenvolver os trabalhos propostos por meio de oficinas e palestras.

4.5 Público-alvo

Conselheiros Municipais de Educação e demais segmentos da sociedade, que direta ou indiretamente estejam envolvidos com a educação.

4.6 Recursos envolvidos

4.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos.

Livros e relatórios

5 -PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

5.1 Descrição

Capacitação de Gestores Educacionais de escola para o exercício de suas funções.

5.2 Justificativa

O compromisso com a melhoria da qualidade da educação nas escolas públicas brasileiras está relacionado ao fortalecimento de uma gestão escolar democrática, participativa e que garanta mudanças, ampliando a capacidade de entendimento e atuação dos gestores escolares, a fim de que estes possam efetivar o direito à educação escolar básica com qualidade social, conforme os novos marcos legais e o contexto da gestão democrática do ensino.

5.3 Metas

Capacitar 10 turmas de 40 alunos em todas as Unidades da Federação, incluindo-se o Distrito Federal, totalizando, em 2006, 10.800 (dez mil e oitocentos) gestores de escolas de educação básica.

5.4 Metodologia

O desenho curricular do curso permite sua oferta em dois formatos – Aperfeiçoamento e/ou Extensão, para aqueles que cumprirem as 180 h/aula e Especialização para aqueles que possuem o ensino superior completo e cumprirem as 360 h/aula. O curso será realizado na modalidade de educação a distância, com a realização de alguns encontros presenciais. Nos encontros presenciais acontecerão oficinas de trabalho, que servirão para a prática de trabalho em grupo, complementações teóricas, visitas a locais de trabalho e provas. O estudo à distância ocorrerá por meio de módulos, que abordarão os eixos norteadores do programa e que contará também com material impresso a ser produzido e distribuído especificamente para o programa Escola de Gestores (textos, exercícios e avaliações) os quais serão disponibilizados aos alunos via correio e internet.

5.5 Público-alvo

Equipe gestora da escola: Diretor, Vice-diretor, Secretário de escola, supervisor educacional, orientador educacional e coordenador de área.

5.6 Recursos envolvidos

A estimativa de recursos a serem gastos no Programa em 2006 é de R\$ 5.169.500,00 (Cinco milhões cento e sessenta e nove e quinhentos reais)

5.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

- Projeto de Curso
- Guias didáticos (material didático/Instrucional)
- Material Didático-Instrucional
- Guia do curso
- Manual do Tutor
- Manual do Cursista
- Roteiros para a versão Web;
- Vídeo institucional para o Programa;



6 - PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DECENAIS CORRESPONDENTE

6.1 Descrição do programa

Acompanhamento e avaliação dos resultados de execução dos Planos Estaduais e Municipais; incentivo na forma de estudos para que estados e municípios elaborarem os seus respectivos planos estaduais e municipais de educação, de acordo com os elementos que compõem o PNE explícitos em diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas programadas.

6.2 Justificativa

O ano de 2005 foi considerado como o ano de avaliação do PNE, trabalho este, de conformidade com o art 3º, deve ser articulado pela União com os Estados, o Distrito Federal, Municípios e a sociedade civil.

No decorrer de 2005, várias iniciativas de avaliação foram realizadas pelo Poder Executivo, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelo Poder Legislativo. Este trabalho articulado tem iniciativa do MEC/SEB/DASE/CAFISE e deve se prolongar no decorrer de 2006 com a distribuição de documentos e a realizações de seminários regionais.

6.3 Metas

- Distribuição para 5.561 municípios de documentos de apoio para subsidiar elaboração dos Planos Municipais de Educação;
- Distribuição de 5.561 Cd-Rom com planilhas estatísticas contendo dados demográficos de população e dados estatísticos de matrícula produzidos pelo MEC/INEP por meio de convenio celebrado com a UFMG/ CEDEPLAR;
- Realização de Seminários regionais:
 - Região Norte - em Janeiro /2006 com 200 participantes.
 - Região Nordeste - em Fevereiro/2006 com 300 participantes.
 - Região Sudeste - em Março/2006 com 170 participantes.
 - Região Centro-Oeste - em Março/2006 com 180 participantes.
 - Região Sul - em Abril /2006 com 150 participantes.

6.4 Metodologia

- Elaboração de 05 (cinco) documentos regionais contendo diagnóstico dos estados e da região com dados demográficos e educacionais para apoiar a avaliação e acompanhamento de execução das metas do Plano Nacional de Educação.
- Realização de 05 (cinco) Seminários Regionais para discutir conclusões contidas em documento de avaliação do PNE, estruturados com base em indicadores educacionais do IBGE e estatísticas do MEC/INEP.
- Distribuição de um cd-rom, com uma planilha contendo os principais dados educacionais, com variáveis do censo escolar e projeção demográfica baseada nos censos de 1991 e 2000.

6.5 Público-alvo

Gestores, conselheiros, diretores, servidores e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e outros órgãos envolvidos no processo de implementação, acompanhamento e avaliação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

6.6 Recursos envolvidos

Para o exercício de 2006 estão previstos gastos financeiros da ordem de R\$ 307.590,00 (trezentos e sete mil quinhentos e noventa reais) para a realização dos seminários regionais de avaliação, impressão e distribuição de documentos.

6.7 Materiais a serem distribuídos.

- Documentos de apoio para a elaboração do PME para 5.561 municípios;
- Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação;
- Subsídios para Planejamento da Rede Escolar com Base em Experiências em Minicenso Educacional;
- Subsídios para o Planejamento de Conferência Municipal de Educação.



- Distribuição de 5.561 CD-Rom personalizado com planilhas estatísticas com dados demográficos de população e dados estatísticos de matrícula para apoiar a elaboração, revisão e ajustes dos PME.

6.8 Considerações gerais

O programa tem como perspectiva a busca dos seguintes impactos:

- Mecanismos de acompanhamento e avaliação do Plano Nacional de Educação e dos planos decenais correspondentes, articulados institucionalmente.
- Dirigentes sensibilizados para elaborarem os Planos Municipais de Educação com base no PNE.
- Incentivo à elaboração de planos municipais que respondam ao princípio da gestão democrática, às demandas da comunidade local e que evidenciem um compromisso com a qualidade social da educação.

7. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO

7.1 Descrição do programa

A expansão do atendimento educacional à população brasileira não vem, muitas vezes, acompanhada da descentralização da gestão. Desta forma, os recursos permanecem voltados para as atividades-meio, com foco na própria administração, sem a participação da sociedade. Assim, este Programa tem por objetivo incentivar e contribuir com o processo de atualização e de consolidação do projeto de reestruturação organizativa das Secretarias Municipais, que são órgãos gestores, adequando-o ao novo panorama legal da educação brasileira.

Os objetivos específicos deste programa são: analisar os marcos legais brasileiros que subsidiam o planejamento educacional, com ênfase nos processos de desenvolvimento institucional de órgãos gestores da educação; orientar a análise dos marcos legais do município; analisar o papel da Secretaria de Educação, no contexto da política de fortalecimento da educação básica, com inclusão social, definindo suas atribuições, distribuindo suas funções estratégicas e a sua relação com as escolas; identificar os elementos e a metodologia pertinentes ao processo de elaboração do diagnóstico da secretaria de educação ou órgão equivalente; identificar os processos que propiciam o desenvolvimento de uma gestão democrática; identificar os elementos componentes de uma secretaria de educação, de suas rotinas de trabalho, de organogramas possíveis e de regimentos; analisar os mecanismos necessários à implantação do processo de acompanhamento e avaliação do trabalho da secretaria de educação com a utilização da informática; e analisar os mecanismos necessários para implantação do Sistema Municipal de Ensino e do Fundo Municipal de Educação.

7.2 Justificativa

O semi-árido brasileiro estende-se por 868 mil quilômetros, abrangendo o norte do estado de Minas Gerais, Espírito Santo e os sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e uma parte do sudeste do Maranhão. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, o semi-árido representa, aproximadamente, 15,5% do total da população brasileira. São mais de 1.400 municípios brasileiros que possuem baixo índice de desenvolvimento humano (IDH-M), sendo, portanto, social e economicamente vulneráveis. Além disso, no semi-árido, a população é relativamente mais nova do que na média nacional, o que demanda, por parte do governo, políticas diferenciadas, voltadas às especificidades inerentes aos problemas e potencialidades da região.

Para o atendimento à população do semi-árido, foi firmado um acordo de cúpula entre representantes de governos e de organizações não-governamentais que objetiva definir estratégias e ações para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes que vivem no semi-árido brasileiro. Neste contexto, o MEC desenvolverá a ação citada, específica para tal região, dentro do Programa de Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino, voltada para o fortalecimento institucional das secretarias municipais de educação dos municípios de pequeno porte dessa região.

7.3 Metas

Capacitação de 1.088 gestores e técnicos das equipes de secretarias municipais de educação, que estarão aptos a reestruturar as funções estratégicas das secretarias por meio da revisão dos processos de trabalho, identificação de entraves, dificuldades e potencialidades do órgão gestor. Além disso, 68 secretarias estarão modernizadas administrativamente, contando com microcomputadores e com



um sistema para apoiar o planejamento, o controle, o acompanhamento e a avaliação da qualidade da educação.

7.4 Metodologia

Os processos de formação dos gestores e equipes técnicas educacionais devem ser organizados considerando, principalmente, que ao órgão gestor cabe: conhecer a situação social, histórica e cultural em que se desenvolve o sistema educativo; ter clareza sobre as fontes de financiamento, os recursos que podem ser captados e os disponíveis; saber analisar os fatores que influenciam nas decisões tomadas e os impactos das suas ações; e, além disso, criar um conjunto de procedimentos e rotinas de trabalho que possam viabilizar o seu desenvolvimento institucional.

Como preparação a todo o processo de capacitação, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação da Universidade Federal da Bahia ficará responsável por disseminar tecnologia para os centros de extensão universitários que estarão localizados em quatro pólos localizados todos na região semi-árida. Esses transmitirão os conhecimentos, de forma sistematizada, para gestores e equipe técnica das secretarias municipais de educação. O processo ocorrerá em duas etapas: a primeira, presencial, e a segunda, por meio de acompanhamento *in loco* dos profissionais nos seus ambientes de trabalho nas áreas temáticas: gestão/organização de secretaria; orçamento/finanças e sistema de informação.

Cada município deverá participar do curso presencial encaminhando profissionais que servirão de multiplicadores para a o restante da equipe. Os municípios selecionados para participar do projeto são de pequeno porte, caracterizando-se como municípios com baixo índice de desenvolvimento humano, têm as condições de infra-estrutura necessárias ao pleno desenvolvimento do projeto, são próximos dos núcleos de extensão e possuem experiência em promover estratégias de educação para convivência com o semi-árido.

O curso presencial, de 30 horas, será constituído por procedimentos tais como palestras, debates, leitura e análise de textos, oficinas, discussões; e será organizado em quatro pólos (um em cada Estado), envolvendo municípios geograficamente próximos ou que tenham fácil acesso aos respectivos pólos. No acompanhamento *in loco*, serão destinadas 16 horas para cada área temática: gestão/ organização de secretaria; orçamento/ finanças e sistema de informação, totalizando 48 horas.

O processo de acompanhamento do trabalho ficará sob a responsabilidade de especialistas que, *in loco*, subsidiarão as equipes técnicas, com as orientações necessárias para efetivar o trabalho de reorganização da secretaria de educação.

Ao término do curso, os cursistas deverão apresentar um relatório demonstrativo com um protótipo de uma secretaria municipal de educação e com os avanços gerenciais alcançados na prática da secretaria de educação.

7.5 Público-alvo

Gestores e equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação: dirigentes de departamento e coordenadores, assessores, técnicos em informática, auxiliares de secretaria, técnicos em administração e um representante das Secretarias de Obras e Manutenção, de Finanças e de Administração de cada município.

7.6 Recursos envolvidos

A estimativa de recursos a serem gastos no Programa em 2006 é de aproximadamente R\$ 1.000.000,00

7.7 Materiais a serem produzidos e distribuídos

Produto elaborado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação/ BA da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica

8 - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

8.1 Descrição do programa

O Ministério da Educação visando ampliar as discussões sobre a importância dos Conselhos Escolares, bem como subsidiar o trabalho dos sistemas de ensino em relação à atuação desses órgãos colegiados, criou por meio da Portaria Ministerial n. 2.896 de 16 de setembro de 2004 , o Programa



Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e constituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de discutir, analisar e propor medidas que visem a sua implementação. Compõem este Grupo de Trabalho SEB/MEC, Undime, Consed, CNTE, Unicef, Unesco e PNUD.

Aos Conselhos Escolares cabe reforçar o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, que deverá orientar-se pelo princípio democrático da participação.

Assim, faz-se necessário o empenho de esforços para induzir a criação e o fortalecimento de Conselhos Escolares, bem como capacitar seus membros para que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino ofertado e para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas.

8.2 Justificativa

A Constituição Federal, em seu artigo 205, expressa que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda na Constituição Federal, no artigo 206, fica expresso que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, entre eles a gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Um dos objetivos e prioridades expressos no Plano Nacional de Educação (PNE), lei aprovada em janeiro de 2001, é a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, e uma de suas metas é a criação de Conselhos Escolares nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e Ensino Médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 14, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. O artigo 211 da Constituição Federal expressa que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Sendo assim, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação resolve criar, mediante a Portaria Ministerial n. 2.896/2004, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Esse programa visa desenvolver ações de fomento à implantação e ao fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica.

8.3 Meta

6.000 secretarias de educação e sindicatos

8.4 Metodologia

- Cursos a distância para a capacitação de conselheiros escolares, técnicos e dirigentes das secretarias municipais e estaduais de educação.
- Protocolos de cooperação entre as secretarias municipais e estaduais de educação e o Ministério da Educação para a realização de cursos de capacitação de conselheiros escolares utilizando o material instrucional produzido para este Programa.
- Videoconferências com o objetivo de mobilizar e sensibilizar os conselheiros escolares para a importância de sua atuação na garantia da gestão democrática da escola.

8.5 Público-alvo.

Técnicos e dirigentes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e representantes dos trabalhadores em educação.

8.6 Recursos envolvidos

Em 2006: R\$ 1.237.800,00.

8.7 Materiais a serem Produzidos e Distribuídos

- Elaboração de 11 folders, sendo um de cada caderno do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, para divulgação em massa.
- Impressão de 200.000 exemplares de cada um dos 11 folders do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.
- Reimpressão de 100.000 exemplares do caderno Conselho Escolar e a Educação no Campo para atendimento às escolas rurais.
- Reimpressão de 15.000 exemplares de cada um dos 07 cadernos do Programa para atendimento a capacitação de técnicos e dirigentes das secretarias de educação e de sindicatos, além do apoio a capacitação de conselheiros escolares.



- Distribuição de 5.000 kits do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares para apoio aos sistemas de ensino.
- Cópia de 6.000 exemplares do vídeo “Conselho Escolar – princípio democrático de participação”, sendo 2.500 em DVDs e 2.500 em VHS.

9 – PROGRAMA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Formação dos profissionais de apoio, em nível médio, na área de Serviços de Apoio Escolar, aprovada pelo Parecer nº 16/CEB/CNE em 03/08/05, em quatro habilitações:

- Técnico em Secretaria escolar,
- Técnico em Multimeios didáticos
- Técnico em Alimentação Escolar,
- Técnico em Infra-Estrutura Material e Ambiental

9.1 Justificativa

Trata-se de oferecer cursos técnicos de nível médio para a formação dos profissionais de apoio, em atuação nas diversas funções no interior das escolas públicas, na perspectiva da qualificação da educação e da valorização de seus trabalhadores.

9.2 Meta

Ampliar o Curso Técnico Profissional em Educação nas habilitações de Gestão Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar, Meio Ambiente e Manutenção da Infra-Estrutura Escolar, aumentando o número de beneficiários em mais 20.000 trabalhadores, em exercício, nas escolas públicas.

9.3 Metodologia

Os cursos são desenvolvidos sob a coordenação do DASE/SEB/MEC em parceria com a UnB – Centro de Educação a Distância (CEAD) e a faculdade de Educação (FE), responsável pela produção do curso, incluindo o material didático. A carga horária de 1260 h está dividida em 80% a distância (acompanhado de tutoria) e o restante em encontros presenciais.

9.4 Público-alvo

Profissionais de apoio das redes estadual e municipal de educação básica, com Ensino Médio concluído ou a concluir durante o curso técnico.

9.5 Recursos Envolvidos

R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a serem remanejados da ação 09DP – Apoio à Formação Continuada de Trabalhadores Estaduais e Municipais de Educação Básica.

10 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E CÂMARAS INTERSETORIAIS

- GT do PNATE – Analisar proposições com vistas à otimização dos recursos associados à melhoria da qualidade do transporte escolar.
- GEI de Alcântara – Monitorar a execução das ações aprovadas pelo grupo 2005
- Comissão Permanente de Educação para o Trânsito
- Câmara Intersetorial de Educação e Saúde
- Educação Fiscal – mapear o desenvolvimento nacional do programa, realizar gestão do PNEF, sensibilizar e articular os GEFs regionais para o Programa.
- Rede Comunitária – Implementação da Rede Comunitária Escolar, formada por até 3.600 escolas, circunvizinhas às escolas onde está sendo desenvolvido o Programa Escola Aberta

11 – SUGESTÃO DE PUBLICIZAÇÃO PARA A SEB

- Relatório de execução das ações e publicação dos resultados alcançados: contratação de equipe para a avaliação dos programas
- Divulgação das ações em jornais e revistas nacionais e regionais
- Divulgação e disponibilização dos dados no site do MEC/INEP
- Publicação de relatório Semestral
- Sistematização das ações desenvolvidas, com indicadores de desempenho, no período 2003-2006, com divulgação no 2º semestre de 2006.





DEPARTAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS
DPR



INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação executa, diretamente ou por intermédio de suas autarquias, programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade e equidade dos sistemas públicos de educação básica, ampliação e democratização do acesso e aumento da eficiência na gestão desses sistemas. Diante das exigências institucionais percebidas na área de desenho, avaliação e monitoramento de projetos educacionais, o Departamento de Projetos Educacionais – DPR – da Secretaria de Educação Básica se re-estruturou em Agosto de 2004 para desenvolver atividades nessas áreas e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade da gestão de políticas e projetos educacionais no âmbito da SEB.

O Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004, no seu art. 13, define que o Departamento de Projetos Educacionais – DPR – é responsável pelas ações referentes à elaboração e avaliação de projetos, visando, prioritariamente, combater às desigualdades educacionais e melhorar os resultados dos sistemas públicos de Ensino Fundamental.

1 PROGRAMAS E AÇÕES PARA O ANO DE 2006

As ações a serem desenvolvidas pelo DPR são as seguintes:

- Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (Grupo de Trabalho de Educação)
- FUNDEF e FUNDEB – Discussão sobre estudos de análise de financiamentos (Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação)
- Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas – PMFE
- Avaliação Global do Programa Fundescola
- Observatório de Experiências Inovadoras
- Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Monitoramento de Indicadores Educacionais – SIMONI
- Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME
- Avaliação do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME
- Avaliação do Projeto Piloto do Programa Escola de Gestores
- Avaliação do Programa de melhoria Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROMED
- Avaliação da Rede Nacional de Formação de Professores
- Avaliação de Componentes do Programa Fundescola

Na Parte II do presente relatório as ações serão melhor explicitadas.

1.1. PÚBLICO-ALVO

O desenho e execução, as avaliações e o monitoramento de projetos beneficiarão diretamente gestores da educação e os executores e financiadores de projetos. Geram resultados também para os beneficiários dos projetos em execução na medida em que criam condições para a melhoria da gestão educacional e a gestão dos projetos. As atividades do DPR buscam responder às demandas do Ministério da Educação de criação de uma estrutura tecnicamente capaz para propor e gerenciar o desenho, execução, monitoramento e a avaliação de projetos.

1.2. INDICADORES RELEVANTES

Os indicadores serão apresentados no item 3 deste relatório.



1.3. EVENTOS PREVISTOS

1.3.1. PRADIME

Dezenove encontros presenciais até setembro de 2006:

Regiões/ encontros	Mês/Ano	Data do evento	UF	Nº de partic.	Total eventos- 20
NORTE, NORDESTE E CENTRO OESTE 07	fev./06	07,08,09,10	MS	78	1 evento 216 participantes
			MT- Cuiabá	141	
	fev./06	14,15,16,17	AP	16	1 evento 159 participantes
			PA-Belém	143	
	fev./06	21, 22, 23, 24			
	fev./marc./06	28, 01, 02, 03	CARNAVAL		
	mar./06	07,08,09,10	AC	22	1 evento 151 participantes
			AM- Manaus	62	
			RO	52	
			RR	15	
	mar./06	14,15,16,17	CE-Fortaleza	184	1 evento
	mar./06	21, 22, 23, 24			
	mar./06	28,29,30,31	BA- Salvador	236	1 evento
	abr./06	04,05,06,07	PB-João Pessoa	223	1 evento
PAIXÃO DE CRISTO					
PI-Teresina			222		
18,19,20,21					
SUDESTE - 07	abr./06	25,26,27,28	ES	78	1 evento 170 participantes
			RJ- Rio de Janeiro	92	
	mai./06	02, 03, 04, 05	SEGUNDA-FEIRA (1º) DIA DO TRABALHO		
	mai./06	09,10,11,12	MG-Belo Horizonte	285	3 eventos com 285 participantes
			MG-São Lourenço	285	
			23,24,25,26		
	mai.-jun./06	30,31,01,02	MG-Montes Claros	283	
	jun./06	06,07,08,09	SP- Caraguatatuba	215	3 eventos com 215 participantes
			CORPUS CHRISTI		
			SP- Ribeirão Preto	215	
27,28,29,30					
SUL- 05	jul./06	11,12, 13, 14	PR-Curitiba	200	1 evento c/200 participantes 1 evento c/249 participantes
			PR- Foz do Iguaçu	249	
	jul./06	25, 26, 27, 28			
	08/06	01, 02, 03, 04	SC- Camboriú	243	1 evento c/ 243 participantes
	08/06	15, 16, 17, 18			
	08/06	22, 23, 24, 25	RS- Porto Alegre	248	2 eventos c/248 participantes
	ago./set./06	29, 30,31, 01	RS-Santa Maria	248	

* Ocorrerá um painel do OBSERVATÓRIO em cada evento do PRADIME



1.4 OBSERVATÓRIO

Workshop para apresentação, discussão, divulgação e premiação de experiências inovadoras – 2º semestre de 2006

1.5 VINCULAÇÕES COM O PPA 2004/2007

O Plano Plurianual – PPA – visa articular, em cada programa ou projeto, todos os meios (públicos e privados) necessários à consecução do seu objetivo.

A avaliação e o monitoramento são procedimentos utilizados para a obtenção e análise de informações destinadas à tomada de decisão, visando ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos programas e projetos previstos no Plano Plurianual – PPA – e, ainda, auxiliando na revisão anual dele.

Os projetos do Departamento de Projetos Educacionais – DPR – possuem vinculação no PPA, principalmente nas ações:

Projeto	Departamento	Ação PPA
Fundescola	FNDE e SEB / Departamento de Projetos Educacionais.	5079 – Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA III-A

2 AÇÕES DO DPR PREVISTAS PARA O ANO DE 2006

2.1 AÇÃO 1 – RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM (GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO)

2.1.1 Descrição

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – vem sendo elaborado, anualmente, com a finalidade de avaliar as ações implementadas pelo Brasil com vistas ao alcance dos ODM até 2015. O DPR representou a SEB no Grupo de Trabalho formado para elaborar a parte do relatório relativa ao Objetivo 2 – Universalização do Ensino Fundamental até 2015. Esse grupo de trabalho, em 2005, foi constituído pela SEB, pela Secad, pelo Inep, pelo IBGE e pelo Ipea, responsável pela coordenação dos trabalhos. O relatório apresentou um conjunto de indicadores do Ensino Fundamental brasileiro mostrando a situação educacional atual e os avanços em relação à situação anterior, e um conjunto de ações do Governo Federal implementadas para melhorar a qualidade da Educação Fundamental do Brasil.

2.1.2 Justificativa

O Governo Brasileiro tem o compromisso de reportar os avanços obtidos a cada ano no que tange os objetivos e metas de desenvolvimento do milênio.

2.1.3 Meta

Finalizar o relatório no prazo estabelecido pela Casa Civil e Ipea.

2.1.4 Metodologia

Constituição de equipe de trabalho, organização de dados, análise de indicadores, levantamento das ações governamentais e elaboração do relatório.

2.1.5 Público-alvo

Gestores e Organismos Internacionais

2.1.6 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Objetivo 2 - Universalização do Ensino Fundamental até 2015 – VERSÃO 2006.

2.1.7 Considerações Gerais

A definição das ações que devem constar no relatório deve ser discutida no âmbito do MEC envolvendo todas as secretarias que desenvolvem políticas que concorrem para o alcance do objetivo 2 dos ODM.



2.2 AÇÃO 2 – FUNDEF E FUNDEB – DISCUSSÃO SOBRE ESTUDOS DE ANÁLISE DE FINANCIAMENTOS (GRUPO DE TRABALHO SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO)

2.2.1 Descrição

O DPR participa do desenvolvimento de propostas de estudos sobre a transição do Fundef para o Fundeb, enfocando: custo-aluno-qualidade na educação básica brasileira, valor-aluno-ano e fatores de diferenciação para o Fundeb; atuação dos Tribunais de Contas no controle da aplicação dos recursos; atuação dos Conselhos de Controle Social.

2.2.2 Justificativa

A definição dos coeficientes de diferenciação para o Fundeb, bem como a realização de estudos sobre custo-aluno-qualidade devem contar com o apoio do DPR no processo de definição da metodologia de trabalho.

2.2.3 Meta

Colaborar na definição do valor-aluno-ano do FUNDEB e dos fatores de diferenciação por nível e modalidade.

2.2.4 Metodologia

Acompanhar as reuniões técnicas e colaborar no desenho dos estudos a serem desenvolvidos.

2.2.5 Público-alvo

Escolas públicas de educação básica.

2.3 AÇÃO 3 – PADRÕES MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS – PMFE

2.3.1 Descrição

O Ministério da Educação trabalha no sentido de avançar na definição técnica de padrões mínimos de infra-estrutura para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica, que sejam parâmetros para aplicação de recursos federais na correção de desequilíbrios regionais, que sirvam de orientação a estados e municípios e que possam, a partir de um pacto nacional, serem instituídos em norma. Esses padrões devem observar as condições regionais em cada estado da federação, seja dos aspectos geográficos, seja do custo e disponibilidade dos materiais. Devem, ainda, partir das experiências já desenvolvidas em diferentes esferas de governo e das atuais condições físicas apresentadas pelas escolas, deixando a estados e municípios a tarefa de complementar as diretrizes e parâmetros nacionais segundo as condições disponíveis e características regionais e locais (LDB art.25, parágrafo único). Num primeiro momento, busca-se cumprir as metas do Plano Nacional de Educação de elaboração de padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Nesse sentido, as iniciativas adotadas para desenvolver os padrões mínimos para esses níveis de ensino devem ser articuladas e orientadas segundo diretrizes comuns. O DPR iniciou, em 2005, a coordenação dessas iniciativas e a elaboração de documento orientador para a construção de padrões mínimos de infra-estrutura.

2.3.2 Justificativa

Os PMFE são parte do que define a LDB como padrões mínimos de qualidade da educação. O PNE definiu que caberia à União criar padrões mínimos para a infra-estrutura escolar. As iniciativas hoje em curso devem ser integradas segundo diretrizes gerais do MEC/SEB.

2.3.3 Meta

Finalizar o documento de diretrizes de padrões mínimos de infra-estrutura escolar.

2.3.4 Metodologia

Realização de seminários com apresentação das iniciativas em curso no DPPEM, DPE e Fundescola quanto à elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura. O documento de diretrizes, uma vez concluído, será apresentado aos dirigentes da SEB e discutido com representantes dos sistemas de ensino e dos órgãos normativos dos sistemas de ensino.

2.3.5 Público-alvo

Os alunos e professores que utilizam as instalações escolares de educação básica.



2.3.6 Recursos envolvidos

Os recursos para o desenvolvimento dos padrões mínimos são alocados pela SEB no seu plano de trabalho definido para os departamentos DPEM e DPE.

2.3.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Documento de diretrizes de padrões mínimos de infra-estrutura escolar.

2.3.8 Considerações gerais

Em 2006 devem ser concluídas as diretrizes para a construção dos padrões mínimos de infra-estrutura escolar e iniciado processo de consulta pública sobre essas diretrizes. A definição técnica dos padrões, a cargo do DPEM e DPE, deve ser executada respeitando as diretrizes da SEB para o tema.

2.4 Ação 4 – AVALIAÇÃO GLOBAL DO PROGRAMA FUNDESCOLA

2.4.1 Descrição

O DPR iniciou, em 2005, o desenho para avaliação global dos resultados do Programa Fundescola, nas regiões atendidas pelo Programa, desde o seu início em 1998, com o objetivo de gerar informações para instruir o processo de formulação da última fase do Programa.

2.4.2 Justificativa

O desenho do Fundescola III-B será orientado segundo parâmetros da política educacional do MEC e tomará por base os resultados alcançados pelo Programa Fundescola nas suas fases anteriores.

2.4.3 Meta

Produzir estudo até maio de 2006.

2.4.4 Metodologia

Será analisado um conjunto de indicadores educacionais para grupos de municípios e escolas atendidos pelo Fundescola e para um grupo de comparação que não tenha sido beneficiado pelo Programa. Os resultados serão cotejados com as metas do Programa estabelecidas em cada Acordo de Empréstimo.

2.4.5 Público-alvo

A avaliação do Programa vai incidir sobre os cerca de 384 municípios que foram atendidos em diferentes fases do Fundescola. Os resultados devem servir de base também para o processo decisório no âmbito de estados que vêm seguindo modelos de políticas educacionais propagados pelo Fundescola.

2.4.6 Recursos envolvidos

Estão previstos 150 mil reais, em 2006, provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

2.4.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatório de pesquisa.

2.4.8 Considerações Gerais

A avaliação ocorrerá em 2006 e deverá servir de base para o desenho do Fundescola III-B a ser elaborado durante o ano de 2006.

2.5 AÇÃO 5 – OBSERVATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

2.5.1 Descrição

O Projeto espera criar um espaço para registrar práticas educacionais inovadoras no âmbito das secretarias municipais de educação, selecionadas, com resultados avaliados, e fazê-las chegar aos gestores da educação. O Observatório é componente do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime – e auxiliará os formuladores e implementadores de políticas educacionais na troca de experiências e de projetos inovadores que promovam os objetivos e metas do PNE, ou seja, a melhoria da qualidade da educação básica, o aumento do nível de escolaridade da população, a democratização da



gestão da educação pública e a superação das desigualdades sociais e regionais no que tange ao acesso, permanência e sucesso do aluno. O Projeto é desenvolvido em parceria com a Undime e o Inep.

2.5.2 Justificativa

O incentivo à inovação é um dos mecanismos que vêm sendo empregados para favorecer mudanças organizacionais em vários setores da administração pública.

2.5.3 Meta

Implementar o Observatório até junho de 2006. Selecionar e premiar 5 (cinco) experiências inovadoras até novembro de 2006.

2.5.4 Metodologia

- Criar meios para troca de experiências na área de gestão educacional entre os dirigentes municipais de educação.
- Identificar, avaliar, disseminar e apoiar experiências em gestão educacional inovadoras que contribuam para os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.
- Valorizar os dirigentes municipais de educação em suas iniciativas inovadoras na gestão municipal da educação instituindo prêmio em gestão educacional.

2.5.5 Público-alvo

O Projeto é voltado para os dirigentes municipais de educação, contudo, espera-se que o Projeto também produza impacto positivo em outros segmentos, os beneficiários indiretos: dirigentes estaduais de educação, gestores e educadores escolares, pesquisadores e tomadores de decisão em políticas públicas.

2.5.6 Recursos envolvidos

Estão previstos custos da ordem de 300 mil reais em 2006. O Projeto é desenvolvido dentro do Acordo Brasil-Unesco a ser iniciado em abril de 2006.

2.5.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Cartazes e *folderes*, livros de relatos de experiências.

2.5.8 Considerações gerais

O Projeto envolve parceria com a Undime e o Inep.

2.5.9 Indicadores relevantes

- Número de experiências apresentadas pelos municípios.
- Indicadores do PNE.

2.6 AÇÃO 6 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES EDUCACIONAIS – SIMONI

2.6.1 Descrição

O SIMONI é uma ferramenta de apoio à gestão de projetos educacionais. Permite acompanhar a evolução histórica de indicadores educacionais associados a projetos e grupos de aplicação (beneficiários). Disponibilizado na *intranet*, poderá ser utilizado por todos os gestores de projetos no MEC.

2.6.2 Justificativa

A criação de ferramentas cujo foco sejam os resultados da ação permite o melhor conhecimento dos efeitos provocados pela implementação dos projetos, auxiliando a tomada de decisão.

2.6.3 Meta

Concluir a primeira versão do Sistema em abril de 2006.

2.6.4 Metodologia

Para o desenvolvimento do *software* estão previstos o levantamento de requisitos e especificação de casos de uso, apresentação de projetos de interface gráfica, aceitação da proposta, implementação e implantação pelos consultores, homologação da solução de disseminação pela equipe do DPR.



2.6.5 Público-alvo

Dirigentes e gestores de projetos educacionais.

2.6.6 Recursos envolvidos

Recursos do Acordo Brasil-Unesco: R\$ 55 mil reais, em 2005, e 20 mil reais em 2006.

2.6.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Sistema SIMONI.

2.6.8 Considerações gerais

Em 2005 foi desenvolvido um piloto do SIMONI que permitiu a definição de arquitetura e o amadurecimento do projeto. Em 2006 serão desenvolvidas as funcionalidades necessárias para a utilização do sistema, tais como recursos de segurança e o cálculo dinâmico de indicadores para um dado grupo de aplicação.

2.7 AÇÃO 7 – PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRADIME

2.7.1 Descrição

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – Pradime –, anteriormente implementado como Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – Prasem –, é uma iniciativa voltada para a formação permanente dos dirigentes municipais de educação em temas relacionados às diferentes dimensões da gestão dos sistemas municipais de educação. O Pradime é realizado com o objetivo de fortalecer a atuação dos dirigentes de educação na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O Programa pretende, ainda, mobilizar os secretários municipais para uma agenda nacional de educação, fazendo avançar as metas do Plano Nacional de Educação – PNE –, bem como criar espaço para troca de experiências, conhecimentos e ferramentas para a gestão educacional com foco na obtenção de resultados em relação aos objetivos e metas do PNE.

2.7.2 Justificativa

Os municípios brasileiros são responsáveis por cerca de 25 milhões de matrículas na educação básica e, como principais provedores dos serviços de Educação Infantil e Ensino Fundamental nas séries iniciais, detêm responsabilidades sociais de grande relevância. O apoio à gestão local é estratégia necessária para uma descentralização eficaz da gestão educacional.

2.7.3 Meta

Atender, em 2006, a 5.560 dirigentes municipais de educação em 19 encontros presenciais e por meio do Pradime *on line*.

2.7.4 Metodologia

O Pradime é implementado por meio de estratégia semipresencial. Em 2005 utilizou material impresso e encontros presenciais. A partir de 2006, terão continuidade os encontros presenciais e poderão ser realizados estudos a distância (*on-line*).

Os estudos na modalidade presencial são encontros regionais atingindo os estados, com duração de quatro dias, envolvendo trabalhos e estudos durante oito horas por dia.

Etapa 1 – Piloto: o grupo piloto foi formado por dirigentes municipais de educação do estado de Goiás e o encontro foi realizado em Brasília de 13 a 16 de setembro de 2005.

Etapa 2 – Implantação: os dirigentes municipais de cada estado têm encontros regionais na capital do estado ou em cidades-pólo. Já aconteceram os encontros de Palmas/TO; Ilhéus/BA (para parte dos dirigentes da Bahia); São Luís/MA; Cabo de Santo Agostinho/PE; Natal/RN; Maceió/AL (para dirigentes de Alagoas e Sergipe).

2.7.5 Público-alvo

Os beneficiários diretos do Pradime são os dirigentes municipais de educação. Alunos, professores, diretores de escola e comunidade também serão beneficiados indiretamente pelo Programa, pois o fortalecimento da atuação do dirigente municipal de educação contribuirá, em conjunto com outras ações, para a melhoria da qualidade da educação.



2.7.6 Recursos envolvidos

O valor total do Projeto para 2006 está estimado em R\$ 5.384.609,00 (cinco milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e nove reais).

2.7.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Em 2006 serão finalizadas as publicações da série Pradime, composta dos seguintes materiais: Cadernos de Textos, Cadernos de Oficinas, Caderno de Transparências, Guia de Programas do MEC e Marcos Legais da Educação Nacional.

2.7.8 Considerações Gerais

Em 2006 o Pradime retoma suas atividades presenciais. Estão previstos, de fevereiro a setembro, mais 19 (dezenove) Encontros Presenciais para atingir cerca de 4250 dirigentes municipais. De março a dezembro haverá a execução do Pradime *on-line*, com o desenvolvimento e manutenção do Portal do Pradime, desenvolvimento dos Cursos de Educação a Distância e o acompanhamento e avaliação do Programa. Será ainda iniciada, em abril de 2006, a execução do Observatório de Experiências Inovadoras, parte integrante do Pradime, a ser executado em parceria com o INEP e a Undime (ver item ação 5).

2.7.9 Indicadores relevantes

Número de dirigentes capacitados.

2.8 AÇÃO 8 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – PRADIME

2.8.1 Descrição

O Pradime será avaliado em três dimensões:

- (a) avaliação de reação: avaliando a percepção imediata dos dirigentes que participam dos eventos presenciais quanto ao conteúdo, atuação dos consultores e logística do evento. É realizada diretamente pela equipe técnica do DPR;
- (b) avaliação de aprendizagem: envolve a construção de instrumentos de avaliação capazes de captar o nível de informação e compreensão dos dirigentes sobre conceitos, processos e instrumentos de gestão educacional que são trabalhados no Programa;
- (c) avaliação de impacto organizacional: avalia os resultados do Programa para a gestão da educação no município a partir de indicadores que possam captar avanços em relação aos objetivos e metas do PNE.

2.8.2 Justificativa

O Pradime, cujos custos estão estimados em mais de oito milhões de reais, tem orçamento previsto para os anos de 2005 a 2007, com os encontros presenciais sendo realizados em diversos momentos ao longo desse período, pois se pretende capacitar mais de cinco mil dirigentes municipais de educação nessa edição. A avaliação é necessária para dimensionar os efeitos do Programa sobre a gestão dos dirigentes, os avanços com relação às metas e objetivos do PNE, bem como para corrigir ou ajustar ações ao longo da execução e investigar a viabilidade de continuidade para os futuros novos dirigentes.

2.8.3 Metas

Realizar avaliação de reação em todos os encontros presenciais e implantar sistema de avaliação de impacto organizacional até junho de 2006.

2.8.4 Metodologia

O DPR realizará avaliação das atividades presenciais e a distância, avaliação de eficácia, baseada na aprendizagem dos participantes e avaliação de efetividade, medida por meio das mudanças na gestão implementadas pelos dirigentes em suas respectivas secretarias.

2.8.5 Público-alvo

A avaliação proposta busca trazer respostas diretas ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica e seus parceiros, e aos municípios participantes do Programa.

2.8.6 Recursos envolvidos

3% do valor anual do Pradime (execução).



2.8.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatórios de avaliação.

2.8.8 Considerações gerais

Com apoio do Unicef foi realizada, em 2005, oficina de avaliação com consultores e equipe técnica do Programa para a construção do marco de resultados que será utilizado no desenho da avaliação do Pradime.

Em 2006, será feita a contratação de consultoria para o início da avaliação de aprendizagem e de impacto organizacional relativas aos resultados do Programa. Haverá continuidade das avaliações presenciais.

2.9 AÇÃO 9 – AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO DO PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES

2.9.1 Descrição

O Programa Escola de Gestores da Educação Básica pretende resgatar o papel efetivo da escola fazendo da gestão um mecanismo de apoio à atuação dos professores em sala de aula e de articulação entre escola e comunidade contribuindo de forma efetiva para a melhoria do padrão de qualidade, eficiência e equidade do ensino público.

São objetivos do Programa: (a) formação continuada do gestor escolar para o efetivo exercício da liderança enquanto componente mediador, integrador e catalisador dos esforços da escola como um todo para a realização de suas propostas educativas; (b) domínio de instrumentos para a qualificação dos processos e procedimentos da gestão escolar, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino; (c) conhecimento e aplicação de processos de trabalho com a utilização da tecnologia como ferramenta gerencial no cotidiano da escola.

Em 2005, o curso-piloto coordenado pelo Inep, com 400 gestores escolares, foi desenvolvido na modalidade de educação a distância, com encontros presenciais, utilizando recursos tecnológicos para viabilizar a participação, a integração e, fundamentalmente, a aprendizagem por todos os gestores cursistas.

2.9.2 Justificativa

Devido ao efeito positivo da gestão escolar nos resultados de aprendizagem dos alunos, o MEC tem como uma de suas ações oferecer formação continuada a todos os gestores escolares da educação básica, em articulação com as secretarias de educação estaduais e municipais.

O objetivo da avaliação do curso-piloto é medir o efeito do curso oferecido pelo Inep nos conhecimentos e habilidades dos gestores participantes. Portanto, a avaliação proposta estará focada na eficácia do Projeto, ou seja, na capacidade dele gerar os resultados esperados. A partir dos resultados encontrados nessa avaliação e de outras em andamento, será definido o desenho do Projeto a ser implementado pelo MEC a todos os gestores do Brasil.

2.9.3 Meta

Realizar avaliação do curso-piloto até maio de 2006.

2.9.4 Metodologia

A avaliação desenhada é composta de dois métodos avaliativos: 1º-avaliação de resultados que utiliza critérios da eficácia, ou seja, a capacidade do projeto produzir os resultados esperados; 2º-avaliação qualitativa, não diretiva, cujo resultado visa ao controle da discussão de um grupo de gestores que busca entender atitudes e conhecimentos de gestão escolar sobre o trabalho desenvolvido e implementado no curso-piloto. Será usado o método *quasi-experimental*, que consiste em criar um grupo de comparação *a posteriori* equivalente ao grupo de gestores que está participando do Projeto e aplicar um instrumento de avaliação de conhecimentos e habilidades sobre gestão escolar. Será selecionada para o desenvolvimento da avaliação uma amostra de gestores tanto do grupo de gestores participantes do projeto-piloto como do grupo de comparação.

2.9.5 Público-alvo

A avaliação proposta busca trazer respostas diretas ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Fundo Nacional de Desenvolvimento da



Educação/Diretoria de Programas Especiais, Banco Mundial e aos estados e municípios participantes do Programa.

2.9.6 Recursos envolvidos

120 mil reais oriundos do FNDE.

2.9.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatório de avaliação.

2.10 AÇÃO 10 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO – PROMED

2.10.1 Descrição

O Programa pretende, por meio de financiamentos e assistência técnica, criar condições favoráveis para o processo de implementação da reforma do ensino médio, bem como expandir o número de vagas nesse nível de ensino. Como estratégia de implementação, o Promed foi dividido em dois subprogramas: (a) Subprograma de Projetos de Investimento das Unidades da Federação, Sub A; e (b) Subprograma de Políticas e Programas Nacionais, Sub B.

2.10.2 Justificativa

O Promed passa hoje por sua última etapa de execução. Decorridos mais de quatro anos desde o início de suas atividades, a necessidade de uma avaliação de resultados se faz presente para todas as instâncias envolvidas no Programa: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, FNDE/Diretoria de Programas Especiais, BID, Secretarias Estaduais de Educação, Pnud, Unesco.

2.10.3 Meta

Realizar a 1ª etapa da avaliação do Promed em 2006.

2.10.4 Metodologia

A avaliação tem três focos: (a) resultados quanto ao grau de cobertura do ensino médio; (b) melhoria da qualidade do ensino; (c) implementação da reforma do ensino médio.

2.10.5 Público-alvo

A avaliação proposta busca trazer respostas diretas ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Diretoria de Programas Especiais, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, e aos estados.

2.10.6 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatório de avaliação.

2.10.7 Considerações Gerais

Realização da avaliação com a contratação de consultoria especializada para realizar pesquisas avaliativas.

2.11 AÇÃO 11 – AVALIAÇÃO DA REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

2.11.1 Descrição

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica é um projeto que começou a ser desenvolvido a partir de 2003 pelo DPE da SEB. A Rede é formada pelo MEC, pelos Sistemas de Ensino e pelos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que foram criados nas universidades. Esses Centros são parceiros no desenvolvimento e oferta de programas de formação continuada, bem como na implementação de novas tecnologias de ensino e gestão em unidades escolares estaduais e municipais. A Rede está produzindo materiais instrucionais e orientação para cursos a distância semi-presenciais.



2.11.2 Justificativa

A proposta da Rede é que, após os quatro anos de convênio, os Centros continuem capacitando os professores sem a necessidade de receber recursos do MEC para elaboração e produção dos cursos oferecidos. Com isso, a avaliação envolverá análise de processo e de resultados com o foco na sustentabilidade da Rede, após o encerramento do convênio.

2.11.3 Meta

Realizar avaliação da Rede em 2006.

2.11.4 Metodologia

A avaliação pretende responder às seguintes perguntas: (a) Como os Centros estão divulgando seus serviços às Redes de Ensino?; (b) Qual a capacidade dos Centros em atender às demandas das Redes de Ensino?; (c) Como os Centros interagem com as Redes de Ensino para aproximar a produção acadêmica da Universidade às necessidades da prática docente na educação básica?; (d) Qual a contribuição do Programa para a melhoria da ação docente, no que se refere à autonomia intelectual e profissional do professor?; (e) Como o Programa incrementou o trabalho coletivo entre os professores?

Em 2005, o DPR realizou a coleta de informações, por meio de entrevistas e reuniões com os executores do Projeto, pesquisas em documentos e a aplicação de um instrumento de coleta de dados junto aos dirigentes ou aos seus representantes em seminário de articulação. Além disso, elaborou o Documento de Referência de Avaliação que apresenta o desenho da avaliação do Projeto.

2.11.5 Público-alvo

A avaliação proposta busca trazer respostas diretas ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica e seus parceiros.

2.11.6 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatório de avaliação.

2.11.7 Considerações gerais

Início da avaliação com a contratação de consultoria para realizar pesquisas avaliativas.

2.12 AÇÃO 12 – AVALIAÇÃO DE COMPONENTES DO PROGRAMA FUNDESCOLA

2.12.1 Descrição

O Departamento iniciou, em setembro de 2004, a avaliação dos componentes do Programa Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola –, que é um programa do Ministério da Educação, co-financiado pelo Banco Mundial e elaborado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. O Programa estabelece um conjunto de ações para o ensino público fundamental regular, em zonas de atendimento prioritário (ZAP) – microrregiões definidas pelo IBGE – das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, envolvendo recursos da ordem de US\$ 1,3 bilhão.

Para permitir o alcance dos objetivos e a concretização de suas metas, desde a sua implementação, em 1998, o Fundescola vem negociando os acordos de empréstimos com o Banco Mundial, sendo que esses acordos têm características e estruturas programáticas semelhantes e complementares, porém com cronogramas diferenciados, dando origem a três projetos, abrangendo:

- Fundescola I – ZAP I dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste;
- Fundescola II (1999-2004) – ZAP I e II dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- Fundescola III-A (maio de 2002 a junho de 2006) – ZAP I e II dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e outras ZAP a serem definidas.
- O acordo de empréstimo para o Projeto Fundescola III-B, previsto para ser executado de julho de 2006 a dezembro de 2010, ainda deverá ser negociado pelo Ministério da Educação junto ao Banco Mundial.
- As ações do Fundescola estruturam-se por meio de componentes e subcomponentes, respeitando-se suas especificidades quanto a áreas de atuação, resultados esperados e estratégias de implementação.



- No Fundescola III-A estão presentes três componentes, com seus respectivos subcomponentes:
- *Componente 1: Elevação das escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento*
- *Sub-Componentes:* (a) Adequação física gerida pela escola: Projeto de Adequação de Prédios Escolares (PAPE); (b) Provisão de equipamento e mobiliário; (c) Provisão de livros de leitura suplementar.
- *Componente 2: Estabelecimento de um Processo de Desenvolvimento Baseado na Escola*
- *Sub-Componentes:* (a) Apoio ao Processo de Desenvolvimento da Escola – PDE; (b) Financiamento dos Projetos de Melhoria da Escola; (c) Desenvolvimento, teste e implementação de modelos de gestão da aprendizagem: Escola Ativa; Gestar I e Gestar II.
- *Componente 3: Fortalecimento do Sistema Educacional*
- *Sub-Componentes:* (a) Apoio ao desenvolvimento organizacional das Secretarias de Educação: Planejamento Estratégico da Secretaria – PES; (b) Financiamento direto à escola para apoiar suas necessidades básicas; (c) Administração, monitoramento e pesquisas do Projeto.
- No componente 3c foi prevista a realização de estudos do Projeto concebidos para melhorar a implementação, o impacto, o monitoramento, a avaliação e a sustentabilidade do Programa Fundescola.

2.12.2 Justificativa

A avaliação das iniciativas desenvolvidas pelo Fundescola faz parte das obrigações contratuais do Acordo de Empréstimo e é prerrogativa da SEB para orientar as diretrizes educacionais do Programa.

2.12.3 Meta

Concluir as avaliações de cinco componentes do Fundescola – Escola Ativa, Gestar I, PES, PDE e PMFE/PAPE – até julho de 2007.

2.12.4 Metodologia

As metodologias são diversas e descritas nos itens subseqüentes.

2.12.5 Público-alvo

Os usuários diretamente interessados nessa avaliação são a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, o FNDE/Fundescola, o Banco Mundial, e as secretarias de educação estaduais e municipais. Sendo um programa público, financiado por acordo de empréstimo internacional, sua avaliação gera informações também de interesse de todos os beneficiários do Programa, bem como da sociedade em geral.

2.12.6 Recursos envolvidos

Até 3% do valor global do Programa para 2006 (modalidade de execução centralizada). Os recursos previstos são provenientes do Acordo de Empréstimo nº7122-BR com o Banco Mundial.

2.12.7 Materiais a serem produzidos / distribuídos

Relatórios de avaliação e Bancos de Dados.

2.12.8 Considerações gerais

A avaliação dos produtos do Fundescola será utilizada para orientar o desenho do Projeto Fundescola III-B.

2.12.9 COMPONENTES AVALIADOS

a) ESCOLA ATIVA

Descrição

A Escola Ativa é uma estratégia metodológica voltada para as classes multisseriadas (nas quais convivem alunos de diferentes idades e em diversos estágios de avanço escolar) que combina uma série de elementos de caráter sócio-pedagógico e administrativo, buscando aumentar a qualidade da educação oferecida naquelas classes, notadamente na área rural. A Escola Ativa é uma adaptação da estratégia colombiana “Escuela Nueva – Escuela Ativa”, adotada naquele país com enorme sucesso há mais de 20



anos. Sua implementação no Brasil começou timidamente no ano de 1997, durante a vigência do extinto Projeto Nordeste, e vem se ampliando até o presente momento.

Justificativa

A avaliação da implementação do Projeto Escola Ativa deve produzir resultados que subsidiarão decisões relativas a sua disseminação, bem como informações sobre o processo de implementação, possibilitando modificações, caso se mostrem necessárias, com conseqüente aperfeiçoamento do produto.

Meta

Concluir a 2ª etapa da avaliação até dezembro de 2006.

Metodologia

O desenho da avaliação da Escola Ativa foi estruturado em duas etapas: (a) Avaliação de resultados intermediários e (b) Avaliação de Impacto.

Na primeira etapa, de avaliação de resultados intermediários, realizada neste ano de 2005, as principais questões avaliativas foram: (a) As escolas rurais multisseriadas que implantaram a Escola Ativa tiveram seus indicadores educacionais de eficiência e rendimento (Inep) alterados a partir da implantação do Projeto?; (b) Em caso afirmativo, quais foram as alterações?; (c) Como os indicadores se comportaram em comparação com os mesmos indicadores das escolas rurais multisseriadas que não aderiram ao Projeto?; (d) Além dos indicadores educacionais de eficiência e rendimento (Inep), existem outros indicadores sensíveis ao Projeto Escola Ativa alterados a partir de sua implantação? (e) Em caso afirmativo, quais são esses indicadores? (f) Quais foram as alterações observadas? (g) Como eles se comportaram em comparação com os mesmos indicadores encontrados nas escolas rurais multisseriadas que não aderiram ao Projeto?

B) PROGRAMA DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR – GESTAR I

Descrição

O Gestar I é um programa de gestão pedagógica da escola, orientado para a formação continuada de professores do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries. Ele inova em estratégias de qualificação do professor e no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos. O Gestar I utiliza recursos de educação a distância para atender a professores em exercício, habilitados para o ensino de 1ª a 4ª séries de escolas públicas.

O principal propósito do Programa é reforçar a competência e a autonomia dos professores na sua prática pedagógica. Para alcançá-lo, o Gestar I foi composto de dois elementos fundamentais. O primeiro é o Curso de Formação Continuada de Professores em Serviço. O segundo é o Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidade dos Alunos, utilizado na formação de uma base de dados que serve de subsídio para o planejamento e replanejamento da ação pedagógica.

Justificativa

A avaliação pretende responder às demandas da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação sobre os resultados do Projeto, evidenciando aspectos sobre sua pertinência, eficácia, efetividade e sustentabilidade, subsidiando, assim, as decisões relativas a sua disseminação.

Meta

Concluir a avaliação até julho de 2007.

Metodologia

A avaliação abrangerá os Programas Gestar I Língua Portuguesa e Gestar I Matemática, para verificação dos resultados obtidos com: (a) os Cursos de Formação Continuada – o desempenho dos professores e outros profissionais envolvidos nas etapas das formações e na implantação do Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidades dos Alunos, bem como dos diversos órgãos responsáveis pela implementação do Programa; (b) o Sistema de Avaliação Diagnóstica por Habilidades – resultados de desempenho dos alunos.



C) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA – PES

Descrição

O Planejamento Estratégico – PES – é um processo gerencial a ser desenvolvido pelas Secretarias de Educação de estados e municípios, coordenado pelas lideranças (secretários de educação e técnicos envolvidos), para o alcance de uma situação desejada, da maneira mais eficiente e eficaz, com a melhor alocação de esforços e recursos.

Da preparação à implementação, o PES desdobra-se em cinco etapas:

- (a) Preparação do PES: nessa etapa a Secretaria de Educação se prepara para a elaboração do PES, define passos e responsabilidades e divulga o processo para todos os colaboradores.
- (b) Análise Situacional (Diagnóstico): nessa etapa é efetuado levantamento sistemático de dados e informações sobre a qualidade da Secretaria em seus diferentes aspectos, refletindo-se sobre o seu significado para se obter a compreensão do que está sendo feito e do que deve ser feito para melhorar o desempenho organizacional.
- (c) Definição da Visão Estratégica e do Plano de Suporte Estratégico: é a etapa de elaboração da visão estratégica (valores, visão de futuro, missão e objetivos estratégicos), e do plano de suporte estratégico (estratégias, metas e planos de ação), para a implementação dos objetivos estratégicos.
- (d) Execução: etapa em que as metas estabelecidas e os planos de ação elaborados são implementados.
- (e) Monitoramento e Avaliação: é a etapa de verificação da execução dos planos de ação e de adoção de medidas corretivas, se necessário.

Justificativa

A avaliação da implementação do PES deverá subsidiar o processo decisório do Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Básica, acerca da eficácia e efetividade do Projeto e sua sustentabilidade. Os resultados da avaliação deverão responder às perguntas avaliativas: (a) o PES é uma metodologia de planejamento adequada à gestão das Secretarias de Educação?; (b) Há necessidade de mudanças na metodologia proposta?; (c) O PES efetivamente contribuiu para a melhoria da gestão das Secretarias de Educação onde foi implementado?

Para as secretarias que estão implementando o PES, a avaliação deverá responder se o Projeto realmente contribui para o seu desenvolvimento institucional.

Meta

Concluir 2ª etapa da avaliação até dezembro de 2006.

Metodologia

A avaliação do PES foi desenhada em duas etapas: (a) trabalho piloto para a elaboração de uma metodologia de avaliação da implementação do PES nas secretarias, devendo resultar desse trabalho dois produtos: Diagnóstico Organizacional das Secretarias avaliadas e Metodologia para avaliação da implementação do PES em uma amostra representativa das secretarias de educação que estão desenvolvendo o PES; (b) avaliação da implementação do PES nas secretarias de educação.

D) PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA – PDE

Descrição

O Plano de Desenvolvimento da Escola é um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar, pais e alunos). O PDE define o que é a escola, o que ela pretende fazer, aonde ela pretende chegar, de que maneira e com quais recursos. É um processo coordenado pela liderança da escola para o alcance de uma situação desejada, de uma maneira mais eficiente e eficaz, com a melhor concentração de esforços e de recursos.

No PDE, a escola analisa o seu desempenho passado, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, sua missão, suas condições de funcionamento e seus resultados. A partir dessa análise ela projeta o seu futuro, define aonde quer chegar, que estratégias adotará para alcançar seus objetivos, que processos desenvolverá, quem estará envolvido em cada processo e qual o perfil de saída de seus alunos.



O PDE compõe-se de duas partes: visão estratégica e plano de suporte estratégico. Na visão estratégica, a escola identifica os valores que defende; a sua visão de futuro, sua missão, que constitui a sua razão de ser; e seus objetivos estratégicos, isto é, os grandes alvos a serem alcançados num período de dois a cinco anos. No plano de suporte estratégico a escola define, a partir de seus objetivos estratégicos, o conjunto de estratégias, metas e planos de ação que transformarão a visão estratégica em realidade. Para a elaboração do Plano a escola conta com uma metodologia de planejamento estratégico detalhada em todas as suas fases no manual “Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola”, destinado aos profissionais da educação da escola, principalmente às pessoas que exercem função de liderança (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, orientador, secretário). O PDE é, assim, um guia que instrumentaliza a escola para exercitar sua autonomia na solução de seus problemas e na realização de suas aspirações.

Justificativa

O DPR fez um estudo das avaliações do PDE já realizadas anteriormente, em diferentes momentos, a fim de perceber a necessidade ou não da realização de outras avaliações. Foram feitas leituras críticas dos relatórios finais das avaliações que foram geradas a partir de solicitações dos executores do projeto e, também, de avaliações realizadas por professores doutores de universidades brasileiras. Para complementar esse trabalho, considerou-se importante a realização de um estudo exploratório de resultados intermediários do PDE nas taxas de rendimento escolar, devendo esse estudo fornecer subsídios para o desenho de uma avaliação de impacto do PDE.

Meta

Concluir a 1ª etapa da avaliação até dezembro de 2006.

Metodologia

Avaliação de séries históricas de indicadores educacionais relacionados ao desempenho escolar comparando grupos de escolas.

E) PADRÕES MÍNIMOS DE INFRA-ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA – PMFE

Descrição

Entre os componentes do Fundescola estão os Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola – PMFE - que, com base no que estabeleceu o PNE, pretendem fornecer insumos e serviços para auxiliar as Secretarias de Educação a elevarem suas escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento. O modelo de padrão mínimo de funcionamento é desenhado para operacionalizar o conceito de escola funcional. Consiste de um padrão de referência, predeterminado, do conjunto de insumos e condições necessários a uma escola para que seja considerada apta a operar de forma a cumprir suas funções de maneira eficaz. Entre os sub-componentes dos PMFE estão: PAPE – Projeto de Adequação de Prédios Escolares; Mobiliário e Equipamentos Escolares – PMQE –; Construção de Escolas – Urbanas e Rurais.

Justificativa

Essa avaliação pretende subsidiar o Ministério da Educação para responder à questão: a experiência do Fundescola com o projeto de Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola, executado através do PAPE, PMQE e da construção de escolas, poderia servir de estratégia para o Ministério da Educação no que diz respeito aos padrões mínimos de infra-estrutura para o ensino fundamental, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação?

Meta

Concluir a avaliação até dezembro de 2006.

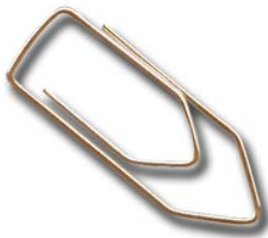
Metodologia

A avaliação deverá apresentar os resultados do Projeto de Adequação de Prédios Escolares - PAPE, do Projeto de Mobiliário e Equipamentos Escolares e do Projeto de Construção de Escolas enquanto estratégias para disseminação dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola – PMFE, com vistas a atingir as metas propostas para o Ensino Fundamental no Plano Nacional de Educação – PNE. As questões centrais que nortearão essa avaliação são: (a) O grupo de escolas públicas de ensino fundamental no qual o PAPE foi executado apresentou aumentos na Pontuação Média em relação aos PMFE, nos Levantamentos da Situação Escolar – LSE - realizados nos anos de 1997/1998, 2001 e no



LSE a ser aplicado em 2006? Os resultados encontrados nas Pontuações Médias em relação aos PMFE no grupo de escolas no qual o PAPE foi executado mostrou-se estatisticamente superior ao resultado encontrado no grupo de escolas, com as mesmas características, no qual o Projeto não foi executado?; (b) As redes estaduais e/ou municipais de educação dos municípios nos quais o PAPE e/ou o Projeto de Construção de Escolas foi executado apresentaram Pontuações Médias com relação aos PMFE estatisticamente superiores às apresentadas pelas redes estaduais e/ou municipais dos municípios nos quais os Projetos não foram executados?; (c) O PAPE e/ou Projeto de Construção de Escolas, desenvolvidos pelo Fundescola, podem ser considerados estratégias eficientes para a disseminação dos PMFE nos estados e municípios onde foram executados?





**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS
DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**



APRESENTAÇÃO

1. PROGRAMAS E AÇÕES

O Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB atuará em 2006 na realização das seguintes ações:

- Atendimento das demandas oriundas do processo de criação, regulamentação e implantação do Fundeb, por meio das seguintes ações:
- Subsídio à ação governamental nas iniciativas relacionadas ao debate com a sociedade nesse processo.
- Acompanhamento no Congresso Nacional à tramitação do Projeto de Emenda Constitucional de criação do Fundo;
- Coordenação das atividades relacionadas à elaboração dos dispositivos infraconstitucionais que o regulamentarão;
- Produção de estudos e simulações acerca dos efeitos decorrentes da implantação do novo Fundo;
- Realização de atividades de natureza técnico-operacionais na perspectiva da implantação do Fundo.
- Execução das atividades que assegurem o regular funcionamento do atual Fundef, até sua substituição pelo Fundeb.
- Coordenação das iniciativas e estudos que tenham como objetivo o aperfeiçoamento dos mecanismos e/ou a expansão das fontes de recursos financeiros destinados ao financiamento da educação básica.

1.2. PÚBLICO-ALVO

Os destinatários finais da aplicação dos recursos são os professores e alunos da Educação Básica. Porém, o Defineb tem também um diversificado grupo de pessoas e instituições que demandam esclarecimentos e informações relacionados à operacionalização do Fundef e do Fundeb, representado, principalmente, por alunos, professores, pais de alunos, conselheiros do Fundef, representantes de sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral.

1.3. INDICADORES RELEVANTES

O Departamento oferece orientações e apoio técnico a Estados, Municípios, instituições e pessoas físicas ou jurídicas interessadas. Com esse propósito, o Departamento desenvolverá as seguintes ações em 2006.

1.3.3. VINCULAÇÕES COM O PLANO PLURIANUAL

As ações relacionadas a este Departamento encontram-se inseridas no Programa 1072 - Valorização e Formação dos Professores e Trabalhadores da Educação Básica, Ação 0304 - Complementação da União ao Fundef e no Programa 1067 - Gestão da Política de Educação, Ação 6334 - Preparação para implementação do Fundeb, sendo que os recursos do Fundef, originários das transferências constitucionais aos Estados e Municípios, com arrecadação realizada pela União, são assegurados e programados no orçamento da União como transferências constitucionais, no Ministério da Fazenda, e a parcela relativa à complementação da União aos Estados e Municípios é alocada e executada pelo FNDE.

1.3.4. RESULTADOS FINAIS PREVISTOS - SOCIAL E FINANCEIRO

No ano de 2005, os recursos do Fundef alcançaram o total de R\$ 32,7 bilhões, representando um crescimento de 14% em relação a 2004. Para 2006, a previsão é de que os recursos do Fundef sejam da ordem de R\$ 37 bilhões, beneficiando um contingente de 30,2 milhões de alunos do Ensino Fundamental público regular e especial. As transferências da União previstas para 2006, a título de Complementação ao Fundef, totalizam R\$ 450 milhões, contemplando os Governos Estaduais e Municipais dos Estados cujo valor per capita não alcançar o valor mínimo nacional por aluno/ano fixado pelo governo para 2006.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental:

Coordenação-Geral de Educação Infantil

Karina Rizek Lopes

Coordenação-Geral de Ensino Fundamental

Sandra Denise Pagel

Coordenação-Geral de Políticas de Formação

Lydia Bechara

Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação de Materiais

Jane Cristina da Silva

Departamento de Políticas do Ensino Médio:

Coordenação-Geral de Políticas de Ensino Médio

Francisco Potiguara Cavalcante Junior

Coordenação-Geral de Assessoria aos Sistemas de Ensino

Magda Rejane Cordeiro de Araújo Soares

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino:

Coordenação-Geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais

Tânia Tereza Pasqualini

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Arlindo Queiroz

Coordenação do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

Josete Maria Cangussú Ribeiro

Departamento de Projetos Educacionais

Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica

Coordenador Geral

Vander de Oliveira Borges

Editoração

Maria Luiza Latour Nogueira

Norma Teresinha Oliveira Reis

Colaboradores

Ana Maria Lamberti

Fatima Maria Magalhaes Belfort

Ligia Beatriz Costa Ferreira

Maria Alvina Miranda Nogueira

Marília de Melo e Silva

Revisão

Maria do Perpétuo Socorro Goulart

Diagramação

Jota Martins Siqueira

